

NISE JINKINGS 36

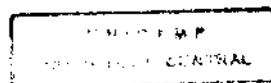
**TRABALHO E SUBJETIVIDADE  
SOB O MISTER DE FAZER MAIS DINHEIRO:  
O TRABALHO BANCÁRIO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de *Mestre* em Sociologia.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 26.10.94

IFCH - UNICAMP

1994



NISE JINKINGS

**TRABALHO E SUBJETIVIDADE  
SOB O MISTER DE FAZER MAIS DINHEIRO:  
O TRABALHO BANCÁRIO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de *Mestre* em Sociologia.

Orientador:

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro <sup>L. C.</sup> Antunes (1943-1993)

IFCH - UNICAMP

1994

## ÍNDICE

	Página
<b>Introdução .....</b>	<b>04</b>
 <b>Capítulo I - A Configuração do Trabalho Bancário no Atual Sistema Financeiro .....</b>	 <b>09</b>
 <b>Capítulo II - O Novo Modelo de Acumulação Capitalista e a Metamorfose do Trabalho Bancário .....</b>	 <b>18</b>
<b>1. Processo de Evolução do Sistema Financeiro Nacional e Impactos nos Modos de Trabalho.....</b>	<b>18</b>
<b>2. O Trabalho Bancário Automatizado: Processo de Introdução e Impactos.....</b>	<b>39</b>
<b>3. A Transformação do Mundo do Trabalho sob a Acumulação Flexível.....</b>	<b>55</b>
 <b>Capítulo III - A Consciência do Trabalhador Bancário em seu Modo de Ser Contraditório .....</b>	 <b>63</b>
<b>1. Elementos da Consciência do Trabalho no Capitalismo .....</b>	<b>63</b>
<b>2. O Trabalhador Bancário e suas Condições de Trabalho.....</b>	<b>73</b>
<b>3. Dimensões da Resistência/Subordinação no Trabalho Bancário .....</b>	<b>90</b>
 <b>Conclusão .....</b>	 <b>112</b>
 <b>Bibliografia .....</b>	 <b>117</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo objetiva apreender as dimensões da ação do trabalhador bancário, num contexto de transformação profunda no seu universo de trabalho. O intenso processo de reestruturação tanto tecnológica como organizacional modifica sensivelmente o trabalho nos bancos, as relações de poder constituídas no interior das instituições financeiras e o perfil pessoal e profissional do trabalhador bancário, afetando sua subjetividade e sua consciência.

Considerando a dialeticidade das relações entre capital e trabalho, analisamos aqui as novas formas de processo de trabalho inauguradas a partir da experiência tecnológica recente e os mecanismos de resistência criados pelos trabalhadores diante da nova realidade. Ao mesmo tempo, observamos a especificidade com que se apresentam os novos modos de trabalho no ambiente bancário, bem como seus impactos no cotidiano e na consciência do trabalhador nos bancos.

Da mesma forma, são consideradas as fragmentações e cisões produzidas no interior da classe trabalhadora, especificamente da categoria bancária, pela divisão técnica e sexual do trabalho. Assim, os impactos da reestruturação tecnológica e organizacional são abordados, apontando suas diferentes manifestações entre homens e mulheres, trabalhadores de bancos privados e de bancos estatais, funcionários qualificados e não-qualificados.

No primeiro capítulo fazemos uma abordagem genérica das características do trabalho bancário, cuja especificidade maior reside na transformação da mercadoria-dinheiro, seu objeto, em capital produtor de juros. Essa particularidade implicará no aguçamento das relações capitalistas de produção fetichizadas e estranhadas<sup>1</sup> no ambiente bancário, analisadas no decorrer do trabalho. Ao mesmo tempo, procuramos

---

<sup>1</sup> A noção de estranhamento será tematizada no capítulo III.

situar nosso exame da natureza do trabalho bancário no contexto de desenvolvimento intenso do capitalismo monopolista e de expansão, autonomização e internacionalização do capital financeiro.

A transformação acelerada do trabalho bancário é examinada no segundo capítulo, sob o cenário de mudança nos modos de acumulação capitalista, a partir das experiências de flexibilização e automatização no mundo do trabalho. Contextualizadas pelo processo evolutivo do sistema financeiro nacional, considerado a partir dos impactos produzidos pela expansão capitalista brasileira recente, as principais modificações verificadas no trabalho bancário, são aqui sistematizadas.

O processo de introdução da automação nos bancos e seus impactos sobre o trabalho bancário é examinado, considerando-se o contexto político e econômico da época e as transformações implementadas no sistema financeiro nacional após a Reforma Bancária de 1964.

São analisadas ainda, no decorrer do segundo capítulo, as implicações da chamada "acumulação flexível" nas relações de produção, nos modos de trabalho e nas condições materiais de existência dos trabalhadores bancários.

O terceiro capítulo destina-se à uma reflexão a respeito das repercussões das metamorfoses no mundo do trabalho sobre a subjetividade e a consciência dos trabalhadores bancários. Partimos de uma abordagem teórica do trabalho, contrapondo a atividade produtiva pensada num plano mais genérico aquela inserida na sociedade capitalista, subsumida no capital, que se defronta ao trabalhador como algo estranho e alheio. Analisamos as novas dimensões da problemática do trabalho estranhado, no contexto das atuais transformações tecnológicas e organizacionais.

A seguir, são abordados os impactos das mudanças do trabalho bancário sobre as condições de trabalho e sobre o perfil pessoal e profissional dos trabalhadores das instituições financeiras. Por fim, tratamos dos mecanismos de resistência criados pelos trabalhadores em seu confronto cotidiano com o capital, nos locais de trabalho, e as

políticas sindicais de enfrentamento à revolução tecnológica. Considerando as relações sociais fetichizadas e estranhadas que se desenvolvem no ambiente produtivo sob domínio capitalista, procuramos apreender também as manifestações de subordinação ou adesão aos interesses do capital, presentes entre os trabalhadores bancários.

Para viabilizar nossa proposta de trabalho, desenvolvemos pesquisa abarcando o período que engloba a década de 80 (a partir de quando intensificou-se o processo de introdução das inovações tecnológicas nos bancos) até os dias atuais. Os procedimentos realizados foram:

1. Entrevistas com dirigentes sindicais (homens e mulheres) do Sindicato de Bancários de São Paulo, representantes dos trabalhadores dos quatro maiores bancos privados nacionais e de um grande banco estatal, nos quais o processo de inovações tecnológicas vem apresentando-se de forma mais efetiva, buscando perceber os mecanismos de resistência criados pelos trabalhadores e suas formas de organização; entrevistas com membros da administração dos bancos, com o objetivo de conhecer mais profundamente as transformações recentes nos processos de trabalho e nas condições organizacionais das empresas.
2. Exame das minutas de reivindicações dos bancários para as Convenções Coletivas de Trabalho (anuais), no que concerne às inovações tecnológicas e organizacionais, assim como dos resultados expressos nos acordos, objetivando verificar a percepção dos trabalhadores bancários quanto às consequências da automatização do trabalho e as conquistas obtidas nas negociações.
3. Levantamento na imprensa sindical, especialmente na **Folha Bancária Diária** do Sindicato dos Bancários de São Paulo, com o objetivo de verificar as denúncias e análises sobre as transformações que ocorriam no mundo do trabalho bancário, bem

como as estratégias de resistência pensadas e as formas de luta dirigidas ou apoiadas pelo Sindicato. Jornais específicos dos funcionários de bancos, como o **Uniforça**, dos trabalhadores do Unibanco, o **Bradejo**, dos funcionários do Bradesco, a **Folha Bancária Banespa**, dos funcionários do Banespa, foram também utilizados.

4. Levantamento do material utilizado pelas empresas bancárias em sua comunicação com os trabalhadores, visando conhecer o conteúdo do discurso empresarial em sua relação de poder com os trabalhadores bancários. As revistas **Destaque e Unibanco** e o **Jornal Unibanco**, além do boletim **Agir Bem**, do Itaú, foram consultados para efeito de análise.
5. Exame de material relativo a cursos e treinamentos realizados nos bancos, enfocando o conceito de qualidade total e buscando o aperfeiçoamento dos processos de atendimento à clientela, com o objetivo de conhecer as demandas que tais processos significam quanto ao perfil profissional e à qualificação dos trabalhadores bancários.
6. Pesquisa no material utilizado em cursos e seminários de formação sindical promovidos e organizados pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, visando conhecer seu conteúdo e objetivos, bem como o público atingido.

Por fim, gostaria de agradecer aqueles que colaboraram para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar a Ricardo Antunes, orientador e amigo, por seu entusiasmo e generosidade e pela disponibilidade de sempre. À Líliliana Segnini, por sua leitura atenta das versões preliminares deste estudo e pela clareza e objetividade de seus comentários. A Otávio Ianni e Celso Frederico, pelas observações valiosas durante o exame de qualificação.

Sou grata aos amigos que, de algum modo, contribuíram para que se efetivasse este trabalho, especialmente: à Silvia Leão pelos comentários geniais, Beatriz Sabóia, Petilda Vasquez, Álvaro Comin, Paulo Carvalho, Cida Monge, Atsuko, Roque Silva e Márcia Leite, pelo estímulo constante. À Edith Seligman-Silva, que me encorajou a iniciar essa trajetória. A Geraldo, Irani e filhos, pela hospedagem carinhosa.

Agradeço ainda o apoio financeiro da CAPES e da FAPESP, que viabilizaram a realização do trabalho e a contribuição do Sindicato dos Bancários de São Paulo, pela generosa cessão dos documentos e publicações utilizados na pesquisa. À Baxa, pelo cuidadoso trabalho de revisão. À Isabella, pela ajuda valiosa em todos os momentos da pesquisa. A todos aqueles que, através de seus depoimentos, tornaram exeqüível este estudo.

Finalmente, quero agradecer a Antônio e Isa, meus pais, pelo apoio constante e incondicional. Ao Luizinho, meu companheiro, pelas sugestões enriquecedoras em todo o decorrer do trabalho. Aos meus filhos, Isabella, Lénin e Yaná, pela compreensão e pelo carinho.

## CAPÍTULO I

### A CONFIGURAÇÃO DO TRABALHO BANCÁRIO NO ATUAL SISTEMA FINANCEIRO

Uma das peculiaridades do trabalho bancário é seu objeto: a mercadoria-dinheiro. Com efeito, ao manusear dinheiro (ou papéis e dados que o representam), realizando uma série de operações relativas ao registro e controle das operações de crédito e captação efetuadas, transferindo e redistribuindo os valores excedentes criados no decorrer do processo capitalista de produção, os trabalhadores bancários lidam diretamente com essa mercadoria particular: **a forma dinheiro da mercadoria.**<sup>2</sup>

Essencialmente, o trabalho bancário concretiza os valores de troca criados e viabiliza a apropriação daqueles valores excedentes pelo capital, transformando-os em capital produtor de juros. É esse processo fetichizado, de dinheiro gerando dinheiro, que funda o trabalho bancário. Nele, a mistificação que envolve a produção de mercadorias assume totalmente seu caráter enigmático, porque é na forma mais perfeita do valor, o dinheiro, que a dissimulação do significado do trabalho humano e das relações de produção no sistema capitalista se dá de maneira mais extrema.

---

<sup>2</sup> A forma dinheiro de valor, que já nos *Manuscritos* havia sido desmistificada por Marx como "a capacidade alienada da humanidade", adquire na análise do autor sobre o fetichismo da mercadoria seu significado mais preciso, enquanto "forma acabada do mundo das mercadorias". Segundo Marx: "A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. (...) a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas". (MARX, 1989b: 81, livro I, volume 1)

No âmbito de um sistema financeiro em acelerado processo de expansão, cuja configuração tem sido marcada pela realidade de uma economia capitalista em crise, caracterizada pela desestabilização financeira e por graves desequilíbrios sociais, a força de trabalho bancária recrudescer à medida que se complexifica o capitalismo monopolista. Derivada do aumento no fluxo de capital em circulação é, ao mesmo tempo, fator decisivo na agilização da circulação de mercadorias e da rotação do capital. Daí o papel indiscutível do trabalho bancário como impulsionador do processo de reprodução do capital.

No final dos anos 70, Romanelli caracterizava o trabalho nos bancos da seguinte forma:

*"O que unifica essas tarefas, diversificadas nas operações e na forma de execução, é a metamorfose do dinheiro alheio, tornado anônimo no cômputo geral da contabilização bancária, em impulsionador da produção de mercadorias. Para efetuar essa conversão de recursos, os bancários realizam um conjunto de operações que se desvanecem e se esgotam ao final de cada expediente em mera transcrição de algarismos em documentos diversos, por sua vez transformados em outra quantidade de papéis, representativos de cifras indicadoras do volume de financiamentos e dos juros ou comissões cobrados pelos bancos. O trabalho efetuado pelos bancários extrai os lucros dos estabelecimentos de crédito antes mesmo que o numerário cedido aos clientes retorne, resgatando os empréstimos contraídos". (Romanelli, 1978:152/153)*

Atualmente, mudaram as formas de execução e de organização do trabalho bancário, diante da intensificação das inovações tecnológicas e organizacionais implementadas nos bancos. A tradicional matéria prima do trabalho bancário, o papel, vai sendo substituída cada vez mais rapidamente pelos dados armazenados e manipulados em sistemas eletrônicos, baseados em redes de computadores. Transmutada em números e dados diversos, arquivados nas fitas e memórias dos computadores, a forma dinheiro da

mercadoria adquire assim uma nova dimensão: torna-se **capital-dinheiro sob a forma efêmera e volátil de impulsos eletrônicos**. O trabalhador bancário, protagonista deste cenário de transformação intensa, já não manipula prioritariamente papéis em seu cotidiano de trabalho e a digitação de dados toma o lugar das transcrições e anotações manuais ou mecânicas dos números representativos das somas de valor em circulação.

A metamorfose do trabalho bancário insere-se num contexto de transformação, onde a revolução da informática e a introdução de novos métodos de acumulação de capital e de expropriação da força de trabalho, aumentaram radicalmente a produtividade do trabalho e incrementaram a concentração da riqueza privada e o fluxo de capitais, em escala mundial.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento do capital monopolista e o processo de globalização<sup>3</sup> que atingem as sociedades capitalistas, vêm exigindo a organização de um sistema financeiro de âmbito internacional, estratégico para a livre circulação de capital pelo mundo, nos movimentos de acumulação monopolista.

Com efeito, a internacionalização dos mercados financeiros e a crescente integração entre os mercados financeiros nacionais, estimuladas pelo desenvolvimento dos euromercados a partir dos anos 60 e pelos impactos nos padrões de concorrência entre os diversos grupos econômicos, além da difusão generalizada de inovações financeiras e

---

<sup>3</sup> A propósito do alcance mundial do capitalismo monopolista e do desenvolvimento avassalador de um processo de globalização que se alastra entre as sociedades capitalistas, Ianni analisa: *"As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreende relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Nesse contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e atuar. Os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, linguísticos, religiosos e outros podem até ressurgir, recrudescer. Mas o que começa a predominar, a apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual pouco a pouco tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento"*. (IANNI, 1992:39). Sobre o tema, ver ainda: COX, Robert. *Globalization, Multilateralism and Social Change*. Work in Progress, vol.13, no.1.

tecnológicas, vêm forjando um sistema financeiro mundial, no seio da economia capitalista globalizada. ( ver: Jun, 1990)

Dominado pelos países do chamado Primeiro Mundo, esse sistema financeiro internacional impacta os graus de autonomia das economias dos países menos desenvolvidos. Organismos como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e o Banco Mundial ditam normas e decidem sobre os rumos do capital em circulação pelo mundo.

Exemplo da interferência desses órgãos nas políticas econômicas e financeiras dos países subordinados, é o projeto do Banco Mundial relativo à reforma do sistema financeiro nacional. Objetivando a integração dos mercados de crédito e propondo a desregulamentação financeira e a redução do "porte e campo de atuação dos bancos oficiais", o Banco Mundial analisa a possibilidade de concessão de empréstimo ao governo brasileiro em apoio a um programa de reformas que:

*"(a) eliminarão a interferência governamental nos mercados de crédito e desenvolverão os mercados de capitais privados e os instrumentos de empréstimo a longo prazo; (b) nivelarão as exigências de reserva legal para todos os instrumentos e instituições financeiras, mediante a redução do nível e da variância dessas exigências; (c) fortalecerão o ambiente operacional, mediante o aumento da competição entre os bancos e a introdução de um sistema de seguro de depósitos; (d) apoiarão as reformas institucionais do Banco Central, mediante a melhoria das práticas de supervisão e o aprimoramento da capacidade de pesquisa econômica; (e) reestruturarão o sistema bancário estadual, mediante a liquidação ou privatização dos bancos estaduais; e (f) reformarão o sistema financeiro de habitação, mediante a eliminação do crédito direto e o desenvolvimento de fontes de recursos no mercado.<sup>4</sup>*

---

<sup>4</sup> Projeto do Banco Mundial e International Finance Corporation (IFC), *Reforma do Sistema Financeiro Nacional*, Washington (EUA), 02.11.1988:1/2)

Na última década, o sistema financeiro internacional foi marcado por um processo de mudanças que vem alterando sua configuração, inclusive nas formas de organização dos serviços financeiros. Segundo Freitas e Schwartz:

*"(...) ressaltam-se os seguintes aspectos relevantes na evolução recente do sistema financeiro internacional, com impacto direto nas formas de organização desse universo especial do 'setor serviços': expansão acelerada das operações financeiras perante o crescimento do volume do comércio internacional; realização de investimentos entre os países industrializados, numa onda de reorganização industrial e como compensação parcial para desequilíbrios estruturais nos balanços de pagamentos; securitização como forma dominante diante da tradição de empréstimos sindicalizados, num processo de generalização de inovações financeiras e diversificação dos hedges disponíveis; aquisições transnacionais como padrão de expansão das instituições financeiras; progressivo apagamento das segmentações tradicionais entre operações de crédito e corretagem; emergência e expansão de instituições financeiras não-bancárias, colocando novos desafios de regulamentação e de coordenação institucional entre as economias industrializadas". (Freitas e Schwartz, 1992:80)*

No Brasil, o sistema financeiro tem seguido a evolução, com relativa concomitância cronológica, das principais modificações verificadas no sistema financeiro mundial. Cada vez mais articulado com as instituições financeiras transnacionais, vem experimentando um processo crescente de internacionalização, intensificado a partir dos anos 70, que se concretiza mediante diversas vias: o aumento da participação dos bancos estrangeiros no setor; a expansão dos grandes bancos nacionais para o exterior; o endividamento externo, através da participação dos bancos privados nacionais como intermediadores financeiros em escala internacional. (Minella, 1988:193)

No contexto dessa ordem mundial, marcada pela expansão e a internacionalização crescentes do capital financeiro e pelo aumento de organizações monopolistas nos países

capitalistas, em função do acelerado processo de concentração dos capitais, uma outra característica importante do sistema financeiro nacional evidencia-se: a sua relativa dissociação dos outros setores da economia. (Carvalho, 1992:93)

À medida que se complexifica o aparato financeiro e crescem as necessidades de crédito, vai-se solidificando um prodomínio do capital financeiro sobre a esfera produtiva diante do poder de controle que a burguesia financeira adquire sobre o capital-dinheiro em circulação. Essa supremacia do capital financeiro manifesta-se concretamente em um aprofundamento da organização desta fração de classe enquanto grupo autônomo, com a criação de novos órgãos representativos dos seus interesses; em uma transferência da função principal dos bancos de suporte aos movimentos do capital produtivo para a de meros "comerciantes de dinheiro" que desenvolvem meios de lucros privados; em uma conseqüente articulação débil entre acumulação financeira e acumulação produtiva.

A hegemonia do capital financeiro transparece, ainda, nos índices de rentabilidade do setor financeiro, diferenciados daqueles auferidos pelos outros setores da economia. Mesmo em conjunturas de crise econômica, quando em geral reduzem-se os lucros dos ramos produtivos da economia, as instituições financeiras vêm alcançando taxas invejáveis de lucratividade.

No período que compreende os anos de 1981 e 1990, considerando-se o patrimônio líquido como indicador, a lucratividade das instituições financeiras foi sempre muito superior à das empresas do setor produtivo - com exceção de 1986, quando o Plano Cruzado atingiu fortemente os lucros dos bancos. (Visão, nº 21, maio/92)

No ano de 1992, a rentabilidade das instituições financeiras foi de 9,4%, situando-se na média do sistema financeiro internacional e alcançando índice superior ao de outros setores. Por exemplo, o comércio, segundo em lucratividade, alcançara 8,6% ("O Sistema Financeiro Mergulha em Lucros", Folha de São Paulo, 26.08.93). Já em 1993, ano em que se produziu o maior índice inflacionário da história do país, a lucratividade dos bancos cresceu vertiginosamente: alcançou a taxa de 14,28% sobre o patrimônio líquido,

enquanto que a média internacional não chegava a 13% ("Bancos Têm Maior Lucro Desde 89", *Folha de São Paulo*, 20.03.94).

**Uma determinação necessária de causalidade tem se estabelecido entre o ritmo inflacionário e a rentabilidade bancária**, especialmente nas duas últimas décadas, derivada das distorções verificadas na dinâmica financeira nacional (instabilidade monetária e fiscal, elevadas taxas de juros, estagnação das operações de crédito), a partir das políticas monetárias e financeiras implementadas. Favorecido pela conjuntura inflacionária e recessiva, que impõe desemprego e perda do poder aquisitivo à classe assalariada, além de dificultar o crescimento do setor produtivo da economia, o sistema financeiro apropria-se do capital-dinheiro que a sociedade perde nesse processo, configurando-se numa real transferência de renda para esse setor.

A origem do lucro dos bancos vai fixando-se, assim, no circuito de valorização dos ativos bancários, constituídos por itens de captação de baixo custo, distanciando-se cada vez mais do campo da intermediação bancária (captação de recursos e concessão de empréstimos) e aprofundando um processo de especulação que se habituou chamar de "ciranda financeira".

A externalização e expansão do capital financeiro são fenômenos inerentes aos processos de concentração e acumulação do capital. É sabido que na sociedade capitalista, o dinheiro transforma-se em capital quando adquire a capacidade de se expandir, através da extração de sobretrabalho ao trabalhador assalariado, no processo imediato de produção.

Todavia, a capacidade de valorização continua do capital manifesta-se em toda a sua plenitude somente quando o desenvolvimento da força produtiva do trabalho como meio de extrair o máximo possível de mais-valia - supondo, pois, a subordinação real do trabalho ao capital -, converte-se em lei do modo capitalista de produção e se impõe no movimento de concorrência entre os capitais. O capital necessita, então, existir

crescentemente sob a forma de capital-dinheiro, de maneira a fluir livremente para criar novas possibilidades de valorização. (Marx, s/d: 104/108)

O capital produtor de juros, dinheiro que, funcionando como capital torna-se mercadoria, é capital que objetiva imediatamente o acréscimo de valor e obtém esse acréscimo aparentemente sem a mediação da esfera produtiva. Na medida que o circuito do capital a juros baseia-se na cessão jurídica de direitos de um capitalista (financeiro) a outro ("capitalista ativo"), ato que apenas introduz o processo cíclico efetivo do capital no processo de produção, o seu retorno aparece igualmente dissociado do processo real de reprodução do capital, como mera transação jurídica que complementa a primeira. Esses dois atos da circulação do capital produtor de juros aparecem, então, como movimentos arbitrários, independentes do processo de produção e *"tudo se passa como se o capital emprestado nunca tivesse perdido a forma dinheiro"*. Segundo Marx:

*"A relação do capital consigo mesmo, na qual se representa - quando consideramos o processo capitalista de produção em sua totalidade e unidade - e na qual é dinheiro que gera dinheiro, a ele passa a incorporar-se agora pura e simplesmente, sem o movimento mediador, como característica e vocação próprias. E é nessa qualidade que é alienado, quando emprestado como capital-dinheiro"*. (Marx, 1985:399)

A autonomização do capital a juros analisada por Marx, hoje transparece fortemente no crescente poder de controle dos grandes grupos financeiros sobre a máquina monetária dos países capitalistas, exercendo uma real dominação econômica e política sobre a sociedade em geral e atuando como elemento ordenador do processo de monopolização e oligopolização da economia mundial, articulando uma estrutura global do capital.

No contexto de uma economia globalizada, o sistema financeiro mundial estrutura-se em conglomerados financeiros e instituem-se os bancos múltiplos,

diversificando aplicações, favorecendo a constituição de monopólios e maximizando a capacidade reprodutiva do grande capital. Ao mesmo tempo, a introdução de novas tecnologias nos bancos, num processo que se intensifica e acelera cada vez mais e que repercute nas formas do trabalho e no perfil dos trabalhadores, cria as bases técnicas adequadas ao padrão de acumulação capitalista inaugurado com o capital monopolista, desde final do século passado.

## CAPÍTULO II

### O NOVO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E A METAMORFOSE DO TRABALHO BANCÁRIO

#### 1. Processo de Evolução do Sistema Financeiro Nacional e Impactos nos Modos de Trabalho

O sistema financeiro nacional adquiriu sua configuração atual ao longo de um processo evolutivo que se intensificou nas últimas três décadas, mas que teve as condições de seu desenvolvimento criadas a partir da Revolução de 30<sup>5</sup>. Com efeito, a economia brasileira sofreu, neste período, uma mudança de grande importância: baseada até então no setor agrário-exportador, ela centra-se, a partir desse momento, em um novo modo de acumulação capitalista que se apoia numa estrutura produtiva de base urbano-industrial.

Segundo Oliveira, apesar de somente na década de 50 a participação da indústria na renda nacional superar a da agricultura, já nos anos 30 inicia-se o processo de expansão capitalista via industrialização no Brasil:

---

<sup>5</sup> Apesar de utilizarmos aqui o termo corrente na literatura acadêmica de Revolução de 30, queremos registrar que esse momento histórico não se caracteriza efetivamente por uma transformação estrutural da sociedade ou ruptura total do sistema. Ao contrário, esse período de transição para o capitalismo industrial brasileiro fundamentou-se na conciliação entre as forças políticas que tradicionalmente exerciam o poder no país, as classes proprietárias rurais, e as forças políticas emergentes, representadas pelas novas classes burguesas industriais. Segundo Antunes, o processo iniciado em 1930 assemelha-se a um "reformismo pelo alto". *"A transição que caracteriza este período não foi, na verdade, revolucionária, pois 1930 marcou um momento de rearranjo do bloco de poder, rearranjo este feito pelo alto, excluindo qualquer participação efetiva das classes subalternas, e tendo um componente conciliador bastante nítido"*. (ANTUNES, 1982:66). Sobre o caráter do movimento político militar de 1930, veja-se ainda: OLIVEIRA, Francisco, *Crítica da Razão Dualista*; VIANNA, Luis W., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*; SAES, Décio, *Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil*.

*"(...) a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, tem o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno". (Oliveira, 1988:14)*

O formato do novo modelo econômico ia se constituindo a partir das medidas estatais, que criavam as bases para a acumulação capitalista industrial. Adquirindo um caráter planejador na esfera econômica, o Estado brasileiro representava os interesses das classes proprietárias, privilegiando a classe empresarial urbana e criando condições para um aprofundamento da exploração do trabalho, através de políticas de "arrocho salarial". Definia, ainda, um novo papel para as atividades agropecuárias (supridoras das necessidades da crescente população urbana) no quadro do novo mercado interno que se criava e cuidava para que os grandes proprietários rurais mantivessem seus lucros, fundados no baixíssimo custo de reprodução da força de trabalho rural.

Baseando-se, então, numa intensa exploração da força de trabalho, facilitada pela ampliação acelerada do exército industrial de reserva que se formava nas cidades, em função do grande contingente populacional que afluía do campo, e objetivando atender essencialmente às necessidades da acumulação de capital em detrimento das necessidades básicas da maioria da população, **a industrialização no Brasil assumia desde suas origens um caráter concentrador de renda.**

Crescia em importância o setor terciário da economia, à medida que se implantavam serviços diversos nas cidades, em apoio ao processo de acumulação capitalista. Neste contexto, foram sendo implementadas modificações no incipiente sistema financeiro nacional, com o objetivo de adequá-lo às necessidades da nova organização industrial.

A expansão do mercado interno exigia o aperfeiçoamento do sistema de crédito e o fortalecimento dos bancos nacionais frente aos estrangeiros, que detiveram nas primeiras décadas do século o monopólio dos financiamentos à agricultura cafeeira, diante da insuficiente poupança interna no mercado de capitais. Assim, diversas medidas estatais estimulavam o crescimento do sistema financeiro nacional no período pós-Revolução de 1930, com a finalidade de dinamizar o processo de acumulação capitalista no Brasil. (Canêdo, 1986:12)

Dessa forma, o crescimento da rede bancária no país articula-se: ao processo de urbanização e de industrialização que se intensifica após 1930 e rompe parcialmente com as relações políticas e econômicas vigentes na sociedade brasileira dos primeiros anos do século; à intervenção crescente do Estado na esfera econômica; e, ainda, à constituição de um poder político orientado para o desenvolvimento industrial. É sintomático que, de um total de 249 estabelecimentos bancários em 1922 (67 bancos com 182 agências ou sucursais), no ano de 1939, a rede bancária nacional tenha sido ampliada para cerca de 1038 estabelecimentos, sendo 277 matrizes e 741 agências. (Vieira, 1971:22/41)

Durante as primeiras décadas do século, o processo de trabalho bancário consistia basicamente de operações relativas às contas correntes, créditos e cobrança. Manipulando e contabilizando papéis, os bancários realizavam manualmente todo o trabalho de escrituração do movimento diário do banco. A introdução da máquina de datilografia nos serviços de escrituração e dos copiadores de gelatina (que reproduziam as páginas datilografadas) nos anos 20, das máquinas de calcular no decorrer dos anos 40 e de equipamentos destinados à elaboração de cartelas contábeis substitutas dos livros de registros da contabilidade no final dos anos 50, num processo contínuo de mecanização, produziram mudanças importantes no modo de realizar o serviço e aumentariam a produtividade do trabalho bancário<sup>6</sup>. (Canêdo, 1978:32; Sales, 1986:4)

---

<sup>6</sup> A propósito da escrituração à máquina, carta circular emitida pela administração do Banco do Brasil à época, é ilustrativa dos impactos dessa inovação quanto a qualidade e produtividade do

Na década de 40, durante a Segunda Guerra Mundial e no período imediatamente posterior à ela, a ampliação do sistema financeiro nacional esteve relacionada ao desenvolvimento das atividades especulativas dos bancos, num contexto de intensificação do ritmo inflacionário. Segundo Singer, "(...) o custo de vida no Rio de Janeiro passa a crescer a taxas pouco superiores a 10% ao ano, que saltam para 16,5% em 1945 e em 1946 e para 22% em 1947". (Singer, 1976:30)

A nível mundial, o pós-guerra produzia uma reorganização do capitalismo, diante da crise econômica mundial e das modificações na divisão internacional do trabalho. Modificava-se a correlação de forças entre os países industrializados e mudavam as relações entre nações hegemônicas e países subordinados. Simultaneamente, solidificava-se a hegemonia do capital financeiro a nível mundial e intensificavam-se os mecanismos e instrumentos de intervenção das nações hegemônicas quanto às políticas econômicas e financeiras dos países dependentes. O Brasil, particularmente, recebeu a visita de missões inglesas e americanas nos anos de 1923, 1931, 1942 e 1949, que empenhavam-se em ampliar a participação de capitais estrangeiros na economia nacional. (Ianni, 1971:13/22)

É interessante notar que, no decorrer dos anos 40, torna-se visível no sistema financeiro nacional um fenômeno inerente ao desenvolvimento capitalista: a **concentração de renda e de poder**. A competição por um mercado ainda reduzido ocasionava a gradativa diminuição do número de bancos, ao mesmo tempo em que aumentavam as agências bancárias. Conforme dados sistematizados por Vieira, é a partir da crise econômica dos pós-guerra, em 1945, que se intensifica o processo de concentração bancária no Brasil: naquele ano foram extintos 154 bancos em relação ao ano anterior. Durante os anos seguintes, até final da década, a quantidade de sedes

---

trabalho: "*Tendo em vista os resultados obtidos nesta Matriz com a escrituração à máquina dos livros Diário e Caixa, já em uso, com êxito, também em algumas de nossas Agências de grande movimento, resolvemos tornar tal prática extensiva a todas as nossas Agências, a fim de que sejam igualmente beneficiadas com um serviço melhor, mais rápido e com menor número de funcionários*". ("As Agências do Banco do Brasil". MBB-Carta circular nº 57, 13.10.32. In: CANÉDO, 1978:32/33).

bancárias segue decrescendo, caindo para 419 em 1949, ao mesmo tempo em que o número de agências aumenta sempre - de 1565 em 1945, alcança o número de 2012 em 1949. (Vieira, 1971:25/41)

A estrutura do sistema bancário era bastante simples até a década de 60 e consistia basicamente dos bancos, com sua direção geral e agências. Na matriz do banco realizavam-se os serviços de administração geral, divididos entre a alta direção, a contadoria, responsável pelo balanço geral do banco, a inspetoria, fiscalizadora dos serviços nas agências, o departamento de pessoal, a central de câmbio e a tesouraria. As agências cabiam os serviços contábeis relativos ao movimento diário de captação e empréstimos e o atendimento à reduzida clientela, além das atividades de suporte ao atendimento, como atualização de contas correntes e arquivos, além de cálculos de juros. (Accorsi, 1990:43)

Os serviços nas agências desenvolviam-se sob a supervisão do gerente, encarregado prioritariamente do aspecto comercial da empresa, e do contador, responsável pelo serviço administrativo cotidiano na agência, além das chefias intermediárias como subgerente, subcontador, chefe de expediente. Os demais funcionários (escriturários) distribuíam-se nos setores de conta corrente, cadastro, desconto de títulos e contabilidade, ocupados com o controle e a escrituração dos papéis em circulação, executando em geral atividades de suporte ao atendimento dos clientes. Aos caixas, que trabalhavam em local fechado com guichê de acesso aos clientes, cabia simplesmente o recebimento de depósitos e o pagamento de cheques, o que tornava extremamente limitado o conteúdo de seu trabalho. (Accorsi, 1990:44)

Naquela época, o atendimento à clientela era muito precário. A chegada de um cliente à agência para desconto de um cheque, por exemplo, desencadeava o seguinte fluxo de trabalho: um escriturário no balcão de atendimento recebia do cliente o cheque e entregava-lhe uma senha; o cheque, então, era enviado ao controle de caixa para registro de sua entrada e, em seguida, encaminhado ao setor de firmas para conferência de

assinatura e ao setor de contas correntes, onde era examinada a cartela com os dados da conta corrente, verificado o saldo disponível e anotado o débito na conta do cliente. Somente depois desse percurso é que o cheque era remetido ao caixa para pagamento e, posteriormente, enviado ao setor de contabilidade. Após o horário de atendimento ao público, procedia-se à operação "bate" desenvolvida no setor de controle de caixa: eram conferidos os valores registrados no caixa e comparados aos dos débitos e créditos do dia. (Accorsi, 1990:44; Ely, 1992:15/16)

As difíceis condições de trabalho nos bancos tornavam o trabalho penoso e extremamente desgastante. A jornada de trabalho, nas primeiras décadas do século, estendia-se muitas vezes pela madrugada, especialmente durante a elaboração do balanço, e incluía o trabalho aos sábados, extinto somente em 1962. (Canêdo, 1978: 40/41)

Com a chamada "Lei das 6 Horas" (Decreto-Lei 23.322, de 03.11.1933), promulgada durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas, estabelecia-se para os trabalhadores bancários uma jornada diária de seis horas com possibilidade de prorrogação até oito horas. Incluída na Consolidação das Leis do Trabalho, promulgada em 1943, aquela determinação dificilmente seria cumprida integralmente pelos bancos. (Vieira, 1971:60)

A situação salarial da categoria bancária era diversificada, apresentando marcantes diferenças entre os vários bancos. Ao mesmo tempo, não havia uma classificação salarial por funções, o que causava diferenças nos rendimentos de funcionários detentores de um mesmo cargo. De um modo geral, todavia, a capacidade aquisitiva dos salários da categoria era pequena. A relação entre a média dos salários dos trabalhadores bancários e os índices de custo de vida no período de 1923 a 1945, era desfavorável aos trabalhadores, não havendo a necessária adequação entre o valor dos salários pagos e o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do trabalhador. (Canêdo, 1978:33/44)

À intensa jornada de trabalho e à baixa capacidade aquisitiva, somava-se o temor da perda do emprego. Objeto das lutas dos trabalhadores no período, a estabilidade foi conquistada pelos bancários em 1934, após uma greve geral da categoria, de âmbito nacional. A lei nº 54, de 12.09.1934, determinava a estabilidade aos dois anos de serviço e regulamentava a aposentadoria, criando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Com a promulgação da CLT, os bancários perdiam sua importante conquista relativa à estabilidade, a qual seria adquirida somente aos dez anos de serviço. (Canêdo, 1978:42)

Os impactos das condições de trabalho sobre a saúde dos bancários, foram apontados por Canêdo, que cita a tuberculose e a chamada "psiconeurose bancária", como doenças que mais comumente afetavam a categoria bancária. Segundo a autora, através de exame de tórax promovido pelo Serviço de Tisiologia do Instituto dos Bancários em 1938, constatou-se que 23% dos bancários examinados eram portadores da doença, adquirida, segundo jornal da época, devido "*(...) às desfavoráveis circunstâncias em que trabalham quanto à sítios contaminadores, horários apertados, alimentação insuficiente*". ("Focos de Tuberculose". A Gazeta, 06.10.1938. In: Canêdo, 1978:43)

Quanto à "psiconeurose bancária", diagnosticada em 259 bancários na cidade do Rio de Janeiro em 1942, teve seus sintomas descritos pelo IAPB, da seguinte forma:

*"(...) afeta as funções do cérebro, dando fraqueza, dificuldade de concentrar atenção, dor de cabeça e irritabilidade. Surgem insônias e as fobias de várias espécies, ou seja, o medo de comer os alimentos comuns e a aversão a muita coisa mais, que até aí a vítima do mal costumava fazer sem nada sentir. O sintoma que domina é a angústia ou excesso de escrúpulo"*. (Canêdo, 1978:43)

Durante as primeiras décadas do século, o ingresso nos bancos dependia muitas vezes de indicações de clientes ou de funcionários graduados, não havendo concurso público nem mesmo nos bancos estatais. Um determinado nível de conhecimentos gerais

(inclusive noções de contabilidade e domínio da língua portuguesa) era exigido do bancário para o exercício da profissão. Do trabalhador de banco eram exigidas ainda determinadas normas de conduta compatíveis com os valores de classe da aristocracia rural e da burguesia financeira emergente, como modos de vestir, de atendimento ao público etc. Tais características, adquiridas fora do ambiente profissional através de escolarização formal e de relações sociais, influiriam no perfil do trabalhador a ser selecionado, quanto à sua origem pequeno-burguesa de classe. (Romanelli, 1978:153/154)

Segundo Grun, o bancário da época seria detentor de um capital simbólico, enquanto depositário da riqueza alheia gerida pelo banco: o "capital confiança". No processo de cumulação desse "capital", duas fases seriam percorridas:

*" A primeira se manifesta através do ingresso do indivíduo na organização, quando a mobilização do capital de relações sociais da família é utilizada para se conseguir a indicação. A segunda fase é a passagem da intenção ao ato - as diversas formas do indivíduo mostrar a adesão aos critérios de excelência vigentes". (Grun, 1985:97/99)*

Com efeito, a representação que se forjava no plano social em relação ao bancário era de um "homem de bem", cuja conduta pautava-se pela honestidade e correção. Ele deveria ser merecedor da confiança da empresa e dos clientes, assimilando e reproduzindo em seu cotidiano de trabalho, e até mesmo em sua vida privada, os valores éticos e culturais propalados pela ideologia burguesa<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> A clara dimensão ideológica impregnada nessa concepção, a serviço dos interesses capitalistas de acumulação de capital e de negação dos antagonismos de classe entre banqueiros e trabalhadores bancários, fica explícita em circular do Banco do Brasil: *"Os funcionários do Banco têm de dar aos seus concidadãos, de fora do estabelecimento, a impressão de correção completa em seu procedimento social; a impressão de que nos cargos que exercem há alguma coisa de superior ao simples ganho pecuniário; desde o mais graduado até o mais modesto funcionário desta casa, todos devem compreender que estão exercendo funções estreitamente*

A assimilação prático-teórica da particularidade burguesa de classe pelo "senso comum", deve ser entendida no âmbito de uma sociedade capitalista, como hegemonia econômica e política da burguesia<sup>8</sup>. Segundo Romanelli:

*"A concepção de honestidade, assimilada pelos bancários e transposta para a ação concreta no trabalho, servia para reproduzir, segura e tranqüilamente, o capital de uma classe, legitimando ao mesmo tempo a sujeição desses empregados às formas de exploração do trabalho. (...) A adesão dos bancários a esses componentes ideológicos criava um segmento profissional dotado da consciência de constituir, no plano ocupacional, uma elite destacada, portanto, também social e culturalmente dos trabalhadores manuais da época, operários e artesãos". (Romanelli, 1978:157)*

Os trabalhadores de escritório, segundo Braverman, sofreram a perda das características de extrato social intermediário entre a classe burguesa e a proletária, que detinham no início do séc. XIX. Contrapondo-se às formulações que situam aqueles trabalhadores como membros da chamada classe média, Braverman enfatiza o processo de proletarização desse setor, à medida que se generalizava a racionalização e a mecanização nos escritórios, nas primeiras décadas do século XX. Segundo ele, *"a complexidade da estrutura de classe do moderno capitalismo monopolista surge (do*

---

*ligadas ao sentimento de patriotismo".(MBB-Circular do Banco do Brasil, nº 358, Rio de Janeiro, 12.06.1932. In: CANÉDO, 1978:43/44)*

<sup>8</sup> O movimento contínuo e permanente em uma sociedade antagônica, de um grupo ou classe social que exerce o poder político e cultural sobre os demais grupos ou classes sociais, mais ou menos intensamente, foi analisado por Gramsci como fundamento à teoria da hegemonia. Segundo o autor, *"(...) um grupo social, que tem uma concepção própria do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, descontinua e ocasionalmente - isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico - toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha; e aquele (o primeiro) grupo afirma por palavras esta concepção, e também acredita segui-la, já que a segue em 'épocas normais', ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos". (GRAMSCI, 1978:14/15).*

fato de que) *quase toda a população transformou-se em empregada do capital*". (Braverman, 1987:294/300)

No caso dos trabalhadores de bancos no Brasil, a contradição entre suas condições de trabalho e a imagem social de trabalhadores de "elite", que se evidenciava fortemente até meados do século, implicaria na manifestação de concepções antagônicas entre o que Gramsci chamou de consciência real, "*implícita na sua ação, e que realmente o(s) une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade*"; e a consciência verbal ou senso comum, "*superficialmente explícita*", herdada do passado e acolhida sem crítica. (Gramsci, 1978:20)

Essa contraditoriedade da consciência dos trabalhadores bancários não impediu, todavia, que diversas formas de resistência fossem adotadas pela categoria para se contrapor às condições de trabalho que lhe eram impostas.

Na primeira metade do século, os bancários criaram seus órgãos de representação: em 1923, surgia a Associação dos Funcionários de Bancos de São Paulo, entidade de caráter prioritariamente recreativo e beneficente, mas que se constituiu na primeira experiência de organização dos bancários brasileiros na defesa de seus interesses. A Associação assumiria um cunho mais sindical a partir de 1931, quando foi reconhecida como órgão sindical da categoria bancária paulista pelo recém criado Ministério do Trabalho, passando a se chamar Associação dos Bancários de São Paulo. Em 1933, os trabalhadores do Estado de São Paulo criavam sua primeira entidade unitária, com a participação da Associação dos Bancários: a Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo, cujo objetivo era a coordenação das lutas dos trabalhadores no Estado. (Karepovs, 1994:26)

Na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, os bancários tiveram o apoio e a coordenação de suas entidades sindicais, seja através das negociações coletivas, seja na organização e preparação de greves. As principais reivindicações da categoria, nesse período, estavam relacionadas à jornada de trabalho, estabilidade, salários e direitos

sindicais. Campanhas de âmbito nacional foram empreendidas, tendo sido conquistados pelos trabalhadores bancários, no decorrer das décadas de 20, 30 e 40, a jornada de seis horas; a estabilidade aos dois anos de serviço (perdida posteriormente com a ampliação do tempo de aquisição de estabilidade para dez anos de serviço, instituída pela CLT); o direito à aposentadoria aos 30 anos de serviço ou 50 anos de idade; férias anuais.

É importante considerar a conjuntura política e ideológica na qual se inseriam as relações de trabalho e o movimento sindical bancário da época. A profunda crise das democracias liberais que marcou o período pós Primeira Grande Guerra e a reação conservadora que se seguiu, de crítica ao liberalismo como regime político que "estimulava a conflitualidade e a desordem", gerou a construção de um projeto político autoritário, expresso em vários regimes políticos (experiências fascistas e nazistas, por exemplo) e no modelo de Estado Corporativo.

Baseado na proposta de construção de um corpo político na sociedade que integrasse no Estado todas as forças sociais e políticas, sobretudo as conflitantes, o corporativismo buscava impedir as manifestações da luta de classes e do chamado individualismo burguês, privilegiando a noção da autoridade do Estado como organizador da sociedade.

No Brasil, o modelo corporativo expressou-se no programa político do governo Getúlio Vargas, a partir da Revolução de 1930, que lançaria as bases do padrão corporativo de organização sindical. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a legislação sindical, consagravam a intervenção do Estado no movimento sindical, através de dois princípios básicos relativos à organização sindical: a outorga da representação pelo Estado e o monopólio da representação que deriva da unicidade sindical<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A propósito do caráter centralizador e intervencionista do Estado pós-30 e das políticas sindicais manipulatórias do governo varguista, objetivando a intensificação da acumulação capitalista via a retórica de "colaboração de classes", consultar: ANTUNES, Ricardo, *Classe Operária, Sindicatos e Partidos no Brasil*; VIANNA, Luis W., *Liberalismo e Sindicato no Brasil*; RODRIGUES,

O sistema de relações de trabalho controladas pelo Estado, reiterado e fortalecido durante a vigência do Estado Novo, subsistiria, em sua essência, no complexo de leis que derivou na Consolidação das Leis do Trabalho em 1943 e na Constituição promulgada em 1988.

O intenso crescimento industrial dos anos 50, especialmente na segunda metade da década, quando a aceleração da acumulação capitalista se dá mediante a crescente interferência estatal e a recorrência ao endividamento externo privado, teria repercussões importantes no sistema financeiro nacional. Os bancos assumem gradativamente um novo papel neste processo: àquela função de intermediadores entre a produção, a distribuição e o consumo, eles acrescentam agora a de investidores em outros setores produtivos, fundindo sob sua hegemonia os capitais industrial e agrário. (Romanelli, 1978:36)

A demanda cada vez maior de crédito e o crescimento do mercado interno propiciam uma expansão vigorosa do sistema financeiro nacional. Ao mesmo tempo, o processo de concentração bancária desenvolve-se, ainda que lentamente, por todo o período: em 1950, havia cerca de 413 bancos com 2183 agências, enquanto que, em 1959, a rede bancária somava 343 sedes e 4792 agências. (Vieira, 1971:41)

Não seria demasiado afirmar que o desenvolvimento econômico no Brasil não se deu uniformemente em todo o território nacional. A expansão capitalista via industrialização privilegiou, desde suas origens, o Centro-Sul do país. Evidentemente que o sistema financeiro, controlador dos movimentos do capital-dinheiro proveniente dos setores produtivos, teria que seguir o mesmo caminho. São Paulo, hegemônico na produção industrial, tornou-se pólo dinâmico financeiro, concentrando o maior número de estabelecimentos bancários dentre os Estados brasileiros. Em 1960, São Paulo possuía

cerca de 1910 dos 5348 estabelecimentos bancários existentes no país. A concentração bancária configurava-se também no âmbito regional. (Vieira, 1971:29)

A crise que emerge no país nos primeiros anos da década de 60 e que desembocaria no Golpe Militar de 1964, tem sua raiz no modelo econômico imposto, concentrador de renda e produtor de desigualdades sociais, o qual refletia a articulação de setores da burguesia nacional com o capital internacional. O alto índice de exploração da força de trabalho e, por outro lado, o aumento drástico da quantidade de trabalhadores concentrados nas cidades, portanto com maiores possibilidades de organização sindical, acirrava as contradições de classe. Segundo Oliveira, a crise "*(...) vai se dar ao nível das relações de produção da base urbano-industrial, tendo como causa a assimetria da distribuição dos ganhos da produtividade e da expansão do sistema. Ela decorre da elevação à condição de contradição política principal da assimetria assinalada (...)*". (Oliveira, 1988:60)

O golpe militar tentaria abafar as contradições entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, articulando crescimento econômico com repressão política e aprofundando a superexploração do trabalho. Com efeito, as forças políticas no poder desde 1964, desenvolviam mecanismos de concentração e de reorganização do poder do Estado, visando criar condições para a implantação de políticas econômicas que favorecessem a acumulação privada do capital. A propósito da relação que se estabelece entre Estado e capital, durante o regime ditatorial instaurado, Ianni analisa:

*"Desde que se instalou, a ditadura se viu fortemente induzida a organizar e concentrar a violência estatal, em conformidade com a violência da acumulação monopolística. Tanto assim que o desenvolvimento capitalista no Brasil ingressou numa fase especial: cresceram a concentração e a centralização do capital, reforçando-se o poder do capital monopolista, altamente articulado com o poder estatal, e em conformidade com as determinações do imperialismo;*

*formaram-se e desenvolveram-se associações e fusões de empresas (...). Ao mesmo tempo em que se desenvolveram as forças produtivas e as relações de produção, tanto na indústria como na agricultura, na cidade e no campo, desenvolveram-se e ganharam amplo predomínio os monopólios". (Ianni, 1981:35)*

Foi esse contexto de mudanças políticas e econômicas, e a reorganização das relações de dominação e antagonismo entre as diversas classes sociais (ou frações de classe), que possibilitou uma profunda reestruturação do sistema financeiro nacional, conforme os interesses da nova composição social no poder - frações burguesas nacionais e internacionais. Com o projeto de desenvolver no país o capitalismo monopolista e dar suporte ao capital industrial e comercial, o governo brasileiro pós-64 implantou a chamada Reforma Bancária, que impactaria profundamente o processo de acumulação capitalista no Brasil.

O sistema financeiro assumira a posição de setor estratégico para o desenvolvimento nacional. Havia se tornado objeto de acirrados debates no Parlamento desde 1947, quando foi apresentado o primeiro projeto de reforma bancária na Câmara dos Deputados, sob encomenda do governo Dutra. Vários outros projetos e emendas foram sendo apresentados a partir de então, por representantes dos interesses das classes sociais e tendências políticas em disputa. O golpe de Estado imporia uma reestruturação do sistema financeiro adequada à sua política econômica, aprovada por um Congresso agora empobrecido e mutilado pela repressão política. (Minella, 1978:64/72)

O significado da Reforma Bancária para o desenvolvimento capitalista nacional e seu caráter de reestruturação a serviço do capital monopolista, foram assim apontados por Arruda:

*"(...) a reestruturação do sistema financeiro desencadeada pelos governos militares possibilitou a acumulação de capital financeiro em si não produtivo mediante a emissão de títulos que se valorizam não necessariamente em função*

*do que produz aquele capital, mas de operações especulativas em mercados secundários de valores. Facilitando a associação dos capitais industrial, comercial e bancário sob a hegemonia do capital financeiro, permitiu a subordinação dos sistemas produtivo e comercial ao sistema financeiro e às suas decisões sobre quanto, como e onde reinvestir o capital acumulado sob forma de capital financeiro. Por fim, estimulou a concentração na área bancária através da associação de capitais estrangeiros, incentivando assim a transnacionalização das finanças brasileiras".<sup>10</sup> (Arruda, 1988:4)*

A Reforma Bancária (Lei 4595, 31.12.64) e, em seguida, a Reforma do Mercado de Capitais (Lei 4728, 14.07.65) e o Plano de Ação Econômica do Governo (1964/66), criavam mecanismos legais de controle e fiscalização, pelo Estado, sobre as instituições públicas e privadas do sistema financeiro; estabeleciam a formação de instituições financeiras especializadas na captação e aplicação de recursos a médio e a longo prazos; institucionalizavam a correção monetária na remuneração de aplicações para incentivar a poupança, dentre outras medidas. (Manfredi, s/d: 13/14)

Questões fundamentais de interesse da maioria da população, todavia, não eram tratadas. Exemplo disso é a omissão quanto à política de crédito, através da qual deveriam ser definidas as prioridades e condições dos financiamentos bancários. De caráter profundamente centralizador e voltada para o fortalecimento e privilégio de determinadas frações da classe burguesa, a reestruturação do sistema financeiro nacional está diretamente articulada a um contexto de antagonismos entre classes e

<sup>10</sup>O processo de crescente hegemonia do capital financeiro, momento fundamental da transformação de um modelo atomizado de capitalismo, baseado na concorrência entre proprietários individuais, em um novo modelo fundado nos monopólios, pode ser observado tardiamente no Brasil. Na Europa, os fundamentos do capitalismo monopolista surgiram nas últimas duas ou três décadas do século XIX, resultado da grande expansão da indústria e do rápido processo de concentração da produção (BRAVERMAN, 1987:215/219). O fortalecimento do sistema financeiro, derivado do aumento da circulação de capital, estimula e acelera, por seu lado, a concentração de capitais e a formação de monopólios, favorecendo o grande capital industrial e comercial. Constata-se, então, um movimento de fortalecimento mútuo e de interpenetração entre grandes capitais dos diversos ramos econômicos (que controlam parte significativa da produção mundial), com a subsunção dos pequenos e médios, dominados por uma minoria de poderosos capitalistas (LENIN, 1982:30/45).

**segmentos sociais, onde a burguesia, especialmente a financeira, assumira posição hegemônica.**

O sistema financeiro nacional especializava-se e diversificava-se com a implantação da Reforma Bancária, instituindo-se novas formas de captação de recursos financeiros. A supremacia de ativos financeiros monetários no início dos anos 60, dava lugar a um predomínio de ativos não-monetários na década de 70, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as instituições financeiras especializadas - financeiras, bancos de investimento, companhias de seguro, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos etc. (Minella, 1988:137/139)

À essa especialização somava-se a tendência à concentração e ao desenvolvimento dos monopólios, presentes nos diversos mecanismos e instrumentos estatais que estimulavam a concorrência interbancária e permitiam aos grandes bancos o comando de uma quantidade ilimitada de empresas financeiras não-bancárias. (Arruda, 1988:4)

**Desencadeava-se um processo de expansão do setor, que trazia em seu bojo o aumento da concentração da riqueza privada e o alastramento da especulação financeira.** Esse processo seria revertido em um **movimento de centralização**, em que bancos pequenos e médios eram incorporados (ou simplesmente excluídos do mercado) por aqueles com maior poderio econômico.

O movimento de acumulação acelerada de capital, condição e produto do modo de produção especificamente capitalista revela-se, por um lado, como **concentração crescente dos meios de produção sob propriedade de capitalistas individuais**; por outro, como **confronto entre os capitais individuais que concorrem entre si**. Segundo Marx, apesar de o capitalismo ser um regime concentracionário, sua história é também a da dispersão e da concorrência entre unidades de capital contrapostas. A partir dessa formulação da noção de capital, de um lado relacional (capital-trabalho), de outro remetendo à pluralidade, diversidade entre frações de capital, Marx distingue conceitualmente **concentração de centralização**:

*"Essa dispersão do capital social em muitos capitais individuais ou a repulsão entre seus fragmentos é contrariada pela força de atração existente entre eles. Não se trata mais da concentração simples dos meios de produção e de comando sobre o trabalho, a qual significa acumulação. O que temos agora é a concentração dos capitais já formados, a supressão de sua autonomia individual, a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitais pequenos em poucos capitais grandes. Este processo se distingue do anterior porque pressupõe apenas alteração na repartição dos capitais que já existem e estão funcionando (...). O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Esta é a centralização propriamente dita, que não se confunde com a acumulação e a concentração".*  
(Marx, 1989c:726/727)

Através das fusões e incorporações ocorridas no sistema financeiro, protagonizadas pelos bancos privados nacionais, diminuía drasticamente o número de bancos, ao mesmo tempo em que se multiplicavam as agências, espalhadas pelo território nacional. De acordo com Minella, no espaço de tempo entre dezembro de 1964 e início de 1972, cerca de 135 bancos haviam sido incorporados e 10 haviam sofrido processo de fusão. Formavam-se, assim, os **conglomerados financeiros**, que passavam a controlar atividades próprias de empresas diversas da área financeira, atuando nos diferentes segmentos do mercado bancário, tanto na captação como na aplicação de recursos e constituindo-se em poderosos grupos econômicos. (Minella, 1988:136)

O papel do Estado como impulsionador do processo de concentração e oligopolização do sistema financeiro nacional, pode ser ilustrado através do exemplo do Bradesco. Segundo Segnini, esta instituição financeira foi a mais beneficiada pelas políticas estatais de estímulo à realização de fusões e incorporações e à abertura de novas agências no pós-64, tornando-se o maior conglomerado financeiro privado do país. Enquanto que em 1964 possuía cerca de 4 mil funcionários, em 1985 o Bradesco

empregava 159 mil, ao mesmo tempo em que aumentava seu número de agências, de 200 em 1964, para 1916 em 1985. ( Segnini, 1988:25/26)

O período compreendido entre os anos de 1968 e 1973, chamado de "milagre" brasileiro, foi de expansão econômica e de intensa repressão política. As altas taxas de crescimento econômico verificadas no país numa conjuntura de recessões e crises na economia de diversos países capitalistas desenvolvidos, além da estabilização da inflação por volta de 20 a 25% ao ano, foram amplamente utilizados pelos governos militares do período como instrumentos de poder político e de fortalecimento do aparelho estatal. Simultaneamente, assistia-se à concentração e à centralização aceleradas do capital, bem como ao desenvolvimento do capital imperialista no país. (Ianni, 1981:33/45; Singer, 1976:30/37)

Singer atribui às seguintes causas aquele ciclo de crescimento econômico:

*"Se havia algum 'milagre' num período relativamente prolongado de crescimento com pouca inflação, este se explicava fundamentalmente: (a) pela maneira como a repartição da renda foi 'disciplinada' mediante a substituição da barganha coletiva no mercado de trabalho por uma 'política salarial' rígida, centralizada e - do ponto de vista da acumulação de capital - perfeitamente eficaz; e (b) pela crescente integração internacional das economias capitalistas, acarretando alterações na divisão mundial do trabalho, que acabaram proporcionando amplo influxo de capital estrangeiro no Brasil". (Singer, 1976:10)*

A intensa expansão do capital financeiro nesse período, sob condições monopolistas, esteve diretamente articulada ao modelo econômico e político imposto pela ditadura militar, direcionado para a intensificação dos padrões de acumulação capitalista. As leis que constituíram a Reforma Bancária, converteram-se em instrumentos institucionais de suporte às políticas econômicas baseadas na concentração de renda e no arrocho salarial. Simultaneamente, os mecanismos legais de intervenção estatal a favor do grande capital, como as políticas de controle salarial e a criação do Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS), como substituto do regime de estabilidade no emprego, estimularam fortemente a concentração de renda no setor bancário, onde os custos com a força de trabalho significavam grande porcentagem dos gastos gerais das instituições financeiras.

Além disso, através de medidas repressivas que enfraqueciam diretamente o poder reivindicatório da classe trabalhadora, como as restrições ao direito de greve e as intervenções do Estado nos sindicatos e federações, o Estado estimulava o rebaixamento crescente do valor da força de trabalho em privilégio da burguesia financeira e industrial que representava.

Analisando os impactos da política governamental nas relações de classe entre banqueiros e bancários, Minella comenta:

*"(...) a partir do golpe de Estado de 1964, a forma de estado burguês dominante no país favoreceu amplamente a burguesia bancário-financeira em suas relações com os trabalhadores bancários. Várias medidas foram adotadas com o objetivo de solucionar, de maneira favorável aos banqueiros, os conflitos e as relações trabalhistas do período. A intervenção nos sindicatos e a perseguição política de seus líderes; a adoção, pura e simples, dos índices oficiais de reajuste salarial abaixo da inflação, sem maior atenção a outras reivindicações; a proibição de greves no sistema bancário; eis alguns dos mecanismos e medidas do Estado para garantir maior acumulação nas mãos dos banqueiros".*  
(Minella, 1988:468/469)

O crescimento e concentração do capital financeiro repercutiriam no próprio papel desempenhado pelos bancos na sociedade brasileira, com a crescente diversificação de suas atividades. A partir de final dos anos 60, a rede bancária passava a centralizar os serviços de arrecadação de impostos e taxas, de cobrança para empresas públicas e privadas, dentre outros. Ampliava-se de tal forma a prestação de serviços pelos bancos

brasileiros, que eles passam a ser considerados verdadeiros "supermercados de crédito". (Romanelli, 1978:58)

Com a multiplicidade de serviços oferecidos à população e a crescente concorrência interbancária, as agências passam a assumir papel de relevo no conglomerado financeiro ao qual encontram-se vinculadas, transformando-se em "postos de vendas" do grupo financeiro. Na busca por atrair clientes, desenvolvem-se e aperfeiçoam-se os serviços de atendimento ao público. Grande parte dos funcionários das agências especializa-se na venda dos "produtos" do banco: papéis e serviços diversos. Ao mesmo tempo, aumenta visivelmente o número de mulheres alocadas nas agências, efetuando tarefas vinculadas ao atendimento.

Neste contexto, o cliente adquire, gradativamente, posição cada vez mais destacada no processo de trabalho bancário e na rentabilidade dos bancos:

*"(...) é ao mesmo tempo fonte (depósitos à vista, a prazo fixo, poupança, letras, seguros, impostos, taxas etc.) e tomador de recursos (empréstimos pessoais, programas especiais de crédito imobiliário, capital de giro etc.), desencadeando com sua chegada todo o processo de trabalho". (Zamberlan e Salerno, 1983:177/178)*

Intensificava-se o processo de racionalização do sistema bancário. Os bancos adquirem caráter nacional, com suas diversas agências espalhadas pelo país. O novo quadro exigia mudanças organizacionais, que possibilitassem o controle das atividades desenvolvidas pelo banco, dispersas geograficamente. Procedia-se à centralização do processo administrativo pelas matrizes dos bancos, ao mesmo tempo em que se descentralizam os serviços prestados nas agências.

Para tanto, fazia-se necessária a padronização de rotinas e serviços bancários, instituindo-se normas rígidas divulgadas nas agências através de manuais de instrução e regulamentos internos dos bancos. A homogeneização dos procedimentos contábeis,

efetuada pelo Banco Central do Brasil em 1967, concorreria para que se desenvolvesse na atividade bancária um alto grau de normatização, com impactos profundos nas condições de trabalho dos bancários. (Zamberlan e Salerno, 1983:176)

São essas condições organizacionais que vão possibilitar (e estimular) a automatização bancária no Brasil. Conforme relatório da CEAB (Comissão Especial nº 15 Automação Bancária), as "três forças motrizes básicas da automação bancária" foram: (a) aumento de mercado, com possibilidade de atração de um maior número de clientes (com crescimento da captação de recursos) através da oferta de produtos novos e de melhor qualidade, sob a égide da "eficiência e rapidez"; (b) agilização do fluxo de informações para a administração, facultando uma aplicação dos recursos disponíveis com maior prontidão e, portanto, incrementando a rentabilidade dos bancos; (c) redução de custos, através do aumento da produtividade do trabalho. (CEAB, 1984:62/63)

Segundo Segnini, o setor financeiro é uma "ilha setorial de modernidade" no Brasil, um país caracterizado por altas taxas de analfabetismo, carência nutricional e defasagem tecnológica em quase todos os setores da economia. (Segnini, 1992:1/2)

Enquanto os banqueiros investiram entre US\$ 2 bilhões e US\$ 3 bilhões nos anos de 1992 e 1993 na compra de computadores e *software*<sup>11</sup> e vem conquistando lucros sempre crescentes, o emprego bancário vem acumulando taxas negativas desde fevereiro de 1990 e o índice de rotatividade na categoria é bastante alto. No período compreendido entre 1989 e 1993, o grande aumento da produtividade do trabalho bancário, consequência da intensificação dos processos automatizados e das novas estratégias organizacionais implementadas, gerou intensa redução de postos de trabalho no setor. A proporção de trabalhadores bancários na PIA (População em Idade Ativa), por exemplo, decresceu de 2,7% para 1,8%, entre os anos de 1985 e 1993, o que significou a redução aproximada de um terço de postos de trabalho. (DIEESE, 1994)

---

<sup>11</sup> Conforme CEZAR, Genilson: "Os Bancos Correm Atrás da Eficiência". *Informática Hoje*, ano 10, nº 361, caderno especial, 22.06.94.

## 2. O Trabalho Bancário Automatizado: Processo de Introdução e Impactos

No contexto de uma revolução tecnológica que se processa a nível mundial, caracterizada por Lojkin pela *"passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas - o que implica a capacidade das instalações automatizadas de substituir não somente a mão humana, mas também as funções cerebrais requisitadas pela vigilância das máquinas-ferramenta"*, a automação acarretaria mudanças de grande envergadura no cotidiano de trabalho nos bancos. (Lojkin, 1990:18)

Inovações organizacionais com impactos na produtividade, nas condições de trabalho e no perfil dos trabalhadores, além de novas formas de gestão da força de trabalho, seriam introduzidas concomitantemente à informatização do trabalho bancário, lançando novos desafios ao movimento sindical e gerando manifestações variadas dos trabalhadores nos locais de trabalho.

A introdução da tecnologia de base microeletrônica no sistema financeiro nacional, a partir da década de 60, efetivou-se através de quatro momentos distintos, de acordo com Lorangeira: o primeiro, imediatamente pós-64, com a criação de centros de processamento de dados (CPD's) baseados em computadores de grande porte; o segundo, chamado automação de "vanguarda", nos primeiros anos da década de 80, com a implantação do sistema *on line*, que interconecta as diversas agências do banco em tempo real; o terceiro, iniciado em meados de 80 e considerado automação de "retaguarda", *"constitui-se na utilização de terminais nas agências bancárias ligadas ao computador central, permitindo o fornecimento de dados, em rede, para o conjunto das agências do banco"*; o quarto, finalmente, constituído a partir de final dos anos 80, *"caracteriza-se pela captura e transferência eletrônica de dados externamente às agências bancárias, ou seja, nas residências, nas lojas, nos escritórios"*. (Lorangeira, 1993:21/22)

É importante salientar que o processo de introdução da automação bancária esteve sempre relacionado ao contexto político e econômico brasileiro e às transformações estruturais porque passava o sistema financeiro nacional, após a Reforma Bancária.

Assim, a constituição dos CPD's, desenvolvendo o processamento intensivo de dados provenientes das agências, está vinculada ao aumento da circulação de capital e à expansão do sistema financeiro ocorridos a partir do modelo econômico imposto no pós-64. A concentração e centralização bancárias, com o fortalecimento dos grandes bancos e a formação dos conglomerados financeiros, propiciava as condições para os investimentos em informática, liderados pelos bancos de maior porte. Ao mesmo tempo, o aumento da quantidade de estabelecimentos bancários espalhados pelos pais e a crescente complexidade dos serviços bancários, exigiam mudanças tecnológicas e organizacionais adequadas à nova conjuntura. Introduzidos para agilizar os serviços de lançamento de contas-correntes, registros contábeis e outras operações de apoio às agências e direção geral dos bancos, os CPD's reduziram custos operacionais e provocaram mudanças importantes no conteúdo do trabalho bancário.

A **Folha Bancária**, publicação diária do Sindicato dos Bancários de São Paulo (SEEB-SP), informa a respeito:

*"Os Centros de Processamento de Dados (automação a nível de retaguarda) começaram a surgir nos grandes bancos em meados da década de 60. Geralmente instalados fora dos centros urbanos, às vezes contando com o apoio de centros de processamento intermediários, os CPD's, compostos por grandes computadores, centralizaram a grande massa de dados referentes a todas as transações das agências e do conglomerado como um todo. A partir de então, os lançamentos nas contas dos correntistas passam a ser efetuados à noite e as listagens atualizadas enviadas às agências no dia seguinte". ("Surgem os CPD's. Começa a Corrida pela Informática". FB nº 1361, de 07.07.86)*

A criação dos CPD's modificava substancialmente a organização do trabalho nos bancos. As agências perdiam a relativa autonomia que detinham quanto aos serviços de contabilização. A partir daquele momento, grande parte das tarefas contábeis antes realizadas na retaguarda das agências são transferidas aos CPD's, iniciando-se um processo de fragmentação e esvaziamento no conteúdo do trabalho daquele bancário tradicional, conhecedor de contabilidade e detentor de uma visão mais global do processo de trabalho. A introdução do computador, juntamente com as inovações organizacionais que racionalizavam e normatizavam o trabalho nos bancos produzia, assim, a "*desapropriação do saber de métier*" do bancário. (Grun, 1985:111/117)

O movimento pela racionalização do trabalho, que desde as últimas décadas do século XIX aparecia na Europa, com o objetivo de forjar um novo tipo de trabalhador mais adequado às necessidades de expansão do capital, manifestava-se intensamente no contexto brasileiro de final dos anos 60.

A cisão entre aqueles que concebem, planejam e controlam o processo de trabalho, e aqueles que simplesmente o executam, fundamento da "organização científica do trabalho", manifestava-se de modo peculiar no trabalho bancário. Além da perda de conteúdo do trabalho da maior parte dos bancários e de seu distanciamento em termos de qualificação, controle sobre o próprio trabalho e remuneração dos novos cargos técnicos e gerenciais criados, a racionalização transparecia na centralização administrativa implementada nos bancos e na padronização sistemática do processo de trabalho.

As novas exigências organizacionais derivadas da expansão do sistema financeiro e da multiplicação de agências bancárias pelo território nacional, assim como do crescimento no volume de serviço oferecido à clientela, indicavam a necessidade de uma maior centralização de poder pela administração geral dos bancos.

Rigorosas normas de trabalho a serem seguidas pelo conjunto dos funcionários, eram formuladas naquelas dependências e remetidas às agências e centrais de processamento de dados. Ao mesmo tempo, criavam-se setores especializados em

Organização e Métodos, com o objetivo de conceber formas mais racionais de uso da força de trabalho, em busca de maior produtividade e custos operacionais reduzidos.

Os regulamentos e manuais de instrução, concebidos na administração geral, tornavam-se assim instrumentos fundamentais na racionalização do trabalho e nas relações de poder das instituições bancárias. Segundo comentário de Romanelli:

*"O processo burocrático, sedimentado em uma estrutura de poder distante e impessoal, contida nos regulamentos, converte a relação com o trabalho em sujeição absoluta aos manuais. Essa sujeição ao poder da norma, transforma-se lentamente em hábito, cada vez mais arraigado, gerando uma postura rígida face a execução das tarefas e uma conduta pouco flexível nas relações interpessoais". (Romanelli, 1978:163)*

O trabalho bancário adquiria uma nova configuração, à medida que a experiência e os conhecimentos técnicos adquiridos pelos trabalhadores no decorrer de sua prática laboral cotidiana iam sendo apropriados pela direção geral, reduzidos aos regulamentos e incorporados às máquinas automatizadas.

Zamberlan e Salerno ressaltam as características de seqüenciação e redundância como resultados dessa nova divisão técnica do trabalho bancário e instrumentos de controle sobre o trabalho. Segundo os autores, a seqüenciação estaria relacionada com o fato de cada tarefa depender de uma outra para ser realizada (por um funcionário ou um setor), o que propiciava situações de conflito e tensão entre os trabalhadores. A redundância, vinculada à necessidade de aumentar a confiabilidade do banco junto à clientela, referia-se ao procedimento de sistemas de conferências realizados sucessivamente por funcionários alocados em diferentes seções. (Zamberlan e Salerno, 1983:179/180)

Novos postos de trabalho vinculados às operações informáticas iam sendo criados nos bancos. Surgiam os digitadores e os conferentes, responsáveis pela entrada e

conferência de dados, tarefas bastante simplificadas e padronizadas. Simultaneamente, cargos técnicos mais especializados iam sendo incorporados aos quadros de carreira dos bancos, nas funções de operação, programação e análise de sistemas. Verificava-se uma polarização entre grande número de trabalhadores não-qualificados, executores de tarefas simplificadas e rotineiras, de um lado, e uma minoria qualificada, forjada a partir dos novos postos de trabalho vinculados à informática (programadores e analistas de sistemas, especialmente) e às gerências especializadas, de outro. (Larangeira, 1990:2)

É interessante observar que o trabalho informático também vai se fragmentando, à medida que se desenvolviam tecnologicamente os equipamentos automatizados e modificava-se a organização do trabalho. Em meados dos anos 50, quando os primeiros computadores eram instalados em grandes empresas, o técnico responsável por sua manipulação exercia as funções de operador, programador e analista, possuindo portanto um grande domínio de todo o processo de trabalho relacionado à automação. (Manacorda, 1982:37)

Todavia, à medida que se aprofundava a divisão capitalista e a racionalização do trabalho, uma crescente especialização no setor informático ia separando cada vez mais radicalmente as atividades de execução e concepção. Assim, enquanto o analista concebia os sistemas informáticos necessários à empresa e o programador codificava-os, desenvolvendo um programa para a máquina, ao operador cabia a tarefa rotineira de manipulação e operação dos equipamentos automatizados. Quanto aos serviços vinculados à entrada de dados, desde sua origem foram considerados ocupação de baixa qualificação, distanciada das demais atividades do trabalho informático nas exigências de conhecimento e habilidades necessárias para sua execução e na remuneração obtida. (Soares, 1989:12/13; Silva, 1990:56/65)

Uma nova dimensão do processo de automatização apresenta-se com a modernização dos sistemas de apoio às decisões gerenciais (SAD) no decorrer dos anos

70, que permite à gerência e alta administração dos bancos um acompanhamento mais efetivo de suas operações financeiras.

O contexto inflacionário, as altas taxas de juros cobradas pelos bancos e a especulação financeira que se intensificava no final da década e que propiciava lucros esplêndidos aos banqueiros, requeriam sistemas de informação rápidos e eficientes sobre os saldos financeiros. Espécie de arquivos eletrônicos *"que centralizam e processam informações a respeito das diversas operações do conglomerado, e arquivam informações a respeito dos clientes e do sistema financeiro"*, os SAD permitiam aos bancos maior segurança nos investimentos de capital, possibilitando maiores lucros. (Ely, 1992:21)

Em 1980, a automação bancária estende-se às atividades de atendimento com a instalação de terminais *on line* nas agências, através dos quais as movimentações das contas correntes são atualizadas imediatamente. Nesta segunda fase da automação bancária, o crescente processo de conglomeração no sistema e a intensa concorrência interbancária, num quadro de altos índices inflacionários, seriam os principais elementos propulsores do processo.

A introdução de inovações tecnológicas, nesse momento, juntamente com as mudanças no estilo arquitetônico das agências, com a criação de áreas de *marketing* e com a propagação de campanhas publicitárias, faz parte das estratégias mercadológicas de divulgação da imagem do banco como empresa eficiente e moderna. (Ravagnani, 1990:13)

A implantação do sistema automatizado nas agências percorre um trajeto veloz, especialmente nos grandes bancos privados nacionais, diante das perspectivas de obtenção de maiores lucros com a crescente eficiência e agilidade nas inversões de capital, numa conjuntura de altas taxas inflacionárias. Assim é que, em dezembro/81, havia 63 agências automatizadas no país; em junho/82 o número sobe para 195; em

setembro/82 para 288 e, em dezembro do mesmo ano, já havia 480 agências *on line* em funcionamento. (Martinez, 1985)

A automatização das agências bancárias seria comentada, na época, em matéria da revista **Exame**:

*"O Bradesco inaugura neste mês de fevereiro, na praça Panamericana, em São Paulo, a chamada 'agência do futuro'. Sua principal característica é o elevado grau de automação, que lhe permitirá operar, como se diz no jargão dos homens de processamento de dados, em 'tempo real'. (...) Neste caso, porém, o Bradesco, até certo ponto, não foi o pioneiro. Em agosto do ano passado, o Itaú, seu adversário mais próximo, abriu ao público a primeira unidade de 'tempo real', a agência Mercúrio, em São Paulo, com protótipos fabricados pela Itaotec, sua subsidiária. Em novembro do mesmo ano era a vez do Banorte, um banco de porte médio (tem 91 agências), sediado em Recife, acionar, na agência da praça Maciel Pinheiro, os equipamentos eletrônicos fabricados pela Digired - indústria nacional especializada no sistema bancário e que fornecerá as máquinas a serem instaladas ainda este ano na agência-piloto do Unibanco". ("O 'Tempo Real' Muda a Vida dos Bancos". Negócios em Exame, 28.01.81)*

Oferecendo rapidez e segurança nas operações realizadas através do sistema interativo *on line*, os bancos voltavam-se para o aperfeiçoamento das atividades de atendimento aos clientes, disputando seu lugar no mercado financeiro. Mudanças importantes produziam-se na organização e no conteúdo do trabalho bancário.

O trabalho dos caixas, por exemplo, alterava-se significativamente à medida que se desenvolvia o trabalho automatizado. Com a constituição dos CPD's, havia se ampliado o conteúdo de seu trabalho, na medida que passaram a assumir diversas tarefas antes realizadas na retaguarda: baseando-se nas listagens enviadas daquelas centrais com o saldo devedor das contas correntes atualizado (*sleep*), os caixas verificavam saldos das contas-correntes e lançavam o crédito ou débito em conta, além de conferir assinaturas etc., o que exigia seu deslocamento freqüente do guichê para consultar o arquivo de *sleep*.

Aumentava o número de caixas nos bancos, intensificava-se seu ritmo de trabalho, mas em contrapartida enriquecia o conteúdo das tarefas realizadas, já que o caixa passava a centralizar o conjunto dos serviços de atendimento. (Batista da Silva, 1990:128/136)

A introdução do *on line* possibilitava aos caixas o acesso aos dados necessários à execução de suas tarefas diretamente no terminal de computador que lhe servia, a partir de então, de instrumento de trabalho. Aumentava drasticamente a produtividade de seu trabalho, com a maior rapidez de atendimento e a intensificação de seu ritmo de trabalho no guichê. Por outro lado, o *on line* tornava mais seguro o trabalho dos caixas, diminuindo o risco de erros, já que o próprio computador recusa dados incorretos ou rejeita o pagamento de cheques desprovidos de fundos. As novas condições de trabalho foram comentadas por um caixa, da forma seguinte:

*"A gente fica mais tempo dependente da máquina. Antigamente a gente tinha mais tempo para conversar com o cliente, de dar um atendimento mais personalizado porque não tinha que digitar tanto... Não dá nem para você olhar na cara do cara de vez em quando, tem dias que está muito corrido, você não consegue nem ver quem é que está pagando, é tudo muito rapidinho mesmo".*  
(Silva, 1991:127)

O trabalho de suporte ao atendimento nas agências, chamado trabalho "de retaguarda", diminuía de importância à medida que se automatizavam os bancos. Nos momentos iniciais do processo informático, esse trabalho foi transferido em grande parte para os CPD's onde auxiliares de escritório, digitadores e conferentes, preparavam os dados enviados das agências. Com a introdução do *on line*, diversas rotinas efetuadas na retaguarda das agências iam sendo eliminadas, ao mesmo tempo que se reduzia fortemente a quantidade de papéis a serem manipulados, face sua absorção pelo computador.

Uma série de postos de trabalho ia sendo atingida pela arrancada tecnológica, inclusive aqueles criados por ela: os relacionados à entrada e ao controle de dados. Com efeito, o trabalho dos digitadores e conferentes transferia-se paulatinamente para os funcionários que utilizavam diretamente em seu serviço cotidiano aqueles dados digitados e controlados agora por eles próprios. Configurava-se um processo de desvalorização das funções de digitador e conferente, que implicaria em demissões ou transferências, e provocaria impactos em suas condições de trabalho e na sua capacidade de pressão diante do capital. (Jinkings, 1990:90/91)

A diminuição dos serviços de retaguarda e, especialmente, o processo de extinção do posto de trabalho do digitador a partir do *on line*, poderiam ser ilustrados com o seguinte exemplo:

*"Algum tempo atrás, o cliente ia lá e sacava um cheque no banco, o caixa, o que ele fazia? Ele apenas autenticava aquele cheque na máquina e te pagava em dinheiro. Esse cheque, ele ia lá para trás para um digitador, ou vinha para o CPD, vinha transportado por malote, toda aquela transação e um digitador, finalmente, o digitava na sua conta, debitava da sua conta aquele cheque, tal como aparece no extrato do banco. Hoje, na hora que você entra com um cheque ali na frente, no caixa, ele, naquela maquininha ali, ele te dá o dinheiro, autentica e já debita esse cheque na sua conta. É imediato. Aquele documento morre ali, naquele exato momento". (Luiz Fernando, analista de sistemas, banco estatal, junho/94)*

A ênfase ao atendimento expressa-se na arquitetura das agências, que passam a apresentar uma ampla área reservada ao contato direto com o público, na qual gerências especializadas em vendas e funcionários qualificados, conhecedores dos movimentos do mercado financeiro, apresentam aos clientes os serviços e "produtos" do banco, na forma de aplicações, seguros, empréstimos etc.. Postos de trabalho diretamente vinculados ao

mercado financeiro são criados com o objetivo de coordenar as atividades de vendas nos bancos: gerente de negócios, operador de mercado, são exemplos.

Os avanços tecnológicos incorporados no sistema *on line*, integrando os ambientes das agências e distribuindo mais racionalmente as informações, propiciam inovações importantes nos serviços oferecidos à clientela dos bancos. Desenvolve-se o chamado "auto-atendimento", através do qual os clientes operam diretamente os terminais de computador instalados nas agências, por meio de cartões magnéticos, dispensando a presença de funcionários.

A propagação do auto-atendimento e dos caixas eletrônicos - terminais de transferência de fundos conhecidos pela sigla ATM (*Automatic Teller Machine*) - facultam aos clientes a utilização de pontos de atendimento externos às agências. Surgem os chamados "Bancos 24 Horas", que possibilitam verificação de saldos, obtenção de extratos, depósitos e saques em dinheiro, independente dos horários de atendimento das agências. (Accorsi, 1990:53)

Os pesados investimentos dos conglomerados financeiros em informática, em um momento de profunda crise econômica no país, parece paradoxal. Todavia, é exatamente o cenário econômico da época que explica o fenômeno. Os primeiros anos da década de 80 foram marcados por uma conjuntura recessiva e inflacionária, pela instabilidade dos fluxos financeiros, das taxas de juros e das regras de indexação, além da contração nas políticas monetária e creditícia, dívida interna e externa e *déficit* público.

As empresas financeiras buscavam novas fontes de rendimento, deixando visíveis as deformações do sistema financeiro derivadas do seu processo evolutivo. Tradicionalmente originado do *spread* creditício (diferença entre as taxas de juros no mercado de captação e as vigentes no mercado de crédito), o lucro dos bancos passou a distanciar-se cada vez mais da intermediação financeira (caindo drasticamente os investimentos produtivos), baseando-se então no ritmo inflacionário, no aumento dos custos financeiros e nas altas taxas de juros. Esse mecanismo gerou uma verdadeira

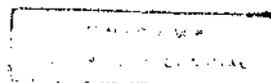
máquina especulativa, aumentando extraordinariamente o lucro dos bancos e criando a chamada "ciranda financeira".

Segundo Teixeira e Costa, os problemas da estrutura bancária na época eram os seguintes:

*"(a) uma estrutura de ativos 'podre', pelo risco de iliquidez das empresas tomadoras, em que pese a maior concentração dos empréstimos em empresas do setor público; (b) uma estrutura de captação sensível às variações bruscas nos preços e na rentabilidade esperada dos títulos financeiros; (c) níveis de custo operacional excessivamente altos, seja no componente custos financeiros de captação (puxados pela composição passiva e pelas altas taxas de juros), seja quanto aos custos administrativos e patrimoniais (impulsionados pela concorrência e pela modernização que os bancos vêm patrocinando); (d) critério de desempenho na intermediação, avaliado segundo os padrões usuais de relação de depósito/agência e empréstimos/agência, em franca regressão".*  
(Teixeira e Costa, 1986:180)

Diante da gravidade dos problemas enfrentados pela economia brasileira no período (a inflação havia alcançado a taxa aproximada de 234% ao ano em 1985), o governo implementou um programa de estabilização econômica em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado, que congelava os preços, extinguiu a correção monetária e proibiu os contratos com prazos inferiores a um ano, dentre outras medidas que atingiam imediatamente os altos índices inflacionários. Aparentemente, as expectativas do programa eram de que fossem eliminados os mecanismos especulativos de rentabilidade dos bancos, retornando o sistema financeiro à sua função econômica tradicional de captação de recursos e concessão de empréstimos. (Teixeira e Costa, 1986:177/196)

Evidentemente que tais medidas teriam impacto imediato na lucratividade dos bancos. Segundo dados do DIEESE, o índice do lucro bruto dos dez maiores bancos privados nacionais no período compreendido entre 1983 e 1987, seguiu o seguinte



percurso: até o segundo semestre de 1985 apresentou um comportamento ascensional; no final do primeiro semestre de 1986 as taxas de lucro caíram vertiginosamente, para apresentar uma ligeira recuperação no segundo semestre/86 e voltar a crescer com força total em 1987. (Ely, 1992:40)

Apesar de uma série de medidas institucionais adotadas após a decretação do programa de estabilização, com a finalidade de viabilizar o sistema financeiro nas novas condições, os bancos iniciaram procedimentos diversos de redução de custos operacionais, fechando mais de mil agências, demitindo cerca de 120 mil trabalhadores e adotando políticas seletivas mais rigorosas com relação à clientela. (Accorsi, 1990:24)

No que concerne aos investimentos em automação bancária, os bancos passaram a buscar soluções mais flexíveis e de custo mais baixo, ajustando a introdução das inovações tecnológicas ao quadro de menor lucratividade que vivenciavam naquele momento.

É diante desse cenário que a terceira fase da informatização do sistema financeiro nacional, denominada automação de "retaguarda", vincula-se menos às estratégias mercadológicas dos bancos e mais aos aspectos de racionalização, produtividade e redução de custos operacionais no processo de trabalho bancário.

Segundo Larangeira, este momento *"caracteriza-se pela redução ou mesmo eliminação do trabalho 'manual' de manuseio com papéis"*. O sistema *on line* estende-se agora aos serviços internos dos bancos, em apoio à operações de cobrança, câmbio, empréstimos, seguros e poupança, dentre outras. (Larangeira, 1993:22)

Com a queda do Plano Cruzado e a retomada dos mecanismos especulativos, a assimetria entre a acumulação produtiva e a acumulação financeira, mais visível nos momentos de crise econômica, continuava a rondar a economia brasileira. No decorrer dos próximos anos, diversos planos econômicos foram adotados com o objetivo de estabilizar a economia e enfrentar o contexto inflacionário, sem sucesso.

Os conglomerados financeiros seguem fortalecidos, mesmo diante de uma situação econômica instável de mudanças frequentes nas políticas econômicas e monetárias. Note-se que desde o Plano Cruzado, os bancos vêm "enxugando" suas estruturas internas, preparando-se para enfrentar situações desfavoráveis à sua rentabilidade. Daquela época até meados de 1993, desapareceram 230 mil postos de trabalho; foram terceirizados diversos serviços de apoio aos bancos, como transporte de valores, limpeza, segurança e restaurante para funcionários; diminuiu o número de agências bancárias. ("O Que Está em Jogo nos Bancos", *Exame*, 23.06.93:63)

Desde final dos anos 80, quando se inicia o quarto momento das transformações tecnológicas nos bancos, a automação vem se modernizando sempre mais. Nesta fase, destaca-se a transferência eletrônica de dados externamente às agências bancárias, que possibilita às pessoas físicas ou jurídicas realizarem operações financeiras, tais como aplicações, transferências de créditos, pagamentos, nas residências, empresas ou lojas, mediante a utilização de serviços sofisticados, disponíveis para uma clientela seleta: videotexto (informações na tela de TV dos usuários), *audio responser* (via telefone), *eletronic data interchange - EDI* (utilizado por pessoas jurídicas, possibilita pagamento eletrônico de contas, negociação de prazos de entregas de mercadorias, comunicação entre empresas, realização de investimentos e financiamentos, entre outras operações), *office bank* (exclusivo para pessoas jurídicas, permite a realização de operações instantâneas através da conexão entre o computador da empresa e o do banco), *home bank* (computadores do banco conectados ao terminal de computador do cliente), poupança automática, dentre outros. Ao mesmo tempo, a automação bancária integra-se à automação comercial mediante a instalação de terminais de transferências de fundos - TTF's, diretamente da conta do cliente para a da empresa credora. (Accorsi, 1990:52/53; Ely, 1992:45/47)

Recentemente, já nos anos 90, assistimos à criação de agências totalmente automatizadas e à experiências com agências onde o atendimento aos clientes é efetuado

exclusivamente via telefone ou fax, caso da "Agência 30 Horas Unibanco". A utilização de equipamentos mais sofisticados, vem permitindo aos caixas a conferência de assinaturas via *on line*, através da exposição da assinatura do cliente na tela do visor, no momento do atendimento.

Ao mesmo tempo, difunde-se o sistema de compensação eletrônica e a leitura ótica de cheques. O Bamerindus, por exemplo, vem implantando microcomputadores 486 nos caixas, com capacidade para leitura ótica de códigos magnéticos e de barras nos cheques, além de possibilitar a separação automática dos cheques por banco e por praça de compensação. O aperfeiçoamento e expansão dos sistemas de auto-atendimento permite, atualmente, a impressão de talões de cheque nos terminais eletrônicos. (Ely, 1993:5/7)

Diante de uma demanda cada vez mais seletiva e exigente quanto à variedade e à qualidade dos serviços oferecidos, os bancos investem maciçamente em pesquisa e tecnologia, renovando e aperfeiçoando incessantemente seus "produtos". A competição pela conquista de grandes ou médios clientes, potencialmente investidores, num contexto de alta concentração de renda - em 1993, somente 18% da população brasileira possuía conta em bancos -, ocasiona o direcionamento das estratégias mercadológicas dos bancos para o atendimento personalizado e para a comodidade dos clientes. (Segnini, 1994:7)

É diante desse quadro que se configuram as inovações tecnológicas mais recentes introduzidas pelos bancos no mercado financeiro. O Unibanco, por exemplo, oferece à sua clientela o "telefone inteligente" que, acoplado a um terminal de computador portátil, possibilita consultas quando acessado através do cartão magnético e senha do cliente. O Banco Rural lança o *paim top*, microcomputador portátil para consultas, com possibilidade de ser acoplado ao telefone celular do cliente. O Bradesco promove a interligação de sua rede com a de dez empresas de grande porte (com a perspectiva de posterior ampliação do sistema), capacitando a empresa e pessoas físicas vinculadas à ela a realizar operações em qualquer dos terminais de computador interligados. O Citibank

cria o "banco global", internacionalizando seus serviços através da interligação de terminais de clientes com o banco em 22 países da América Latina, propiciando a conversão de moedas e operando em português, inglês e espanhol. (Ely, 1993:7)

O *lay out* das agências bancárias evolui, articulado com as inovações tecnológicas e organizacionais. A sofisticação dos serviços de atendimento tende a gerar uma cisão no espaço físico das agências. Em grande parte dos bancos, as agências apresentam um espaço específico para as atividades de auto-atendimento, espécie de centrais de atendimento automatizado isoladas por portas envidraçadas do restante da agência e, inclusive, com entrada independente. Esse ambiente, que funciona em horários que extrapolam o tradicional horário de atendimento ao público nos bancos, exige tão somente que um funcionário abasteça as máquinas com dinheiro e coloque em atividade o mecanismo pela manhã. A partir daí, a relação de trabalho que se estabelece é entre o cliente (usuário) e o computador (atendente).

Uma outra modificação no *lay out* das agências pode ser observada atualmente. A automatização do trabalho bancário, que implicaria na enorme redução do fluxo de papéis nos bancos, produziria gradativamente o desaparecimento de tradicional peça da mobília bancária: o arquivo. Conforme um bancário entrevistado:

*"(...) antigamente, você entrava numa agência, você via as paredes completamente cheias de armários, de arquivos pretos. Hoje em dia, você pode reparar, você quase não vê, os arquivos estão acabando. (...) Era o armário onde se arquivava papel, a sua ficha, proposta, cadastro, arquivava papéis, papéis. Entra dentro de uma agência de um banco automatizado como o Itaú, Bradesco, você não vai ver mais nenhum armário daquele ali". (Luiz Fernando, analista de sistemas de banco estatal, junho/94)*

O trabalho nas agências, atualmente, divide-se entre a área comercial, vinculada às atividades de atendimento dos clientes, e a área operacional, responsável pelos serviços

internos de suporte ao atendimento, a chamada *retaguarda*. Segundo um gerente de agência, mesmo com a intensa automatização do trabalho bancário e a ênfase nos processos de atendimento ao público, os serviços de *retaguarda* continuam sendo necessários ao funcionamento da agência:

*"Não é tudo que você pode fazer numa gerência de atendimento. Por exemplo, a parte de financiamento. Hoje, quando eu estou fazendo um financiamento de automóvel, eu estou creditando na hora a conta do cliente. Só que aí eu passo para a área de captação terminar, datilografar o contrato, tudo direitinho. Então, a gente precisa dessa retaguarda".* (gerente geral de agência, banco privado nacional, agosto/94)

O sistema de auto-atendimento e a generalização do uso de cartões magnéticos repercutiram profundamente no trabalho bancário e na sua divisão técnica, reduzindo o movimento de clientes no interior das agências, extinguindo postos de trabalho e criando outros. Uma das funções mais atingidas no período é, sem dúvida, a do caixa, substituída cotidianamente pelo computador. Ao mesmo tempo, os cargos relacionados ao trabalho de *retaguarda* nas agências, já em adiantado processo de esvaziamento desde a introdução do sistema *on line*, seguem seu irreversível percurso de perda de conteúdo, cada vez mais distantes da posição destacada que detiveram no processo de trabalho bancário anterior à intensificação da automação. Segundo Ely:

*"Com a difusão dos serviços de auto-atendimento, parte do trabalho de digitação, antes realizada pelo bancário/caixa, passa a ser feita pelo próprio cliente. A ligação eletrônica entre empresas e banco, através dos home bank, eliminou grande parte da troca de documentos e dos procedimentos relativos ao arquivamento destes papéis nos bancos. A difusão do uso dos cartões magnéticos, no comércio e nas agências bancárias, reduziu o uso dos cheques no mercado, diminuindo as atividades relativas ao processamento destes papéis na instituição financeira".* (Ely, 1992:50)

### **3. A Transformação do Mundo do Trabalho sob a Acumulação Flexível**

A velocidade com que vai se transformando o mundo do trabalho à medida que as inovações tecnológicas e organizacionais vão sendo implementadas, exige das empresas um esforço constante de atualização, onde é fundamental a rapidez e a capacidade de inversão no movimento da concorrência entre os capitais. Novas formas de gestão da força de trabalho e mudanças nos papéis a serem desempenhados pelos trabalhadores, vêm alterando a própria divisão social do trabalho e criando métodos sempre mais sofisticados de extração de mais-valia, através da crescente produtividade do trabalho que os conhecimentos científicos e tecnológicos possibilitam.

A apropriação, pelo capital, da tecnologia e da ciência à serviço de sua "autovalorização" não é recente. A introdução da maquinaria na indústria, no final do século XVIII, já buscava adequar o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho às tendências expansivas do capital. (Marx, 1989b:423/579)

Hoje, a subordinação do trabalho ao capital se dá sob condições materiais inteiramente novas. A aplicação da microeletrônica nos processos de trabalho vem ocasionando uma completa reformulação nas relações de produção e nas formas de planejar e operar os sistemas de produção. O movimento pela racionalização do trabalho das últimas décadas do século passado, "expressão intelectual, em termos organizacionais", do capitalismo monopolista, vem se traduzindo atualmente em um novo modo de desenvolvimento da força produtiva do trabalho a favor do capital. (Tragtemberg, 1977:193)

Com efeito, a rigidez dos sistemas de produção típicos das empresas tayloristas ou fordistas, fundados basicamente na produção de produtos padronizados em grande quantidade, na parcelização do trabalho e no controle do modo de execução e do ritmo de

trabalho, sobrepõe-se uma via alternativa de racionalização do trabalho caracterizada essencialmente pela versatilidade da produção e flexibilidade do processo de trabalho e apoiada nas mudanças dos padrões de consumo e na mobilidade dos mercados de trabalho.

Diante de um contexto mundial assinalado por crises econômicas e pelo acirramento da concorrência intercapitalista na década de 70, essa nova fase de organização produtiva chamada por diversos estudiosos de "pós-fordismo", inaugura um modo inédito de reprodução capitalista a que Harvey denominou "acumulação flexível":

*"A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional". (Harvey, 1993:140)<sup>12</sup>*

Oliver e Wilkinson sistematizaram as formas de flexibilidade do trabalho em: temporal, numérica e funcional. Segundo os autores, a flexibilidade temporal estaria vinculada à capacidade de ajuste entre a variação da demanda e a quantidade de trabalho necessário, possibilitando um melhor aproveitamento do tempo despendido na produção a partir da utilização dos equipamentos microeletrônicos.

---

<sup>12</sup> A propósito das possibilidades (ou não) de universalização dessa nova forma de organização produtiva, a nível mundial, e do significado dessas transformações no mundo do trabalho, consultar ainda: SABEL, C. e PIORE, M., *The Second Industrial Divide*; KERN, H. e SCHUMANN, M., *La Fin de la Division du Travail?*; CORIAT, B. *El Taller y el Robot, Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Massa en la Era de la Electrónica*; CLARKE, S., *Crise do Fordismo ou Crise da Socialdemocracia?*; ANNUNZIATO, F., *Il Fordismo nella Critica di Gramsci e nella Realtà Statunitense Contemporanea*; SCHMITZ, H., *Flexible Specialization: A New Paradigm of Small-Scale Industrialization?*. Uma sistematização desse debate pode ser encontrada em: ANTUNES, R., *Adeus ao Trabalho?* (4/12); LEITE, M., *O Futuro do Trabalho* (94/107).

A flexibilidade numérica consistiria em oscilações na quantidade de trabalhadores vinculada à empresa diante das diversificações da demanda, observando-se a imposição de regimes e contratos de trabalho cujas condições (duração, jornada, local etc.), dependeriam das necessidades eventuais da empresa. Este tipo de flexibilidade estimularia a diminuição do emprego regular e a disseminação de formas de subemprego em mercados de trabalho secundários, na condição de trabalho temporário, em tempo parcial ou subcontratado. (Oliver, N. e Wilkinson, B., *The Japanisation of British Industry*, Oxford, Blackwell, 1988. Apud: Segnini, 1994:6/7)

Segundo Harvey, a acumulação flexível vem implicando em níveis crescentes de desemprego e subemprego, mesmo em países avançados tecnologicamente. Na Inglaterra, por exemplo, os "trabalhadores flexíveis" aumentaram em 16%, enquanto que os empregos regulares diminuíram em 6% no período compreendido entre 1981 e 1985. Nos EUA, aproximadamente um terço dos novos empregos criados situava-se na categoria de "temporários", no mesmo período. (*Financial Times*, 27.02.87; *New York Times*, 17.03.88. In: Harvey, 1993:141/146)

O terceiro tipo de flexibilidade apontado por Oliver e Wilkinson, a flexibilidade funcional, caracterizada pela capacidade dos trabalhadores de exercerem funções diferenciadas sempre que a variação da demanda exigir, implicaria na polivalência e multiquificação. Os trabalhadores altamente qualificados, com emprego regular e detentores de funções estratégicas para a lucratividade da empresa, seriam responsabilizados por tais funções. (Oliver, N. e Wilkinson, B., op.cit.. Apud: Segnini, 1994:6/7)

Segundo Segnini, o elevado nível de qualificação dos trabalhadores bancários vinculados às funções de atendimento, conhecedores dos diversos serviços oferecidos pelo banco e capazes de opinar quanto às alternativas de aplicação financeira mais favoráveis ao cliente, expressaria a flexibilização funcional no trabalho bancário. (Segnini, 1994:7)

Esses novos padrões de organização produtiva, originados a partir de experiências realizadas na Itália, Alemanha, Suécia, EUA, entre outros países de capitalismo avançado, expressaram-se fortemente nas experiências japonesas de gestão de produção na indústria. Derivadas das inovações organizacionais introduzidas na Toyota pelo engenheiro Ohno, o modelo japonês também chamado Toyotismo ou Ohnismo, repercutiria em todo o mundo do trabalho, seja pela intensa transformação tecnológica que operou na indústria japonesa, seja por suas potencialidades de difusão a nível mundial. (Antunes, 1994:12/13)

Vinculando os processos de acumulação flexível ao modelo japonês, Coriat destaca a *"des-especialização dos trabalhadores qualificados por meio da instalação de uma certa polivalência e plurifuncionalidade dos homens e das máquinas"*, além da constituição de mercados internos de trabalho nas grandes empresas, como as bases sobre as quais sustentam-se as experiências japonesas de racionalização do trabalho. (Coriat, 1993:81/83)

As práticas flexíveis de trabalho derivadas dessa proposta de reestruturação produtiva, aliadas aos métodos *just in time/kanban*<sup>13</sup> de intensificação do trabalho, se constituiriam em fatores determinantes da elevação da produtividade do trabalho nas empresas japonesas.

A mundialização da economia e a intensificação da concorrência intercapitalista, provocariam a difusão e a generalização dos métodos japoneses de reorganização produtiva. Adaptado a diferentes contextos produtivos e mercados de trabalho, esse novo modelo de acumulação capitalista vai assumindo formas distintas quanto às modalidades de flexibilidade enfocadas, condições de emprego e salário, níveis de qualificação do

---

<sup>13</sup> *"Sistema de organização da produção orientado para fabricar determinado produto apenas na quantidade e no momento exatos. A produção é puxada por vendas e, internamente, o mesmo ocorre com os processos finais 'pedindo' componentes para os processos anteriores. A expressão inglesa pode ser traduzida por 'na hora certa'". (DIEESE, Tecnologia, Qualidade, Produtividade - Glossário, 1993:2)*

trabalho e relações de produção engendrada, quando consideramos a divisão internacional e sexual do trabalho. (Hirata, 1992:7)

Com efeito, nos países do Terceiro Mundo são ainda dominantes as práticas tayloristas/fordistas de trabalho. Os países capitalistas avançados, palco de inovações tecnológicas extremamente velozes e coagidos pela concorrência, buscam ainda um modelo próprio de organização produtiva e de relações de trabalho em conformidade com suas necessidades de valorização do capital. Nestes países, convivem certamente os dois modelos de acumulação capitalista, o que se dá de modos específicos dependendo do setor produtivo e das relações de produção estabelecidas

**As transformações nas forças produtivas do trabalho não podem ser dissociadas do regime de produção que as gerou. Assim como a introdução da maquinaria e o aumento radical da produtividade do trabalho que ela propiciou não significaram melhores condições de vida e trabalho à classe trabalhadora do século XIX, as atuais inovações tecnológicas não solucionam as contradições e antagonismos inerentes ao capitalismo.**

As mudanças organizacionais fundadas nos equipamentos microeletrônicos e na flexibilidade do trabalho atingem distintamente, não somente os países conforme seu nível de desenvolvimento econômico, mas as próprias classes sociais e suas diversas frações, aprofundando as cisões quanto à distribuição de renda e padrões de vida. Segundo Lojkin:

*"A revolução informacional suscitada por um capitalismo em crise profunda e duradoura não superou o sistema social que a engendrou. A informática, pois, em si mesma, não oferece 'naturalmente' nenhuma garantia para o emprego, a qualificação e a responsabilização dos assalariados do futuro, ainda que suas potencialidades sejam mais amplas que aquelas da revolução da máquina-ferramenta". (Lojkin, 1990:19)*

Refletindo sobre as conseqüências das mutações tecnológicas para a classe assalariada, Wood enfatiza que a flexibilidade do trabalho pode aprofundar uma segmentação nos mercados de trabalho que se expressa na constituição, por um lado, de uma força de trabalho qualificada e polivalente, exercendo atividades com conteúdos diferenciados; por outro, de uma grande massa de trabalhadores desqualificada, facilmente substituível, em geral sujeita a regimes de trabalho em tempo parcial ou temporário. Atento às divisões sexual e étnica do trabalho, o autor sugere ainda que a nova estrutura de emprego atinge negativamente aqueles segmentos tradicionalmente excluídos ou discriminados nos mercados de trabalho - mulheres, negros, minorias étnicas. (Wood, S., *Transformation of Work?*, Boston, Unwin Hyman, 1989. Apud: Leite, 1994:101/102)

A globalização da economia e seus impactos na concorrência intercapitalista e nos padrões de consumo, implicariam em mudanças nas relações entre oferta e demanda de produtos no mercado internacional. Ao mesmo tempo em que a oferta se multiplicava com a entrada em cena de diversos países em vias de industrialização, modificava-se o perfil do consumidor, exigindo mais qualidade e maior variedade de produtos.

A nível da organização da produção, o novo quadro econômico se traduziria nas propostas de flexibilização do trabalho e utilização das máquinas microeletrônicas, além da criação dos programas de "qualidade total", sistemas de controle estatístico introduzidos com o objetivo de evitar desperdícios, produzindo de imediato segundo um padrão correto e transferindo ao operador do equipamento a verificação de qualidade da produção. (Schonberger, 1982:47)

Difunde-se no meio empresarial o conceito de "controle da qualidade total" (TQC), onde qualidade é entendida como atendimento satisfatório das necessidades do consumidor (produtos e serviços) e implica em mudanças em todas as etapas do processo produtivo, especialmente nas políticas de recursos humanos.

A nível de gestão da produção, as novas exigências de qualidade implicariam em mudança dos parâmetros de relações de trabalho estabelecidos pelo taylorismo/fordismo. À rígida hierarquia estabelecida entre as gerências e o coletivo de trabalhadores, sobrevém uma nova proposta baseada na participação e na mobilização do trabalhador diante dos objetivos de maximização da lucratividade da empresa. Criam-se os círculos de controle de qualidade (CCQ's), pequenos grupos de empregados voluntários que se reúnem para discutir formas mais racionais de trabalho, com a finalidade de elevação da produtividade. (Salerno, 1985:181)

Buscando a integração dos trabalhadores à empresa e sua adesão aos interesses do capital, os novos métodos de gerenciamento e de relações de trabalho vêm sendo aplicados em numerosas organizações, com a finalidade de disciplinar o trabalho para o funcionamento econômico "eficiente" da empresa.

Essa "modernização" das relações de produção, que obscurece o antagonismo inerente à relação entre capital e trabalho, cria mecanismos de motivação à uma produtividade sempre crescente dos trabalhadores, através de políticas de recompensa no alcance de metas de produção preestabelecidas; de treinamento adequado; do estímulo ao trabalho em equipe; da criação de um estilo gerencial "participativo", através de uma retórica de valorização do trabalho e de democratização das relações de produção.

Observando que a exigência de qualidade total implica na mobilização absoluta de todos os trabalhadores, Aubert e Gaulejac enfatizam que não é simplesmente na mobilização do corpo do trabalhador, exigida pelas práticas tayloristas de organização do trabalho, que se baseia esse novo modelo de gestão da produção. Segundo os autores, *"é a mobilização total do indivíduo que se deseja obter; é não somente sua energia física e afetiva, mas também sua energia psíquica que se procura captar"*:

*"Todas as energias disponíveis devem ser exploradas pela organização, controladas por uma autoridade e integradas aos sistemas e às competências a*

*fim de lhe permitir a consecução de seus objetivos. Quanto mais energias puderem ser captadas e exploradas, mais elas serão controladas e dirigidas, melhor é a produtividade da organização e a força que ela gera". (Harmon, Fr. et Jacobs, G., *Le Secret des Meilleures Entreprises Américaines*, Paris Businessman/Albin Michel, 1987. Apud: Aubert et Gaulejac, 1991:84/85)*

Nos bancos, a obtenção de níveis satisfatórios de lucratividade e competitividade depende essencialmente da qualidade dos serviços oferecidos e da eficiência no atendimento à clientela. O atendimento do cliente constitui-se, hoje, no grande fator de diferenciação competitiva entre os bancos, já que as inovações tecnológicas são rapidamente difundidas e assimiladas. Daí a necessidade de investimentos constantes, não somente em pesquisa e tecnologia e no aperfeiçoamento de serviços e "produtos", mas também na qualificação da força de trabalho responsável pelo contato com o público. (Almeida, 1994:19)

## CAPÍTULO III

### A CONSCIÊNCIA DO TRABALHADOR BANCÁRIO EM SEU MODO DE SER CONTRADITÓRIO

#### 1. Elementos da Consciência do Trabalho no Capitalismo

Marx concebeu o trabalho como o relacionamento ativo do homem com a natureza, através do qual modifica criativamente a si próprio e às suas condições de existência. O trabalho é a dimensão fundante do ser, porque é o momento que distingue a separação entre o homem e o animal, que caracteriza o homem como ser que pensa sua própria atividade. Capaz, portanto, de planejar a execução de seu trabalho de acordo com suas necessidades, de subordiná-lo à sua vontade, de determinar a espécie e o modo da atividade que vai desempenhar.

Afirmando que é na ação sobre a natureza que o homem se manifesta como verdadeiro "ser genérico", Marx analisa:

*"A construção prática de um mundo objetivo, a manipulação da natureza inorgânica, é a confirmação do homem como ser genérico consciente, isto é, ser que considera a espécie como seu próprio ser ou se tem a si como ser genérico. Sem dúvida, o animal também produz. Faz um ninho, uma habitação, como as abelhas, os castores, as formigas etc. Mas só produz o que é estritamente necessário para si ou para as suas crias; produz apenas numa só direção, ao passo que o homem produz universalmente (...)"*. (Marx, 1989a:165)

Lukács desenvolveria posteriormente essa concepção, enfatizando o papel ativo da consciência como momento essencialmente separatório entre o animal e o homem, entre "o ser de natureza orgânica e o ser social". Concebendo o trabalho como consequência das

necessidades humanas e das soluções buscadas pelo homem para satisfazê-las, portanto considerando o carecimento material como motor do processo de reprodução individual e social dos homens, Lukács explicita:

*"(...) o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que - paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente - ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los; e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, freqüentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico". (Lukács, 1978:5)*

Esse caráter de prévia ideação da atividade laborativa, que Lukács denomina de "dimensão teleológica do trabalho", opõe-se frontalmente às concepções que atribuíam à natureza e à sociedade tendências gerais de desenvolvimento de tipo teleológico, espécie de domínio da teleologia (como sujeito transcendente) sobre a história. Segundo Lukács, a ação teleológica sempre implica na movimentação de séries causais, daí a unidade inseparável entre teleologia e causalidade, subjetividade e objetividade:

*"Decisivo aqui é compreender que se está em face de uma duplicidade: numa sociedade tornada realmente social, a maior parte das atividades cujo conjunto põe a totalidade em movimento é certamente de origem teleológica, mas a sua existência real - e não importa se permaneceu isolada ou se foi inserida num contexto - é feita de conexões causais que jamais e em nenhum sentido podem ser de caráter teleológico". (Lukács, 1978:6)*

Depreende-se assim o caráter de contraditoriedade inerente à *praxis* social que, de um lado, constitui-se na formulação de alternativas sobre teleologias futuras e, de outro,

depende do movimento de causalidades presentes na realidade, o que define as possibilidades reais da ação teleológica. Esse movimento contraditório entre posições teleológicas e efeitos causais que se processa na sociedade, funda toda a história da realização do ser social. Ao mesmo tempo, compreende a relação dialética que se estabelece entre objetividade e subjetividade na ontologia marxista. Segundo Lukács:

*"Todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve ser sempre parte (movente e movida) de um complexo concreto. Isso conduz a duas conseqüências fundamentais. Em primeiro lugar, o ser em seu conjunto é visto como um processo histórico; em segundo lugar, as categorias não são tidas como enunciadas sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: 'formas do existir, determinações da existência'". (Lukács, 1978:2/3)*

Contrapondo-se às interpretações de que tal concepção subestimava a importância da consciência no processo evolutivo do "ser social", Lukács enfatiza *"que a consciência reflete a realidade e, sobre essa base, torna possível intervir nessa realidade para modificá-la, (com o que) quer-se dizer que a consciência tem um real poder no plano do ser (...)". (Lukács, 1978:2/3)*

Na análise sobre o trabalho, a articulação complexa entre o mundo da subjetividade e o da objetividade, transparece no contraponto entre o trabalho pensado num plano mais genérico e aquele inserido numa determinada estrutura social. Com efeito, em sua essência, o trabalho *"(...) é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais". (Marx, 1989b:208)*

A essa concepção genérica do trabalho, como atividade vital do ser humano, Marx contrapõe a particularidade do trabalho na sociedade capitalista convertido em meio de

subsistência do trabalhador, propriedade do capitalista. Segundo ele, a apropriação do trabalho pelo capital, no decorrer do processo capitalista de produção, tem sua gênese em uma situação peculiar, que corresponde à esfera da circulação de mercadorias: a compra-venda da força de trabalho.

Pois essa relação direta (puramente monetária) entre possuidores de mercadorias, que contrapõem-se no mercado de trabalho como proprietários dos diversos fatores de produção (de um lado, o comprador, possuidor dos meios de produção e de subsistência; de outro, o vendedor da própria capacidade de trabalho, única mercadoria de que dispõe para venda) possui de imediato um caráter particular. Não são um simples comprador e um vendedor comum que aí se enfrentam. São membros de classes sociais determinadas, que aparecem como "representantes sociais" dos diferentes elementos do processo produtivo e defrontam-se um em face do outro: o capitalista e o operário, encarnações do capital e do trabalho assalariado. Dessa forma, a relação que se estabelece entre eles no mercado de trabalho tende a repetir-se continuamente, na "mesma determinação antagônica". (Marx, s/d:79/85)

*"(...) no mercado de trabalho, (...) o dinheiro confronta-se com ele (operário) sempre como forma monetária do capital e, portanto, o possuidor de dinheiro contrapõe-se-lhe como capital personificado, enquanto capitalista, assim como ele, pelo seu lado, se contrapõe ao possuidor de dinheiro como simples personificação da capacidade de trabalho e, por conseguinte, do trabalho, como operário". (Marx, s/d: 82/83)*

Esse antagonismo entre as condições objetivas do processo de trabalho e a capacidade viva de trabalho, é o ponto de partida para que, no processo imediato de produção, a força de trabalho adquirida seja consumida como simples meio de valorização do capital. Aqueles meios de produção e de subsistência, que são o dinheiro do capitalista transformado em mercadorias (portanto, produtos de trabalhos pretéritos),

funcionam no processo real de trabalho como instrumentos para sucção do trabalho vivo. Dai porque erguem-se como capital perante a capacidade viva de trabalho e convertem-se em meios de dominação do trabalho passado (objetivado) sobre o trabalho vivo.

No processo de trabalho, que é simultaneamente processo de valorização, a capacidade viva de trabalho é incorporada aos elementos objetivos do capital, aos meios de produção, como substância incrementadora de riqueza. Sua finalidade direta e imediata é a expansão do valor originalmente aplicado aos fatores do processo de trabalho e sua conseqüente transformação em capital. Esse movimento de acréscimo de valor, continuamente renovado, é o movimento do próprio capital que, por ser valor, adquiriu a propriedade de gerar mais valor. Por conseguinte, todos os elementos do processo capitalista de produção encontram-se subordinados ao capital, ainda que exercendo distintos papéis no processo de valorização.

*"Quando a capacidade viva do trabalho se incorpora nos seus componentes objetivos do capital este transforma-se num monstro animado e põe-se em ação 'como se tivesse dentro do corpo o amor'" (Marx, s/d:74)*

É indiferente o conteúdo particular da atividade produtiva criadora de valor. O trabalho subsumido no capital reduziu-se a trabalho humano abstrato, dispêndio de força de trabalho idêntica, diferenciável apenas pela quantidade<sup>14</sup>. Assim, interessa agora ao capital, em primeiro lugar, que o tempo de trabalho despendido no processo de produção seja "tempo de trabalho socialmente necessário", o que significa que *"(...) o operário deve executar num tempo determinado o quantum socialmente normal de trabalho útil, e, por isso, o capitalista obriga o operário a fornecer um trabalho com um grau de intensidade pelo menos médio, de conformidade com a norma social"*. Em segundo

<sup>14</sup> Como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e reprodução, ou seja, o valor dos meios de subsistência necessários a manutenção do trabalhador. (MARX, 1989b: 41/93)

lugar, interessa que o processo de trabalho seja prolongado além do necessário para repôr o valor aplicado no pagamento da força de trabalho (capital variável), ou seja, que produza uma parcela de trabalho não-pago a ser apropriada pelo capital na forma de mais-valia. (Marx, s/d:52/53)

Pensando essa cisão da sociedade moderna em proprietários e não proprietários dos meios de produção, Marx construiria sua concepção da atividade produtiva humana, tal como ela objetiva-se no regime capitalista de produção, através da análise do "trabalho estranhado"<sup>15</sup> e de sua expressão material, a propriedade privada.

A noção de trabalho estranhado pressupõe o homem como ser social e remete à uma formação histórica particular: a sociedade burguesa moderna. De maneira abrangente, aqui resumiremos os fundamentos de sua concepção.

O trabalhador desprovido de propriedade, que vende sua força de trabalho ao possuidor dos meios de produção, perde o domínio do produto do seu trabalho, que "(...) *se lhe opõe como ser estranho, como um poder independente do produtor*". (Marx, 1989a:159)

O estranhamento do operário quanto ao produto do seu trabalho implica num alheamento em relação à sua própria atividade produtiva, porque ela tornou-se algo exterior a ele. De atividade especificamente humana, criativa e livre, tornou-se agora fonte de sua negação como ser humano pleno.

Enquanto ser estranho à própria atividade produtiva, o trabalhador torna-se estranho também em relação ao gênero humano. Porque sua vida produtiva, que no

---

<sup>15</sup> Os termos "trabalho estranhado" e "estranhamento" são aqui utilizados no sentido apontado por Lukács, que os diferencia do significado mais amplo de "alienação". Segundo o pensador, a alienação é intrínseca a todo processo de objetivação, aspecto ineliminável do ser social; enquanto que o estranhamento refere-se a uma situação particular, em que se configura perda da essência humana como decorrência de uma existência degradada: "*Somente quando as formas objetivadas da sociedade adquirem ou assumem funções que põem a essência do homem em contraposição à sua existência, submetem a essência humana ao ser social, a deformam ou dilaceram etc., é que se produz a relação objetivamente social do estranhamento*". (LUKÁCS, 1975: 26).

trabalho não-estranhado é sua vida "genérica", tornou-se agora simples meio de vida e o trabalhador transformou-se em um escravo de suas necessidades imediatas. A consequência imediata do estranhamento do operário em relação à sua vida genérica é sua estranheza relativamente ao próprio homem, porque é através de sua relação prática aos outros homens que se exprime o estranhamento do homem no "mundo real prático". (Marx, 1989a:157/172).

Em sua interpretação crítica do capitalismo como sistema fundado no divórcio entre produção e apropriação do valor, Marx enfatiza portanto a reificação (coisificação) das relações sociais de produção que se estabelecem nesse regime. Analisa o estranhamento do trabalho *"através das mediações reificadas do trabalho assalariado, propriedade privada e troca"*. (Mészáros, 1981:89)

Dessas relações reificadas entre pessoas e classes sociais, que fundam o regime capitalista de produção, deriva o caráter mistificado e fetichizado dos produtos do trabalho, convertidos em mercadorias sob controle do capital. Segundo Marx, a aparente simplicidade da mercadoria esconde complicações e mistérios que não provêm de seu valor de uso nem do conteúdo das suas determinações de valor, mas da forma mesma que ela assume como valor-mercadoria:

*"A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho"*. (Marx, 1989b: 80)

Contemporaneamente, a complexidade do capitalismo monopolista nos permite observar dimensões novas da problemática do estranhamento. A revolução tecnológica atual, que transforma os modos de trabalho, seu conteúdo e condições de realização, as

relações de produção e o próprio perfil do trabalhador, os novos métodos de acumulação de capital e de extração da mais-valia, as mudanças na divisão internacional do trabalho, vêm produzindo uma série de modificações radicais no mundo do trabalho, cujos impactos têm sido objeto de diversos estudos e debates. Mudam as condições materiais de vida e de trabalho dos assalariados, com reflexos importantes na subjetividade do trabalho. **Enquanto sujeito do processo de trabalho que vivencia cotidianamente as relações de dominação e antagonismo que se desenvolvem no capitalismo, a classe trabalhadora expressa e pratica diferentes formas de resistência (ou subordinação) e de intervenção nesta realidade em mutação.**

A reificação das relações capitalistas de produção adquire uma amplitude crescente nesta atual sociedade globalizada e oligopólica criada pelo desenvolvimento capitalista. O predomínio da mais-valia relativa como forma de apropriação de sobretrabalho, disfarça a exploração da força de trabalho. Ao mesmo tempo, criam-se meios sofisticados e sutis de estímulo ao incremento da produtividade, através de técnicas que buscam a "integração" e a cooptação do trabalhador aos interesses de reprodução do capital, expressas nos programas de "qualidade total" difundidos internacionalmente. Baseadas em relações de poder aparentemente mais democráticas no interior das empresas, as novas estratégias patronais procuram encobrir e mistificar ainda mais o caráter da dominação capitalista do processo real de produção.

Desenvolve-se, no mundo do trabalho, uma nova forma de luta política entre classe proprietária e trabalhadores, pelo controle do processo produtivo. Agora, este controle implica no domínio do processo de introdução das inovações tecnológicas e organizacionais que se estendem rapidamente pelos vários setores produtivos. Sob a lógica do capital, as novas tecnologias que invadem os processos de trabalho adequam-se perfeitamente ao objetivo "determinante, predominante e avassalador do capitalista", de autovalorização do capital (Marx, s/d:56), na medida que permitem alcançar níveis altíssimos de produtividade do trabalho e de extração de mais-valia.

O processo de introdução das novas tecnologias microeletrônicas deve ser compreendido, portanto, não somente em suas dimensões estritamente econômicas de instrumentos de auto-expansão do capital, mas também em seus aspectos políticos, enquanto reflexo da correlação de forças entre classes (ou frações de classe) sociais. Assim é que as particularidades das inovações tecnológicas e organizacionais nos diferentes setores produtivos ou nas empresas e seus impactos sobre o processo e condições de trabalho, dependem também das relações de produção que ali se desenvolvem e da capacidade de organização política e sindical da categoria de trabalhadores atingida.

Impactando as condições de emprego, salário e qualificação dos trabalhadores, intensificando e tensionando o ritmo de seu processo produtivo, a automatização do trabalho afeta então, para além das condições objetivas e materiais de vida e trabalho, também a subjetividade dos trabalhadores. Com efeito, à medida que experimentam concretamente as transformações em curso e vivenciam as novas formas de antagonismo e estranhamento do trabalho, a apreensão dos trabalhadores quanto às suas relações sociais reais e ao significado de sua atividade produtiva, em geral parcial ou fetichizada sob o capitalismo, modifica-se, atuando sobre sua ação prática de resistência frente ao capital e sua consciência política.

No contexto de uma realidade contraditória, que se transforma velozmente, fatores objetivos e subjetivos integram-se assim de maneira complexa, impactando a formação da consciência do trabalho. A fragmentação do processo produtivo e as relações sociais fetichizadas e estranhadas que se desenvolvem no capitalismo e aprofundam seus mecanismos de apropriação econômica e de dominação política, produzem distintas manifestações de consciência dos trabalhadores que se expressam individualmente ou coletivamente (numa perspectiva de classe), no decorrer de sua existência social. Esse encadeamento entre as condições de existência social e as várias modalidades de consciência, que funda a análise das relações capitalistas, foi assim examinado por Ianni:

*"A consciência social, ao mesmo tempo exprime e constitui as relações sociais. A análise das relações capitalistas exige que a interpretação apanhe sempre a maneira pela qual os homens pensam-se a si mesmos e uns aos outros. A auto-consciência somente é possível no espelho do outro. A condição de operário e de capitalista somente se revela nas relações que um e outro estabelecem entre si. Mas essas relações não se realizam a não ser que um e outro se pensem no processo de compra e venda de força de trabalho, de produção de mercadoria, de intercâmbio entre trabalho necessário (pago) e excedente (não-pago). Não se completa a compreensão da existência do operário e do capitalista a não ser quando a análise passa pela forma pela qual um e outro se compreendem a si próprios e reciprocamente. Para reconhecer-se como operário, é indispensável que o operário reconheça o capitalista como tal; e vice-versa. Esse reconhecimento é, ao mesmo tempo, uma condição fundamental da existência e negação recíprocas". (Lanni, 1985:41/42)*

É inegável que o desenvolvimento capitalista vem produzindo uma crescente perda de controle da classe trabalhadora a respeito do processo produtivo, o que implica em novas manifestações do estranhamento do trabalho. Ao mesmo tempo, as inovações tecnológicas e organizacionais não atingem homoganeamente a classe, produzindo fragmentações e cisões entre os trabalhadores, que dificultam sua identidade de classe. Se, por um lado, a automatização do trabalho sob controle do capital agrava as segmentações no seio da classe trabalhadora entre qualificados e não-qualificados, empregados regulares e desempregados ou temporários/jornada parcial, homens e mulheres, brancos e negros, por outro lado, para aqueles trabalhadores estáveis e qualificados, essa mesma automatização muitas vezes facilita e torna menos desgastante o trabalho cotidiano. Se para uma parcela de trabalhadores aumenta a percepção do significado de seu trabalho na cadeia produtiva, na medida que realiza tarefas diversificadas e mais ricas de conteúdo, para um grande contingente, a automação

fragmenta e empobrece mais ainda o conteúdo do trabalho, tornando mais aguda sua estranheza quanto à atividade produtiva que realiza.

A complexidade da estrutura de classe do capitalismo monopolista produziu um alargamento da classe trabalhadora empregada do capital. À classe proletária, apontada por Marx no século XIX, soma-se hoje uma massa de trabalhadores vinculada ao setor serviços, os trabalhadores de escritório, cujas condições materiais de vida assemelham-se à dos operários das indústrias. (Braverman, 1987:294/300)

A crescente proximidade entre o trabalho manual e o trabalho nos escritórios, foi assim apontada por Mills:

*"As condições alienantes do trabalho moderno atingem hoje tanto os empregados assalariados quanto os operários. Poucas características do trabalho dos operários não se aplicam também ao dos colarinhos brancos. Pois também nesse caso, exceto talvez o esforço pesado, que no entanto tende a diminuir de importância no trabalho operário, os aspectos humanos do indivíduo, desde os físicos até os psíquicos, tornam-se unidades no cálculo funcionalmente racional dos gerentes. Nenhuma das características do trabalho artesanal prevalece no escritório ou na loja e, além disso, certos aspectos do trabalho dos colarinhos brancos, como o mercado da personalidade, são muito mais alienantes do que as condições do operariado". (Mills, 1976:245)*

## 2. O Trabalhador Bancário e Suas Condições de Trabalho

Os trabalhadores bancários, enquanto categoria profissional diretamente inserida no processo de expansão do capitalismo monopolista e da hegemonia do capital financeiro, experimentam especificidades nas suas condições materiais de existência e nas formas com que percebem a realidade circundante. **Viabilizando com seu trabalho a transformação da mercadoria-dinheiro em capital produtor de juros, num processo no qual a representação fetichista do capital encontra sua forma mais acabada, os**

**trabalhadores bancários vivenciam formas particulares de estranhamento quanto à atividade que realizam.**

Efetivamente, no processo que se desenvolve no mundo financeiro, através do qual o juro aparece como resultado de uma relação entre capitalistas, sem a intervenção direta dos processos de produção e de circulação, o capital produtor de juros é "o fetiche autômato perfeito", "dinheiro que gera dinheiro". Pois, embora na realidade seja apenas parte da mais-valia extorquida ao trabalhador no processo imediato de produção, ele toma a aparência de mercadoria produzida autonomamente pelo capital. (Marx, 1985:450/459)

Inserida neste processo de produção dominado pela relação capitalista reificada, a força de trabalho bancária realiza as operações necessárias à agilização do fluxo de capital em seu cotidiano de trabalho. Manipulando símbolos de valor e efetuando registros contábeis, num contexto de trabalho fragmentado, os bancários dificilmente apreendem em sua totalidade o significado de sua atividade. **Porque no processo de trabalho bancário, a fetichização que envolve a produção de mercadorias apresenta um componente adicional: não é uma mercadoria (unidade de valor-de-uso e de valor-de-troca, de forma física e de forma social como valor) que o bancário produz.** O produto do seu trabalho se dilui e se disfarça nos documentos e registros, dados computadorizados e impulsos eletrônicos que representam as cifras e os valores da mercadoria-dinheiro, seu objeto de trabalho. E é à contabilidade, à transferência e à redistribuição desses valores e cifras (de propriedade alheia) que se dedica o bancário na sua rotina de trabalho. Nas palavras de um diretor do Sindicato dos Bancários:

*"(...) o processo que já era, que já tinha tendência alienante, que você não pontifica o que você faz... O quê que você produz no banco? O meialúrgico, ele aperta o parafuso da máquina de lavar, bota a mangueira e ele vê a máquina de lavar saindo no final da produção. Mas, o quê que sai no final da produção do bancário? Sai um monte de papel; só que um monte de papel que são milhões de lucro. Então, essa coisa vai se diluindo ainda mais dentro da cabeça do*

*bancário e a informatização pesa muito nesse sentido". (Renato, secretário geral do SEEB/SP, funcionário do Itaú, junho/94).*

Esta força de trabalho subordinada à lógica de controle do regime capitalista de produção, tem suas condições de trabalho (como qualquer outra sob o capitalismo) mediadas, de um lado, pela tendência imanente do capital de elevar a força produtiva do trabalho e, conseqüentemente, baratear o custo do próprio trabalhador; de outro, pela resistência dos trabalhadores às formas de exploração da força de trabalho pelo capital. É através da apreensão desse movimento antagônico, que podemos entender as modificações nas condições de existência e na consciência dos trabalhadores bancários, ocorridas nas últimas décadas.

O processo de introdução das novas tecnologias microeletrônicas nos bancos e as inovações organizacionais concomitantes, impactariam fortemente as condições de trabalho e o perfil dos trabalhadores bancários. Não homogeneamente, todavia. Com efeito, diferenças marcantes quanto à carreira, condições de trabalho e salários, perfil pessoal e profissional, manifestavam-se entre os bancários, conforme o tipo de capital predominante na empresa e a divisão técnica e sexual do trabalho nos bancos, já no período anterior à Reforma Bancária.

Analisando as diferentes relações de trabalho que se desenvolviam entre os bancos estatais e os bancos privados na década de 30, Canêdo comenta:

*"(...) o traço mais característico das relações de trabalho nas empresas privadas constituía-se na falta de critérios para remuneração, transferência, treinamento e promoção. Isto resultava numa diversidade de métodos adotados em relação aos funcionários e a conseqüente situação de desigualdade entre bancários de uma mesma empresa, ou de empresas diversas. A esta situação somava-se um conjunto de laços pessoais regidos por valores de intimidade, consideração, favor e respeito, bem como apreciações estéticas generalizadas: bem apessoado, correto, polido etc. Os bancários que se consideravam diferenciados*

*dos seus iguais pela consideração do patronato, em muitas ocasiões, identificavam-se com a direção do banco, o que impedia uma tomada de consciência social horizontal dentro da empresa. Contra estas relações de trabalho se insurgiam os sindicatos, na luta pelo quadro de carreira e na defesa das leis trabalhistas". (Canêdo, 1986:23/26)*

Nos bancos estatais, por outro lado, havia quadros de carreira que orientavam as decisões quanto à promoções e remunerações, ao mesmo tempo em que, a partir da década de 30, o ingresso dava-se via concurso público - nos privados o ingresso se efetivava, desde aquela época, através de seleção diretamente no departamento de pessoal do banco, onde prevaleciam critérios exclusivos de cada banco. A estrutura burocratizada nos bancos estatais tornava menos aparentes os processos discriminatórios nas relações de poder que se processavam em seu interior, e estabelecia uma certa lógica quanto às políticas salariais e de carreira. Ao mesmo tempo, com relação às demissões de empregados, nos bancos estatais a decisão passava pela constituição de processo administrativo, enquanto que nos bancos privados as demissões sempre dependeram basicamente de decisão unilateral da administração do banco.

Quanto à divisão sexual do trabalho, é importante observar que o trabalho bancário foi eminentemente masculino até a introdução do processo de racionalização e automatização do trabalho na década de 60. As poucas mulheres que trabalharam em bancos no período anterior à Reforma Bancária, eram contratadas para desempenho de tarefas específicas como recepcionistas, bibliotecárias, telefonistas ou faxineiras, posteriormente como auxiliares de escrita, recebendo salários muito abaixo dos valores médios da categoria.

As transformações que a racionalização e a automatização do trabalho acarretariam no perfil e nas condições de trabalho, a partir da década de 60, não produziram a superação daquelas condições que marcaram a constituição da categoria bancária. Com relação à divisão sexual do trabalho, por exemplo, apesar do aumento

notável do número de mulheres contratadas nos bancos após a Reforma Bancária, observa-se a permanência de mecanismos de discriminação quanto à perspectivas de carreira e à condições salariais. Mesmo nos bancos estatais, onde os primeiros concursos abertos à participação feminina ocorreram entre a segunda metade da década de 60 e início dos anos 70, as diferenças de tratamento permaneceram visíveis. Segundo relato de uma bancária, contratada como recepcionista em 1966 e tendo prestado concurso interno em 1968:

*"(...) talvez tenha sido uma estratégia do banco, uma experiência com a gente a nível de salário e aumentar o quadro com salário mais baixo... Eles abriram o quadro como sendo auxiliar de escrita, e o homem fazia o concurso para escriturário e a mulher para auxiliar de escrita". (Maria Luiza, gerente adjunto de banco estatal, abril/93. Entrevista realizada na pesquisa "O Trabalho da Mulher nos Bancos", coordenada por Segnini, L.)*

A divisão sexual do trabalho vai adquirindo complexidade crescente no interior do trabalho bancário, à medida que aumenta o número de mulheres bancárias. Em 1979 elas já representavam 41% da categoria, o que não significava, todavia, uma **distribuição salarial indistinta entre homens e mulheres**. Cerca de 71% das mulheres concentravam-se nas faixas salariais de até cinco salários mínimos (em contraposição a 51% dos homens), enquanto que apenas 3% das mulheres alcançavam a faixa de mais de dez salários mínimos, contra cerca de 20% dos homens. (DIEESE, 1980:49/51)

As diferenças de perfil entre os trabalhadores de bancos privados e de bancos estatais fragmentam, ainda nos dias de hoje, a categoria bancária. Com efeito, constitui-se aí uma categoria profissional com dois pólos distintos, quanto a perfil pessoal e profissional e quanto às condições materiais de trabalho, com experiências sindicais e capacidade de resistência diferentes.

Em relação ao tempo de inserção na categoria bancária, por exemplo, constata-se que a maioria dos funcionários dos bancos privados (59% nos nacionais e 54.1% nos estrangeiros) possui menos de cinco anos, enquanto que nos estatais federais o percentual é de 15.9% e nos estatais estaduais é de 24.6%. Quanto à idade, nos bancos privados cerca de 63.8% têm menos de 25 anos, enquanto que nos estatais a maioria encontra-se na faixa de 30 a 40 anos. A escolaridade dos trabalhadores nas empresas privadas é mais baixa, segundo grau em média, enquanto que nos estatais a maioria possui curso superior. (IADES, 1992)

Sem dúvida, tal segmentação deriva das diferentes políticas relacionadas à seleção, relações de trabalho e demissão, já apontadas por Canêdo (1986) em sua análise dos trabalhadores bancários das décadas anteriores à Reforma Bancária, e que vigoram ainda, de um modo geral, naquelas instituições.

A conquista de ingresso na carreira bancária via concurso público, no bancos estatais, produziria uma série de conseqüências nas suas condições materiais de existência. Conforme Segnini:

*"O trabalhador concursado passa a ter um conjunto de direitos obtidos através tanto de lutas políticas sindicais referentes à categoria como um todo, como através de lutas específicas do coletivo de trabalhadores do próprio banco, desenvolvidas em diferentes momentos, em 68 anos de existência. Salários acima da média do mercado financeiro, estabilidade no emprego, senão de direito, de fato; jornada de trabalho de 6 horas diárias efetivamente respeitada (ao contrário dos bancos privados); assistência médica, dentária e psicológica considerada de alto nível pelos próprios funcionários. As condições de trabalho e salariais no banco estatal são consideradas positivamente diferenciadas no contexto da categoria bancária". (Segnini, 1994:14/15)<sup>16</sup>*

---

<sup>16</sup> Cabe ressaltar que, em relação à jornada de 6 horas, com a intensificação da informatização e a implantação de programas de qualidade total e de racionalização, o respeito à jornada de 6 horas já não ocorre uniformemente em todos os bancos estatais.

Nos bancos privados, o processo de admissão de funcionários depende unicamente dos departamentos de recursos humanos e os níveis de exigência quanto à escolaridade são menores. Enquanto nos bancos estatais exige-se o segundo grau completo e o concurso demanda conhecimentos gerais e de matemática financeira, nos bancos privados é suficiente o primeiro grau e o procedimento de seleção é a aplicação de um teste com noções de português e matemática e uma entrevista com psicóloga ou representante da administração. Segundo depoimento de diretor do sindicato quanto ao seu processo de admissão:

*"Eu estava passando pela porta do banco, tinha uma placa lá escrita que estava precisando de funcionários, eu não tinha ido para lá, eu estava procurando emprego na TELESP (...) mas estava desesperado para procurar emprego e estava lá. Eu entrei no Bradesco. Eu entrei num dia, no outro dia fiz exame médico, no outro dia fiz o teste, no terceiro dia eu estava trabalhando na agência. Isso quer dizer o quê? O banco não trabalhava com um departamento de seleção de pessoal; na realidade, ele só fazia recrutamento". (Vagner, diretor sindical do SEEB/SP, funcionário do Bradesco, junho/94)*

Evidentemente que as facilidades de ingresso nos bancos privados implicariam em salários de ingresso extremamente baixos e em condições de trabalho precárias, quando comparadas às dos bancários de bancos estatais. No que concerne à jornada de trabalho, por exemplo, cerca de 64.2% e 61.6% dos bancários respectivamente de bancos estatais estaduais e federais, cumprem estritamente a jornada de seis horas contratada, enquanto que apenas 28.5% e 12.5% dos bancários de bancos privados nacionais e estrangeiros não ultrapassam a jornada contratada. (IADES, 1992)

Acúmulo de serviço e quantidade inadequada de pessoal são as razões mais comumente evocadas por aqueles que ultrapassam a jornada estabelecida. Todavia, são as diferentes relações de trabalho dos bancos privados e estatais que explicam efetivamente o porquê da maior incidência do fenômeno nos bancos privados.

As relações de trabalho nos bancos estatais, típicas de estruturas burocráticas, são regidas por regulamentos e manuais internos que representam, em certa medida, a autoridade que aparece difusa num longo escalão hierárquico. Nos bancos privados, ao contrário, a autoridade representa-se diretamente na figura da chefia, em cujas mãos estão depositadas as decisões relativas à carreira do funcionário. Desse fato deriva que as pressões da administração sobre condutas dos funcionários e produtividade do trabalho são muito mais intensas e explícitas nos bancos privados, onde a alta rotatividade de pessoal e os critérios pessoais para promoção agem como forte instrumento de pressão.

O trabalho bancário divide-se geralmente em trabalho operacional, realizado nas agências e centrais de processamento de dados e serviços, e trabalho administrativo, efetuado nos departamentos da administração geral do banco. Nos departamentos administrativos, onde insere-se grande parte das funções técnicas, são decididas as políticas gerais do banco e de lá emanam as devidas instruções para operacionalização nas agências.

Apesar das marcantes diferenças entre os trabalhos desenvolvidos nos departamentos administrativos - que orientam e apóiam as operações realizadas nas agências - e aqueles de cunho operacional, em ambos os casos os trabalhadores bancários percebem os impactos das novas tecnologias em seu trabalho cotidiano, conforme a pesquisa do IADES, já citada.

A maioria dos bancários percebe mudanças nos modos de trabalho, tanto na administração (54%) como nas agências (58.2%), mas grande parcela da categoria não observa alterações nas relações de trabalho (cerca de 42.4%). Com relação às condições de trabalho, a imensa maioria (81.3% na administração e 86.7% nas agências) considera que se intensificou seu ritmo de trabalho e que a produtividade de seu trabalho aumentou. Para 87.4%, melhorou a qualidade de sua produção e ela tornou-se mais controlada (80.4%). (IADES, 1992)

Nas agências, especialmente entre escriturários, caixas e chefias intermediárias, o conhecimento a respeito da introdução dos sistemas automatizados é menor que nos departamentos. Da mesma forma, as expectativas de progresso na carreira bancária mediante as novas tecnologias são mais reduzidas nas agências, notadamente entre escriturários e caixas. Na administração, uma ampla maioria de 81.3% (especialmente técnicos e chefias) acredita que a automação qualifica o trabalho; nas agências esse índice cai para 59.6%. (IADES, 1992)

Ao que parece, as expectativas e percepções quanto às novas tecnologias são mais favoráveis entre os trabalhadores dos departamentos administrativos e, dentre estes, entre os técnicos e chefias, muitos envolvidos diretamente nas decisões e procedimentos viabilizadores do seu processo de introdução. Nas agências, o maior ritmo e produtividade do trabalho, além do distanciamento quanto ao processo de discussão e introdução das inovações tecnológicas e organizacionais, provavelmente reduz a incidência de manifestações positivas.

As condições de trabalho nas agências são determinadas, em grande parte, pelo movimento de clientes no seu interior. São os clientes, mais que as chefias, que pressionam o ritmo e a produtividade do trabalho dos funcionários, segundo dados do IADES. As oscilações de intensidade de trabalho durante períodos determinados, as exigências dos clientes, as grandes filas nos dias de movimentação intensa e a inadequação entre a quantidade de trabalho e a de funcionários, foram os motivos mais abordados como caracterizadores da pressão exercida sobre os trabalhadores das agências bancárias.

E interessante observar que a maioria das mulheres (cerca de 54.3%) encontra-se alocada nas agências, exercendo funções vinculadas ao atendimento. Os cargos subordinados, de tempo parcial (jornada de seis horas) são aqueles preferencialmente ocupados pelas mulheres, que representam 62.5% dos caixas e 59.5% dos escriturários

das agências. Nas funções de gerências e chefias intermediárias predominam os homens, inseridos no trabalho em tempo integral e recebendo salários mais altos. (IADES,1992)

Analisando as relações de gênero num banco estatal, Segnini observa:

*"O 'lugar' da mulher no banco pesquisado é nas agências; sobretudo em atividades de suporte ao trabalho de atendimento ao cliente, assim como no próprio atendimento. Nas agências trabalham 13.673 mulheres ou seja, 65% das funcionárias do banco; entre elas, 12.094 são escriturárias, não comissionadas, em tempo parcial. Encontram-se em diferentes funções, muitas delas submetidas a tempos impostos como, por exemplo, no trabalho de separação de cheques para compensação, digitadoras, caixas". (Segnini, 1994:17)<sup>17</sup>*

A desigualdade das condições de trabalho e de salário entre homens e mulheres transparece ainda no fato de que a maioria das mulheres foi contratada há menos de quatro anos no banco em que trabalha, o que se traduz em salários mais baixos. Ao mesmo tempo, o maior contingente de mulheres entre as contratações recentes - o que remete ao processo de feminização da categoria - parece indicar, de um lado, que a ênfase ao atendimento de qualidade leva à maior contratação de mulheres; de outro, que o rebaixamento salarial da categoria, via reduzidos salários de ingresso, atinge prioritariamente as mulheres.

A intensificação da concorrência interbancária e a busca da "qualidade total" no atendimento dos clientes como meio de diferenciação no mercado financeiro, vêm exigindo dos trabalhadores bancários maior rapidez e esmero nas tarefas desenvolvidas. O realce ao atendimento como serviço de qualidade vem mudando as políticas de seleção e de treinamento nos bancos, voltados agora para a preparação de funcionários

---

<sup>17</sup> A respeito da relação entre mulher e trabalho no universo bancário, consultar ainda: Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul-FEEB-RS, coord. MARCON, Gelso. *Retrato da Mulher Bancária - Trabalho, Família e Cidadania*; TANCRED, Peta et DE SERRES, Michèle, *Les Professionnel (le)s du Secteur Bancaire: Leur Expérience de L'Informatisation*; LELLI, Marcello et alii, *Diverse, Non Disuguali - La Caratteristiche del Lavoro Femminile nelle Aziende Bancarie e Assicuratve*.

capacitados a um atendimento integral do cliente. Ao mesmo tempo, a aplicação das novas tecnologias implica muitas vezes em reciclagens e treinamento dos funcionários envolvidos. Segundo comentário de um entrevistado:

*"Na verdade, os bancos estão investindo para que ele seja também um generalista, que ele conheça todas as operações dentro do banco. Antes, você tinha aquele cara isolado que conhecia de um assunto, outro do outro. Com a automação, hoje o funcionário (...) tem que conhecer de tudo, de leasing, de aplicações, de cobrança, de todos os produtos que um banco tem, e os bancos estão investindo nisso, para que cada funcionário que ficar lá dentro seja extremamente treinado e apto para atender o cliente no que ele precisar". (Luiz Fernando, analista de sistemas de banco estatal, junho/94).*

**O trabalho repetitivo e fragmentado não desapareceu, todavia, do mundo bancário.** Nas centrais de processamento de dados e de compensação, na retaguarda das agências e no trabalho desenvolvido por escriturários nos departamentos, as tarefas de suporte ao atendimento englobando serviços de tesouraria, digitação, cobrança etc., envolvem ainda uma grande massa de funcionários submetidos a tempos impostos e a um trabalho simplificado e esvaziado em seu conteúdo. O processo de flexibilização do trabalho que vem sendo experimentado nas agências e entre os técnicos dos departamentos, onde a maioria das tarefas realiza-se em equipe, convive com o trabalho taylorizado e empobrecido que resultou dos processos de racionalização das tarefas. Conforme a percepção de uma entrevistada:

*"A automatização, de um lado, se exige técnicos, uma elite que pensa o trabalho bancário, para a maioria vai tornando o trabalho cada vez menos qualificado. Porque, na verdade, você confere o trabalho da máquina. Qualquer pessoa pode fazer. Ou você digita os dados. Você vai alimentar a máquina, digitar, você tem que ser rápida na mão". (Lourdes, chefe de atendimento de banco estatal, 1993).*

É importante ressaltar, no entanto, que as novas políticas relativas à seleção e treinamento dos funcionários, bem como o processo intenso de mudanças organizacionais e tecnológicas nos bancos, tendem a modificar cada vez mais radicalmente o perfil profissional da categoria. Quando comparamos a estrutura funcional dos bancos em 1979 com a de 1992, podemos notar que diminui a quantidade de escriturários e de chefias intermediárias, a massa de trabalhadores envolvida nos serviços operacionais e administrativos, enquanto que aumenta o número de técnicos e de gerentes especializados em informática e no atendimento ao cliente. (DIEESE, 1980; LADES, 1992)

Ao mesmo tempo, aumenta o tempo médio de trabalho na categoria, o que pode indicar, por um lado, uma diminuição da rotatividade e uma preocupação dos bancos em investir na qualificação de seus funcionários; por outro, a redução das contratações e um processo gradativo de demissões, especialmente entre os níveis hierárquicos mais baixos da carreira bancária.

Concomitantemente, a categoria vem sofrendo um processo de progressivo rebaixamento salarial, a partir das políticas de redução de custos operacionais nos bancos, especialmente após o Plano Cruzado. Segundo dados da revista *Isto É/Senhor*, houve uma diminuição de 42% do total da massa salarial paga no sistema bancário entre 1986 e 1992. (*Isto É/Senhor*, 04.03.92:48).

É interessante registrar que o achatamento salarial não é observado homogeneamente entre os bancários, atingindo prioritariamente os salários de ingresso e os cargos não comissionados, o que produz um aprofundamento da cisão entre as condições materiais de trabalho dos funcionários menos qualificados e as dos que exercem funções estratégicas para a lucratividade dos bancos.

No que diz respeito às condições de saúde, o trabalho bancário sempre foi fonte de graves doenças profissionais e o processo de racionalização e automatização do trabalho, intensificado nos anos setenta, parece ter agravado o diagnóstico de tais problemas de

saúde. O ritmo intenso de trabalho, a pressão por produtividade, as formas de controle exercidas pelas chefias, a grande carga de responsabilidade (em função da manipulação de valores alheios, direta ou indiretamente), a pressão dos clientes em caso de atendimento ao público, foram algumas das causas de tensão e cansaço no trabalho bancário, apontadas em pesquisa promovida pelo DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho.

Considerando a integração entre os aspectos físicos, psíquicos e mentais dos problemas de saúde e suas correlações com a vida social dos trabalhadores, os pesquisadores analisaram os impactos do sofrimento no trabalho sobre as formas de ser do trabalhador:

*"(...) o controle excessivo e permanente é capaz de conduzir, inclusive, a modificações de personalidade, que se refletem sobre as características da vida afetiva do trabalhador: a rigidez passa a fazer parte do modo de ser da pessoa, ocorrendo um embotamento afetivo que se instala gradualmente e que termina por alterar profundamente as relações interpessoais do trabalhador, inclusive a nível da própria vida familiar. Isto ocorre simultaneamente a um aumento crescente de isolamento social, fazendo parte de um processo todo de alienação que vai se instalando muitas vezes sem que o indivíduo perceba. Dentro deste processo, o trabalhador pode 'embotar' outras capacidades e características que representam aspectos de sua personalidade valiosos para a saúde mental, tais como a criatividade". (Seligman-Silva et alii, 1985:154)*

O trabalho informatizado na produção capitalista, para a maioria dos trabalhadores, produz um aprofundamento de seu descontrolo sobre o próprio trabalho. Não somente ritmo e fluxo do trabalho passam a ser determinados pelas máquinas, como o próprio conhecimento de seu significado na cadeia produtiva e das fases do processo produtivo tornam-se mais distantes do trabalhador. No trabalho bancário, os novos equipamentos vão sendo programados para suprir necessidades diversas, regulamentadas

por um grande número de procedimentos e normas externas ao seu ambiente de trabalho, que o bancário deve memorizar.

*"Computadores ou painéis automatizados exigem níveis elevados de atenção concentrada e continuada. As exigências de tipo cognitivo (atenção, memória, raciocínio etc.) constituem sobrecarga mental e, nas tarefas menos qualificadas, são escassas ou nulas as possibilidades de sintonia entre o trabalho e os interesses e potenciais psíquicos individuais".(Silva Filho, 1993:86)*

Segundo pesquisa do IADES, cerca de 59.3% da categoria afirmam não ter tido qualquer problema de saúde durante os anos de 1991 e 1992; 27.5% sofreram problemas de saúde com alguma gravidade e 13.2%, doenças corriqueiras. Problemas de *stress* e sintomas psico-emocionais, de coluna, estômago ou fígado, de visão e lesões por esforços repetitivos (tenossinovite ou tendinite), foram os mais comumente citados. É importante observar que sua incidência costuma ser maior nas agências e que os caixas, especialmente, são o segmento profissional mais atingido. (IADES, 1992)

Como em todas as categorias profissionais atingidas por um processo intensivo de automatização do trabalho, os bancários vêm vivenciando um recrudescimento gradativo de demissões, à medida que se sofisticam os processos informatizados e aumenta a produtividade do trabalho bancário. É sabido que uma das implicações sociais da introdução da tecnologia de base microeletrônica nos diversos setores da economia vem a ser a queda dos níveis de emprego. Objeto de polêmicas entre os estudiosos do assunto quanto à intensidade dos impactos da modernização tecnológica na quantidade de oferta de trabalho, o desemprego tecnológico é, todavia, um fato concreto tanto nos países avançados<sup>18</sup>, como naqueles menos desenvolvidos. Os altos ganhos de produtividade que

---

<sup>18</sup> Os sete maiores países em crescimento industrial vêm apresentando índices crescentes de desemprego. Segundo dados sistematizados por Joffily (fonte Institut Syndical Européen), entre 1980 e 1993, o Japão aumentava de 2% para 25% a taxa de força de trabalho atingida pelo desemprego; a Alemanha, de 2.9% para 8.2%; a França, de 6.3% para 11.5%; a Itália, de 7.5% para 10.6%; a Inglaterra, de 6.4% para 10.4%; o Canadá, de 7.4% para 11.3%. Quanto aos

as mudanças nas condições técnicas do processo de trabalho propiciam, além da universalidade na difusão das novas tecnologias, tenderiam a generalizar o fenômeno do "crescimento sem emprego", conforme análise de diversos autores. (Fleury, 1988:4/12)

No sistema financeiro brasileiro, a problemática do desemprego ficou menos visível que nos outros setores da economia, quando a conjuntura recessiva e a intensificação da automatização, a partir do final dos anos 70, gerou queda generalizada nos níveis de emprego. A grande expansão do setor bancário no período encobriu, de certa forma, a manifestação de um fenômeno ao qual se poderia denominar "desemprego indireto": o crescimento do emprego dava-se em níveis mais baixos que os do volume de serviços desempenhados nos bancos, o que indicaria um aumento da produtividade do trabalho bancário. A imprensa sindical bancária aborda a questão da seguinte forma:

*"Historicamente, a introdução de novas tecnologias sempre reduziu o número de empregos. No setor bancário brasileiro, devido à extraordinária expansão do mercado nos últimos anos, o número de empregos cresceu em termos absolutos (segundo dados da Fenaban, passou de 372.717 em dezembro de 79 para 629.398 em 83), pelo menos, até a decretação do pacote econômico.*

*Mas, ao mesmo tempo, houve um grande aumento da produtividade do trabalho bancário. Entre dezembro de 79 e dezembro de 82, por exemplo, o emprego na categoria cresceu 24.3%, enquanto o volume de cheques compensados aumentou 61.3% no mesmo período, a poupança cresceu 81.1%, os empréstimos 24.4% e o recolhimento de impostos e encargos sociais 19.9%. Ou seja, o crescimento do emprego foi menor que o crescimento do setor". (Folha Bancária nº 1.365, 14.07.86)*

O desemprego no setor bancário tornou-se objeto maior das preocupações da categoria durante a vigência do plano de estabilização econômica de 1986 (Plano

---

Estados Unidos, a taxa de 7% em 1980 permanece em 1993; todavia, é interessante notar uma tendência de crescimento, se considerarmos que em 1990 aquele índice havia decrescido para 5.4% (JOFFILY, Bernardo, "Uma Revolução que Desafia os Sindicatos". De Fato - CUT, Ano I, número 2, São Paulo, dez.93/fev.94: 19).

Cruzado) e, a partir de 1990, quando caíram efetivamente os níveis de emprego nos bancos. No período compreendido entre fevereiro de 1990 e fevereiro de 1992, foi constatada uma queda acumulada de 18.13%, o que significou a perda de 55.310 postos de trabalho bancário. (SOUZA, "Rotatividade no Emprego Bancário em S.Paulo". *Informação Sindical*, ano I, nº 15, SESE/Subseção DIEESE-SEEB-SP, set/92:4)

Os índices de rotatividade entre os trabalhadores bancários permanecem altos, apesar de apresentarem uma tendência a cair à medida que crescem as taxas de desemprego, tendo alcançado no segundo semestre de 1991 a taxa média anual de 21.5%, incidindo em aproximadamente 61 mil postos de trabalho.

*No ritmo atual de turn over é como se a categoria se renovasse completamente a cada cinco anos, o que remete a conseqüências outras, do tipo eficiência dos investimentos em treinamento, reciclagem etc. por parte dos bancos, e as próprias dificuldades do trabalho sindical". (Souza, op.cit.:4)*

À queda dos níveis de emprego soma-se o aumento do trabalho temporário ou subcontratado entre os trabalhadores bancários, configurando-se a adoção de formas de flexibilidade numérica na rede bancária. Com o objetivo de reduzir custos relativos à força de trabalho e adequar a quantidade de trabalhadores às necessidades reais da empresa em diferentes momentos, diante das variações da demanda, os bancos utilizam uma série de mecanismos para contratar funcionários temporariamente e transferir o trabalho bancário para empresas prestadoras de serviços.

Tais mecanismos, que caracterizam o desenvolvimento de um processo de terceirização nos bancos, promovem a difusão de formas de exclusão de grande parte da categoria, do mercado de trabalho regular, aprofundando a superexploração do trabalho bancário. Recebendo salários muito abaixo dos níveis médios da categoria bancária e trabalhando em condições muitas vezes diferenciadas quanto à jornada, formas de

pressão das chefias e ritmo de trabalho, os empregados subcontratados não usufruem dos direitos conquistados nas lutas sindicais dos bancários.

Segundo Blanco, as formas particulares em que se manifesta o processo de terceirização do trabalho nos bancos são:

1. A contratação de trabalhadores vinculados à empresas prestadoras de serviços, para suprir necessidades eventuais do banco; são os chamados trabalhadores temporários.<sup>19</sup>
2. A transferência de funcionários do banco para empresas controladas economicamente por ele, participantes do seu conglomerado. Os trabalhadores transferidos perdem a condição de bancários e, conseqüentemente, os direitos conquistados pela categoria.
3. A contratação de estagiários-estudantes pelos bancos estatais, outro fator de utilização de força de trabalho barata. Teoricamente contratados para desenvolver sua capacidade profissional em áreas de seu interesse, os estagiários substituem, na prática, a força de trabalho regularmente contratada e realizam tarefas dissociadas de sua escolha profissional.
4. A transferência de atividades não consideradas estratégicas para os objetivos de lucratividade da empresa ou tidas como pouco rentáveis, para as empresas chamadas terceiras. (Blanco, 1994: 77/78)

As difíceis condições de trabalho, o desemprego e a adoção da terceirização nos bancos, assim como as mudanças de perfil que a automatização intensiva do trabalho produziria na categoria, gerariam uma série de mecanismos de resistência entre os trabalhadores bancários e explicitariam, por outro lado, diversas manifestações de subordinação daqueles trabalhadores aos interesses do capital.

---

<sup>19</sup> Sabe-se que nas agências bancárias o movimento de clientes é mais intenso em determinados dias do mês, o que influi no ritmo e na quantidade de trabalho dos funcionários. Além disso, varia a quantidade de títulos vencidos e de cheques em circulação, implicando num acúmulo dos serviços de compensação e de processamento de dados em épocas determinadas.

### 3. Dimensões da Resistência/Subordinação no Trabalho Bancário

O fundamento da dialeticidade capital-trabalho está justamente no movimento que opõe, de um lado, o capital, buscando formas sempre mais sofisticadas de exploração do trabalho; de outro, o trabalho assalariado, produzindo mais-valia e, ao mesmo tempo, lutando por melhores condições materiais de existência. Portanto, as transformações verificadas no mundo do trabalho sempre se dão numa dupla dimensão: no processo de trabalho *em si* e nas respostas dos trabalhadores às mudanças.

Dependendo do nível de organização da categoria e do grau de desenvolvimento de sua consciência social, as manifestações de resistência dos trabalhadores podem se dar a nível individual ou coletivo, de forma espontânea<sup>20</sup> ou dirigida. O mais comum, todavia, é a manifestação simultânea de todos esses elementos nas experiências de luta que emergem nos locais de trabalho.

*"A iniciativa dos trabalhadores no confronto com o capital se manifesta nos locais de trabalho de diferentes formas. Em várias ocasiões, a iniciativa é espontânea, silenciosa, quase inconsciente, resistência passiva ou ativa que vai se tornando verdadeira estratégia de defesa por parte dos trabalhadores. Mesmo quando estes descobrem uma maneira de 'fazer cera' ou driblar o ritmo de produção, o que se insinua é a possibilidade de identidade e autonomia coletivas frente ao capital". (Souza, 1993:101/102)*

Na categoria bancária as mudanças organizacionais e tecnológicas, influenciando profundamente nas relações de poder dentro das instituições, no cotidiano de trabalho e

---

<sup>20</sup> Ressaltando que não existe espontaneidade pura, já que nela existem sempre elementos embrionários de direção consciente, Gramsci considera movimentos espontâneos aqueles que "não são devidos a uma atividade sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, senão formados através da experiência cotidiana iluminada pelo senso comum, ou seja pela concepção tradicional popular do mundo, coisa que muito vulgarmente se chama 'instinto' e que não é senão também uma aquisição histórica, só que primitiva e elementar". (GRAMSCI, 1977:311).

no próprio perfil da categoria, compeliaria os trabalhadores a criar novos mecanismos de resistência.

A partir de 1980, a direção sindical bancária de S.Paulo organizaria diversos seminários e palestras sobre as novas tecnologias, com o objetivo de orientar a categoria quanto aos seus impactos no mundo do trabalho bancário e a pensar estratégias de enfrentamento. O *Seminário Nacional de Automação Bancária*, por exemplo, concluiu que a introdução das inovações tecnológicas nos bancos alterou rotinas, eliminou e criou novas funções, em muitos casos agravou as condições de trabalho, aumentou a produtividade, desqualificou a profissão, concentrou poderes e, finalmente, provocou o surgimento de novos problemas de saúde.<sup>21</sup>

Os impactos da automação sobre a saúde dos trabalhadores bancários, passaram a ser objeto de preocupação das direções sindicais, assunto de reuniões, debates e denúncias na imprensa sindical. Em 1984, criava-se na *Folha Bancária* a coluna *Nossa Saúde*, onde foram publicadas algumas matérias relevantes sobre a questão.

Em conjunto com o DIESAT, a Secretaria da Saúde do Estado (Programa de Saúde do Trabalhador) e a Delegacia Regional do Trabalho, o Sindicato dos Bancários passava a organizar fiscalizações nas empresas bancárias, com o objetivo de constatar possíveis irregularidades nas condições de trabalho dos funcionários, motivadoras de problemas de saúde. Inúmeras denúncias publicadas na *Folha Bancária* referem-se, por exemplo, às difíceis condições de trabalho verificadas nos centros de processamento de dados. Baixas temperaturas, barulho excessivo das máquinas, iluminação e ventilação inadequadas, intenso ritmo de trabalho, foram alguns dos problemas abordados,

---

<sup>21</sup> Realizado em junho de 1986 e organizado pelo Departamento Nacional dos Bancários da CUT e pela Comissão de Política Sindical da CUT e sua Secretaria de Automação e Tecnologia (sob coordenação do DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos), o seminário analisava as mudanças que a automação produzia sobre a organização e as relações de trabalho nos bancos.

produtores de problemas respiratórios, fadiga, problemas visuais e, especialmente, das chamadas L.E.R (Lesões por Esforços Repetitivos)<sup>22</sup>.

Em março de 1992, ocorria o 1º Seminário sobre L.E.R., por iniciativa de diversas entidades vinculadas à saúde do trabalhador, inclusive o Sindicato dos Bancários, que resultaria na regulamentação das L.E.R. como doenças de cunho profissional, ainda no mesmo ano. Segundo a imprensa sindical:

*"A normatização das condutas médicas e periciais é um grande avanço para os portadores e as pessoas sujeitas às LER, pois estabelece critérios que impossibilitam as manipulações e descaracterizações das doenças por peritos e médicos a serviço dos patrões, já que os portadores têm direito à estabilidade por lei". (Folha Bancária de 05.06.1992)*

A percepção acerca das repercussões das inovações tecnológicas e organizacionais sobre a saúde dos trabalhadores, levou o Sindicato dos Bancários a criar a Secretaria de Saúde e Condições de Trabalho, através de mudança estatutária em 1990. Esta secretaria, sob responsabilidade de um diretor sindical, passaria a integrar o núcleo dirigente do Sindicato, enquanto membro de sua Diretoria Executiva e impulsionaria a atuação sindical bancária no âmbito da saúde.

As direções sindicais bancárias têm procurado estimular a criação de CIPA's (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes) nos locais de trabalho e a intervir no seu processo eleitoral. Especialmente nos bancos privados, onde a organização nos locais de trabalho é praticamente inexistente, as CIPA's passariam a constituir-se em um instrumento de resistência do trabalhador:

---

<sup>22</sup> São inúmeras as denúncias a respeito da grande incidência de tenossinovite (uma das Lesões por Esforços Repetitivos) entre digitadores, caixas, operadores de telex, funcionários da Compensação e outros trabalhadores que realizam movimentos repetitivos no seu cotidiano laboral. O intenso ritmo de trabalho, as exigências de quotas de produção, a extensão da jornada e o desrespeito às pausas de descanso previstas em lei, são alguns dos fatores motivadores do problema, presentes nas matérias do jornal sindical.

*"Basicamente, as CIPA's funcionam como a grande forma de organização no local de trabalho, ainda mais agora com a edição da NR-5 que mudou completamente a política da CIPA. Hoje você pode dirigir uma CIPA; antigamente você só elegia a CIPA em prédios com mais de 500 funcionários. Agora você pode eleger uma CIPA em um prédio com 100 funcionários. Isso quer dizer que a quantidade de delegados, de cipeiros, vai aumentar muito, principalmente em grandes bancos que têm agências grandes com muitos funcionários.<sup>23</sup> A gente acha que pode ser um viés para aprofundar a questão da organização do trabalho sindical no banco". (Vagner, diretor sindical do SEEB-SP, funcionário do Bradesco, junho/94)*

A organização dos trabalhadores no local de trabalho é um mecanismo de resistência fundamental no enfrentamento da dominação capitalista, no processo imediato de produção. Aos mecanismos cotidianos de controle do capital sobre o trabalho, às fragmentações geradas pela divisão técnica e sexual capitalista do trabalho entre qualificados e não-qualificados, homens e mulheres, a classe trabalhadora procura responder com a criação das organizações por local de trabalho, enquanto instrumento importante de sua unificação e de luta contra a repressão capitalista.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Previstas no artigo 163 da CLT e regulamentadas pelo Ministério do Trabalho em junho/78, as CIPAS constituem-se em comissões mistas de representantes da classe patronal (indicados) e da classe trabalhadora (eleitos), cujo presidente (com poder de veto) é indicado pela empresa. O estatuto restringe seu funcionamento à atividades vinculadas à saúde e a prevenção de acidentes nos locais de trabalho. A propósito da norma regulamentadora (NR.5) citada pelo sindicalista, prevista para entrar em vigor em agosto, teve sua implementação adiada por 180 dias, pelo atual Ministro do Trabalho. Resultado de reivindicações e pressões do movimento sindical, a nova regulamentação ampliaria atribuições das CIPA's e reduziria o número mínimo de trabalhadores necessários para sua organização, de 501 para 101 nos bancos, possibilitando o aumento da quantidade de CIPA's nos bancos, de 46 para 160. (*Jornal da CIPA*, n.1, set/94, SEEB-SP)

<sup>24</sup>As comissões de fábrica criadas no decorrer das lutas operárias, foram as primeiras formas de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho. Sobre seu significado e modo de atuação, poderíamos acrescentar que: *"As comissões de fábrica mostram-se como um tipo avançado de organização de massa porque significam uma forma efetiva de organização de base, dentro dos locais de trabalho, uma vez que aglutinam operários e assalariados que lutam por reivindicações comuns; são organismos que muitas vezes nascem espontaneamente, no bojo das lutas concretas nas fábricas, mas que podem também nascer da ação organizada de militantes sindicais ou partidários (...)"* (ANTUNES & NOGUEIRA, 1981:9)

Entre os trabalhadores bancários, a organização nos locais de trabalho se dá de forma muito diferenciada nos bancos privados e estatais. Nos bancos privados, onde a rotatividade é maior e as formas de pressão sobre os trabalhadores, mais intensas e diretas, a criação de organizações nos locais de trabalho enfrenta obstáculos maiores, diante da sua não regulamentação pela administração dos bancos. Isto implica, praticamente, na inexistência de delegados sindicais eleitos nesses bancos, já que sua capacidade de ação política e sindical no ambiente de trabalho fica prejudicada, pela ausência de estabilidade no emprego. A alternativa imediata à essa situação nos bancos privados, portanto, é a ocupação do espaço permitido pelas CIPA's, única forma de organização por local de trabalho reconhecida por lei.

Nos bancos estatais, o reconhecimento das organizações por local de trabalho foi conquistado através de acordos realizados no decorrer das campanhas salariais da categoria, o que vem possibilitando a criação de comissões por banco, por segmento profissional ou escolha individual de delegados sindicais, em alguns bancos estatais.

No Banespa, por exemplo, os trabalhadores vêm experimentando a organização por segmentos profissionais, como instrumento de luta nos locais de trabalho, diante de questões específicas vinculadas à mudanças tecnológicas e organizacionais. Segundo uma diretora sindical:

*"(...) uma forma de organização que a gente adotou e que deu certo, é a organização por segmentos: caixas, digitadores, técnicos em informática ... Isto porque, na busca de objetivos comuns, eles organizam-se com mais facilidade do que quando se tenta organizar o coletivo dos trabalhadores. Só que a gente nunca pode perder de vista a luta mais geral, a luta do bancário de uma maneira geral". (Lúcia, diretora sindical do SEEB-SP, funcionária do Banespa, agosto/1994)*

A **Folha Bancária**, principal órgão da imprensa sindical bancária de São Paulo, que passou a ser diária a partir de julho de 1980, se converteria em um importante retrato do movimento cotidiano de resistência dos trabalhadores bancários. Interlocutor dos trabalhadores num momento de intensa mudança no mundo do trabalho bancário, o periódico denunciaria sistematicamente as contradições e antagonismos das relações de trabalho, acirrados pela automatização e racionalização do trabalho nos bancos. Questões mais genéricas, como as referentes aos impactos das novas tecnologias no emprego, na organização do trabalho e nas condições de vida e trabalho dos bancários, encontram-se ao lado de denúncias relativas a problemas específicos desencadeados no cotidiano de trabalho: relações de trabalho despóticas, pressões por produtividade, intenso controle sobre o trabalho, desrespeito à jornada de 6 horas, são alguns dos itens abordados cotidianamente no jornal.

Uma questão que permeia toda a discussão sindical sobre as inovações tecnológicas e organizacionais nas empresas, é a reivindicação de participação dos trabalhadores nas decisões relacionadas à sua introdução. O **confronto entre capital e trabalho pelo controle do processo produtivo manifesta-se, agora, prioritariamente, como luta política pelo domínio dessa reestruturação tecnológica e organizacional.** As denúncias, os protestos e as lutas dos trabalhadores relativos a esse processo, estampados na **Folha Bancária**, trazem inevitavelmente a marca dessa reivindicação, jamais conquistada integralmente.

Produzindo demissões, transferências e realocações arbitrárias, mudanças de jornada etc., a automatização do trabalho vai sendo imposta aos trabalhadores, conforme os interesses do capital. Os movimentos que emergem, em geral nos locais de trabalho e com apoio do Sindicato dos Bancários, na forma de protesto dos trabalhadores bancários contra as medidas impostas, dificilmente têm conseguido reverter a situação.

O desenvolvimento tecnológico a serviço do capital, transforma grande parte da força de trabalho bancária em coisa descartável, tornada desnecessária ao processo

avassalador de autovalorização do capital. Fechamento de agências, de CPD's, de núcleos de compensação, extinção de setores inteiros, esta é a realidade dos bancos atualmente, cada vez mais convertidos em "ilhas" tecnológicas num país de desempregados e analfabetos.

A partir de 1982, as minutas de reivindicações das Convenções Coletivas dos trabalhadores bancários passam a conter cláusulas relativas à automação bancária. As preocupações iniciais centravam-se nas demissões, no treinamento adequado às novas funções, na participação dos trabalhadores nos lucros e demais vantagens em caso de aumento da produtividade. Paulatinamente, em função das discussões que se generalizavam no movimento sindical e das necessidades que surgiam nos locais de trabalho, as reivindicações iam ganhando contornos mais precisos. Assim, surgem cláusulas referentes à gratificação de Caixa, pausas de descanso para trabalhos com mecanografia (digitação, compensação, datilografia, mecanografia etc.), horários dos caixas, comissões paritárias de tecnologias, gratificação de CPD, adicionais de insalubridade e periculosidade, controle de produção dos digitadores (estabelecendo um número máximo de toques a ser exigido pelos bancos) e reivindicações específicas quanto às condições de trabalho dos digitadores, no que se refere a aspectos ergonômicos.

Na campanha salarial de 1989, os dirigentes sindicais incluem, na minuta de reivindicações, cláusula relativa à participação dos trabalhadores no processo decisório de introdução das novas tecnologias. É proposta a constituição de uma Comissão Paritária, com a participação de representantes do Sindicato, para discutir impactos das inovações sobre o trabalho. Além disso, *"as empresas ficam obrigadas a informar os respectivos Sindicatos de Trabalhadores, com antecedência de no mínimo doze (12) meses, seu plano de informatização e/ou automação (ou assemelhado)"*, dependendo sua adoção de parecer da Comissão Paritária criada.

É interessante observar que, nas Convenções Coletivas da categoria, a única conquista relativa às novas tecnologias é a referente ao intervalo de descanso dos

digitadores. Nada, que signifique alguma interferência ou controle dos trabalhadores sobre o processo introdutório de inovações tecnológicas e organizacionais, foi conquistado.

Em se tratando de um dos maiores sindicatos do país, com uma ampla trajetória de lutas a favor da classe trabalhadora, a ausência de conquistas relativas às novas tecnologias, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, pode significar: 1. no contexto de uma economia inflacionária e concentradora de renda, o Sindicato vem priorizando as reivindicações salariais (reposições de perdas salariais) àquelas relativas às questões organizacionais, nas mesas de negociação; 2. diante da velocidade e intensidade das inovações, os representantes sindicais não vêm conseguindo acompanhar os impactos e conseqüências reais do processo de automatização e racionalização do trabalho bancário.

Sob o ponto de vista do capital, a concordância dos banqueiros quanto à participação dos trabalhadores na reestruturação tecnológica e organizacional, implicaria em uma questão estrategicamente fundamental para o capital: **na perda do controle absoluto sobre o trabalho**. Daí sua posição irredutível nas mesas de negociação, quanto à temática. Segundo comentário de um diretor sindical entrevistado:

*"(...) a Fenaban, os bancos privados, colocam muito que isso faz parte da sua autonomia gerencial, que não cabe ao sindicato se meter nesse campo. E seria estranho se eles falassem outra coisa também. É que é o ponto onde você determina o controle sobre o processo de trabalho. E o banqueiro não quer abrir mão, em hipótese alguma, de compartilhar essa definição sobre o processo de trabalho". (Renato, Secretário Geral do SEEB-SP, funcionário do Itau, junho/94)*

Analisando as experiências de resposta sindical às inovações tecnológicas e organizacionais, em países de capitalismo avançado da Europa, Larangeira constata o caráter defensivo da atuação sindical dos trabalhadores também no Primeiro Mundo. Em

paises como Alemanha, França e Inglaterra e na região escandinava, a introdução das novas tecnologias começou a ocorrer nos anos 50, num contexto de expansão econômica que disfarçava as consequências daquele processo para o mundo do trabalho. As direções sindicais tentariam intervir efetivamente nas decisões relativas à automatização do trabalho, somente a partir da década de 70, quando a intensificação das transformações tecnológicas e organizacionais combinava-se com uma economia recessiva. Questões relativas a emprego, qualificação, saúde e, especialmente, a reivindicação de controle sobre a mudança tecnológica, passaram então a ser objeto de negociações e de mobilizações dos trabalhadores europeus. Segundo Larangeira, apesar de algumas conquistas pontuais, as decisões referentes à introdução das novas tecnologias naqueles paises permaneceu efetivamente sob domínio da classe patronal. (Larangeira, 1993:9/21)

A partir de 1985, após greve nacional da categoria, os bancos estatais passaram a negociar e assinar seus acordos coletivos em separado, ao mesmo tempo em que as negociações passaram a ter âmbito nacional. As particularidades das condições e relações de trabalho dos bancos estatais em relação aos bancos privados, bem como as experiências de luta e de organização sindical diferenciadas, estimulava a realização dos acordos por banco entre os estatais.

Por um lado, as negociações em separado aprofundavam a cisão dos bancários de bancos privados e de estatais, tanto econômica como politicamente, dificultando uma ação sindical conjunta e obstaculizando uma percepção totalizadora da realidade social vigente pela categoria como um todo. Realizando campanhas salariais separadas do conjunto da categoria, os trabalhadores de bancos estatais desenvolvem uma prática sindical corporativa, reduzindo as possibilidades de se constituírem, as campanhas salariais, em momentos privilegiados para a formação de sua consciência de classe.

Por outro lado, as negociações de âmbito nacional estimulavam o fortalecimento da organização sindical bancária a nível nacional, especialmente a organização por

bancos, o que trazia conseqüências positivas para a capacidade de luta da categoria como um todo.

As diferenças quanto à capacidade de resistência dos bancários de bancos privados e estatais, certamente implicaram em distintos resultados nos acordos coletivos derivados das campanhas salariais. Com relação às novas tecnologias, por exemplo, em alguns dos bancos estatais houve algumas conquistas significativas. No Banespa, a partir do acordo de 1989, os funcionários conquistavam finalmente o direito de participação de representantes sindicais e do segmento envolvido nas discussões quanto ao processo de introdução de inovações tecnológicas que afetasse o trabalho. Além disso, a implantação de novas tecnologias que repercutam na segurança e na saúde passam a ser acompanhadas pela Divisão de Saúde Organizacional e pela Diretoria de Organização e Métodos (departamentos do banco), além das CIPA's, com assessoria do DIESAT.

A reestruturação tecnológica e organizacional do trabalho nos bancos, além dos novos métodos de acumulação de capital aplicados a partir das experiências de flexibilização e automatização, vêm modificando radicalmente o perfil do trabalhador bancário, implicando inclusive numa diminuição de sua capacidade de resistência frente ao capital. Reduz-se velozmente a quantidade de escriturários e caixas na categoria, a massa de trabalhadores não-comissionados que tradicionalmente participa mais frequentemente das atividades sindicais.

Ao mesmo tempo, os locais de alta concentração de trabalhadores, como os centros de processamento de dados, centrais de serviços e de compensação, onde a mobilização sindical era facilitada, vêm sendo sistematicamente esvaziados ou extintos, seja pela menor quantidade de trabalhadores requerida, seja pelos mecanismos de substituição da força de trabalho bancária por trabalhadores de empresas locadoras de mão-de-obra. Note-se que o esvaziamento das grandes concentrações de trabalhadores não se dá unicamente por necessidade objetiva das mudanças tecnológicas e organizacionais, mas implica também em uma **estratégia do capital, de**

**enfraquecimento da organização sindical.** É interessante a experiência relatada por um dirigente sindical:

*"O local onde a gente tem pessoas mais esclarecidas, que já sabem como funciona o banco, mais revoltadas, geralmente são as grandes concentrações. No caso, aqui em São Paulo, nós temos o Cecom (Central de Compensação), onde estão os departamentos de devolução de cheques, de compensação de cheques, esse tipo de coisa. (...) Eles são tão espertos que já descobriram que o foco de resistência contra o banco, contra a imagem do banco, é o Cecom. O quê que o banco está fazendo? Ele está selecionando aquele pessoal que está no Cecom, organizando... Tem um plano que se chama Bamerindus 2000. Eles pagam um curso para o funcionário, o funcionário vai lá, fica num hotel 5 estrelas uma semana, estudando, vendo como deve se comportar para atuar nas vendas (...) Se ele passar nesse curso, pode ir para uma agência. (...) Al ele se transforma... ele vê a promoção, vai para gerência. Então, eles já estão quebrando esse foco de resistência lá dentro do banco". (Pedro, diretor sindical do SEEB/SP, funcionário do Bamerindus, junho/94)*

Entre os trabalhadores bancários, as greves têm se constituído em importante forma de pressão para a conquista de melhores condições materiais de existência, durante as campanhas salariais da categoria. Ao mesmo tempo, as paralisações aprofundaram, em muitas ocasiões, a organização sindical dos trabalhadores bancários a nível nacional e desenvolveram sua consciência do papel estratégico que representavam, enquanto força de trabalho diretamente vinculada ao capital financeiro. A paralisação nacional de 1985, espécie de marco na história de lutas da categoria, impactaria fortemente a subjetividade dos bancários.<sup>25</sup>

<sup>25</sup>Por focalizar privilegiadamente a resistência cotidiana dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, em face das transformações organizacionais que vivenciam, este estudo não se deterá sobre as greves bancárias. Sobre a temática ver, sob uma abordagem histórica: CANÊDO, Leticia, *O Sindicalismo Bancário em São Paulo e Bancários. Movimento Sindical e Participação Política*; KAREPOVS, Dainis, *A História dos Bancários, Lutas e Conquistas*. Uma análise da greve de 1985 encontra-se em BLASS, Leila, *Estamos Em Greve! Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários*. A propósito da greve de 1987, consultar: RODRIGUES, Leôncio

A intensificação da automatização e a difusão dos serviços de auto-atendimento nos bancos vêm diminuindo radicalmente a eficácia das greves enquanto instrumento de pressão dos trabalhadores bancários. A possibilidade de continuar o funcionamento dos serviços bancários através das ATMs (*Automatic Teller Machine*), a substituição dos trabalhadores bancários por trabalhadores temporários nos centros de processamento de dados e centrais de serviços e de compensação, sem qualquer vínculo orgânico com a categoria bancária - o que implica na manutenção de sua rotina de trabalho durante as greves bancárias -, a mudança de perfil dos funcionários das agências, com grande número de comissionados em cargos de gerência - o que dificulta a adesão integral da agência ao movimento grevista -, o aprofundamento dos processos de automação das agências, que possibilita seu funcionamento com pouquíssimos funcionários, constituem-se em alguns dos problemas que afetam diretamente a capacidade de resistência dos trabalhadores bancários e sua consciência sindical.

A luta política que se trava cotidianamente entre capital e trabalho no decorrer do processo produtivo assume particularidades no contexto das novas políticas gerenciais adotadas recentemente, em grande parte das empresas. Às formas explícitas e diretas de exploração e de controle do trabalho, típicas das empresas taylorizadas, o capital contrapõe, nos dias atuais, mecanismos diversos que objetivam a "integração" e a "participação" do trabalhador.

A difusão dessas novas políticas gerenciais fundadas no conceito de "controle de qualidade total" nos bancos vem modificando gradativamente as relações de trabalho e afetando a subjetividade e a consciência dos trabalhadores. Através da organização de cursos e treinamento de funcionários, da publicação de revistas e jornais, da elaboração de vídeos, da concessão de prêmios de produtividade, da realização de festas para os

funcionários, os bancos procuram obter a mobilização dos trabalhadores bancários a fim de aumentar a produtividade do seu trabalho.

O atendimento de qualidade como estratégia mercadológica vem implicando na realização de cursos e treinamentos para obtenção da "excelência voltada ao cliente", através dos quais o trabalhador estaria capacitado a conhecer expectativas e necessidades dos clientes e a oferecer o conjunto de serviços e "produtos" do banco; apto, portanto, a exercer um atendimento personalizado ao cliente, que se diferencie qualitativamente daqueles oferecidos pelas empresas concorrentes.

A integração e o engajamento dos funcionários, neste movimento de concorrência entre os capitais, é estimulado através do discurso de constante exaltação da empresa e de negação dos antagonismos de classe, buscando responsabilizar o conjunto dos trabalhadores pelo desempenho do banco. Para tanto, os bancos vêm investindo maciçamente em comunicação, seja através de propagandas nos veículos de ampla circulação como jornais e televisão; seja através de sofisticadas publicações internas, distribuídas entre o funcionalismo, ou mesmo da elaboração de vídeos, com ampla circulação em todos os ambientes de trabalho. No Bamerindus, por exemplo, toda semana circula um vídeo diferente entre os funcionários:

*" (...) ele reúne todos os funcionários, o gerente da agência, o chefe de serviço e passa aquele vídeo, valorizando os funcionários: 'não, porque o funcionário é importante para o crescimento da agência, coisa e tal'. O Bamerindus desenvolve prêmios sobre produtos vendidos nas agências, esse tipo de coisa. De certa forma, ele impressiona alguns funcionários novos que estão entrando na agência... Enfim, essa é a TVB (TV Bamerindus) que eles usam para manipular os funcionários". (Pedro, diretor sindical do SEEB-SP, funcionário do Bamerindus, junho/94)*

Através de suas políticas de recursos humanos e de gerenciamento, os bancos buscam, portanto, conquistar a adesão e o comprometimento dos trabalhadores com o

capital. Outra estratégia adotada, é a criação de grupos de discussão a respeito dos processos de trabalho, dentro dos locais de trabalho, com a participação voluntária dos trabalhadores, dos quais os CCQ's são sua forma mais conhecida. No Unibanco, ao lado dos CCQ's estão sendo implantados os GIF's (Grupos de Integração Funcional), que discutem questões relativas ao cotidiano de trabalho, com a participação de funcionários eleitos no local de trabalho.

Enfocando prioritariamente questões referentes à adoção de formas mais racionais de trabalho, com o objetivo de elevar a produtividade, estes grupos possibilitam à classe patronal a apropriação dos conhecimentos e experiências adquiridos pelos trabalhadores no seu trabalho cotidiano. Ao mesmo tempo, ao tomar a aparência de efetivo mecanismo de participação dos trabalhadores no processo decisório quanto ao seu trabalho e de instrumento de reivindicações e discussões de seus problemas, pode significar um esvaziamento dos sindicatos e da luta sindical enquanto expressão da rebeldia do trabalho no capitalismo.

Em contraposição às estratégias do capital, os sindicatos têm criado secretarias de formação sindical, com o objetivo de desenvolver atividades dirigidas à capacitação de dirigentes sindicais, à discussão e reflexão das resoluções políticas da entidade, à formação de base, tentando incorporar a categoria na ação sindical cotidiana e contribuindo para sua formação política. Segundo Carvalho:

*"A base principal do trabalho formativo assenta-se no resgate e na sistematização dos conhecimentos provenientes do acúmulo de experiências de luta dos trabalhadores, colocados em confronto e comparação com os conhecimentos científicos acumulados. Isto não significa adotar uma postura basista, de que o 'conhecimento do trabalhador é o verdadeiro', mas que compreendemos que não existe neutralidade no conhecimento humano, que é um produto coletivo, histórico, de caráter prático-teórico, em permanente construção, incluindo-se a permanente negação e superação de parte do próprio conhecimento anteriormente acumulado". (Carvalho, 1991:124)*

No Sindicato dos Bancários de S.Paulo, o plano de formação sindical de base inclui encontros seqüenciais (níveis I e II), que abordam problemas vivenciados no local de trabalho, buscando relacioná-los com os aspectos mais gerais da exploração do trabalho no capitalismo e analisando o papel da ação coletiva e organizada no enfrentamento dos problemas. O significado do sindicato neste processo e as diversas concepções sindicais surgidas no decorrer da história do movimento sindical, seriam ainda objeto de reflexão nestes cursos, cujo "público-alvo" são os bancários recém-contatados pelos dirigentes sindicais. O aprofundamento de temas político-sindicais em encontros temáticos, além de debates sobre questões mais genéricas, inclusive culturais, fazem parte também das atividades de formação do Sindicato dos Bancários.

Através de seminários e encontros específicos por bancos, os dirigentes sindicais têm procurado apreender e denunciar as contradições do discurso empresarial, presentes nas novas estratégias capitalistas de subordinação e controle do trabalho via "integração" do trabalhador. Todavia, essa temática surge de forma assistemática, em discussões relativas a questões específicas verificadas nos locais de trabalho pelo grupo participante, no contexto das mudanças organizacionais. **O trabalho formativo mais genérico, dirigido à base sindical em sua totalidade, não tem conseguido atualizar sua problemática, interpretando e analisando as novas políticas gerenciais e seus impactos sobre a subjetividade dos trabalhadores bancários.**

Segundo depoimento de um assessor do Sindicato na área de Formação, a partir de início dos anos 80 vem se modificando o perfil dos bancários participantes nos cursos de formação para organização de base, com implicações em seus conteúdos:

*"No início dos anos 80, você trazia para o Sindicato um bancário que já tinha um certo nível de compreensão ou, às vezes, até de participação em algum movimento social, especialmente movimento estudantil e popular... Então, ele já era quase um militante que ganhava ali um verniz mais sindical. Hoje, a grande*

*maioria nem sabe da existência de outros movimentos. É o primeiro contato, é um pessoal adolescente. Isso levou à produção de um recorte nos conteúdos, no sentido de reduzir seu aprofundamento e diminuir a carga horária de trabalho em sala de aula." (Paulo, assessor sindical, Secretaria de Formação Sindical, SEEB-SP, agosto/94)*

Apesar de cerca de 74.5% dos bancários serem sindicalizados, mais da metade da categoria não se dispõe a participar de cursos de formação no Sindicato. Dentre os que têm disponibilidade, a preferência é por cursos de apoio técnico e de conhecimentos gerais (12.3% e 10.8%, respectivamente), enquanto que apenas 3.4% optariam por temas sindicais. O novo perfil do trabalhador exigido no contexto das reestruturações tecnológicas e organizacionais nos bancos, parece explicar o interesse por cursos profissionalizantes e de conhecimentos gerais. (IADES,1992)

O pequeno interesse por cursos de formação sindical, por outro lado, pode indicar um distanciamento da maioria da categoria em relação às atividades estritamente sindicais o que remete, por um lado, à uma percepção dos trabalhadores fragmentada e parcial quanto ao universo de sua cotidianidade; por outro lado, à uma possível incapacidade dos dirigentes sindicais de criar formas de ação que respondam às novas relações de trabalho desenvolvidas no âmbito do chamado pós-fordismo, onde as relações explicitamente despóticas vêm dando lugar às tentativas cotidianas de manipulação e de cooptação dos trabalhadores em seus locais de trabalho. Ainda segundo o assessor sindical entrevistado:

*"Recentemente, eu estive trabalhando num grupo de estudos no Sindicato sobre os bancos na conjuntura atual. E o que eu pude perceber é que vários diretores traziam informações, algumas bastante precisas, sobre o que está acontecendo no banco que trabalham. Inclusive processos de reengenharia e coisas assim. Mas não é algo, me parece, que tem sido discutido no coletivo da direção e que tenha sido objeto de propostas de construção de uma nova política de*

*enfrentamento.*" (Paulo, assessor sindical, Secretaria de Formação Sindical, SEEB-SP, agosto/94)

Assistindo a níveis crescentes de desemprego e subemprego no setor, vivenciando um processo de rebaixamento salarial para a maioria da categoria e convivendo cotidianamente com mudanças impostas em suas condições de trabalho, mesmo assim os bancários querem permanecer na profissão.

Uma ampla maioria de 77.4% deseja continuar sendo bancário, embora apenas 17.1% deles considerem gratificante o trabalho que realizam. O ambiente de trabalho, o horário de trabalho que permite outras atividades, a possibilidade de seguir carreira, a estabilidade e os benefícios salariais, são os pontos positivos considerados mais freqüentemente pelos bancários que desejam permanecer na profissão. Note-se que nenhum desses itens relaciona-se com o conteúdo e os resultados do trabalho realizado, mas a aspectos exteriores a ele, vinculados mais diretamente às condições de sobrevivência desses trabalhadores. (IADES, 1992)

Em contrapartida, quando consideram os pontos negativos de seu trabalho, os bancários apontam prioritariamente, além da baixa remuneração e da desvalorização de sua profissão, para aspectos relacionados especificamente ao caráter e às condições de seu trabalho: trabalho cansativo, rotineiro e desmotivante, ritmo intenso e pressão por produtividade, excesso de trabalho. É, portanto, direcionada ao processo de trabalho, em sua dimensão abstrata - cujas condições de realização encontram-se sob domínio do capital -, que se manifesta a insatisfação dos trabalhadores bancários.

Este desprazer a respeito do próprio trabalho não vem traduzindo-se, todavia, no aprofundamento da capacidade de resistência dos trabalhadores bancários frente ao capital. O distanciamento das atividades sindicais e as dificuldades de organização nos locais de trabalho, além das segmentações que a reestruturação tecnológica e

organizacional imprimiu ou intensificou no interior da categoria bancária, vêm dificultando uma atuação conjunta desses trabalhadores enquanto classe.

A crise contemporânea do sindicalismo, a nível mundial, que se expressa concretamente na queda quase generalizada dos níveis de sindicalização dos países capitalistas, tem como fator de seu agravamento a cisão verificada no mundo do trabalho entre trabalhadores "estáveis" e aqueles inseridos no mercado de trabalho informal.

Sem conseguir incorporar à ação sindical a massa de trabalhadores precários, subempregada em tempos parciais, empregos temporários ou empresas terceiras, e enfrentando uma contextualidade de crescentes taxas de desemprego estrutural, mesmo nos países capitalistas avançados, os dirigentes sindicais assistem à uma redução decisiva da capacidade de luta da classe trabalhadora em sua totalidade. Diante das transformações em curso no mundo do trabalho os sindicatos vêm atuando defensivamente, incapazes de desenvolver práticas efetivamente questionadoras do domínio capitalista sobre o trabalho que articulem os amplos e heterogêneos setores que compõem a classe trabalhadora. (ver: Antunes, 1994:54/72)

Os obstáculos ao avanço da consciência social dos trabalhadores bancários devem ser entendidos, portanto, neste contexto de situação marcadamente crítica, no que se refere à organização e mobilização dos trabalhadores de todo o mundo capitalista. A ação defensiva das direções sindicais bancárias no enfrentamento das transformações que vão se consolidando no universo do trabalho bancário, produto e ao mesmo tempo fator de agravamento dessa crise, tem dificultado um efetivo controle dos trabalhadores sobre o incremento tecnológico e suas implicações sociais.

Ao mesmo tempo, os novos padrões capitalistas de gestão da força de trabalho, baseados em políticas manipulatórias, potenciam um incremento das manifestações fetichizadas de consciência que se desenvolvem no mundo bancário, na medida em que perseguem um maior envolvimento desses trabalhadores.

Apesar de realizarem, em sua maioria, tarefas simplificadas e repetitivas, do desconhecimento de uma grande parcela de bancários quanto ao significado de seu trabalho na cadeia produtiva, de seu descontrole a respeito das inovações tecnológicas e organizacionais implementadas cotidianamente em seus locais de trabalho, de sua não autonomia quanto ao conteúdo e o modo de execução do trabalho que realizam, **a maior parte dos trabalhadores bancários se sente partícipe da estrutura do banco.** Com efeito, cerca de 69.6% dos bancários, quanto ao seu posicionamento em relação à estrutura do banco, percebem-se **por dentro** dessa estrutura, adaptados à ela e à rotina de trabalho que lhes é imposta. (IADES, 1992)

As mulheres bancárias estão, em sua grande maioria, alocadas em funções subordinadas, de tempo parcial. Inseridas num contexto de trabalho no qual se mesclam as formas de opressão capitalistas, baseadas na exploração econômica, e aquelas advindas do patriarcalismo, fundadas na dominação masculina, as mulheres vivenciam cotidianamente situações discriminadoras nos locais de trabalho. (Segnini, 1994:11/12)

Esse duplo mecanismo de exploração e de dominação sobre o trabalho feminino produz algumas manifestações particulares de resistência ou adesão/submissão ao capital entre as mulheres. Confrontando-se cotidianamente com atos discriminatórios, exercendo muitas vezes uma dupla jornada de trabalho em função do acúmulo de tarefas "domésticas" e profissionais, as mulheres trabalhadoras têm reivindicado especialmente uma infra-estrutura de apoio às suas atividades nos locais de trabalho - creches, auxílio-babá, auxílio-educação etc., são exemplos.

A nível nacional, a luta pela democratização da sociedade brasileira e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres se fortalece no final dos anos 70. As mulheres passam a ocupar espaço cada vez maior no mercado de trabalho. Sua crescente inserção no trabalho dos bancos repercute, obviamente, no movimento sindical bancário. Cresce a participação feminina nas reuniões e assembleias sindicais e as minutas de

reivindicações das campanhas salariais passam a conter demandas vinculadas a interesses mais específicos das mulheres. Segundo relato de uma diretora sindical:

*"Cada vez mais a mulher tem conquistado espaço no movimento e é interessante que, na luta específica do segmento, as principais lideranças são mulheres. Nos segmentos mais bem organizados, nas comissões mais fortes, as mulheres têm um peso bastante grande".* (Lúcia, diretora sindical do SEEB-SP, funcionária do Banespa, agosto/94)

A participação crescente da mulher nos movimentos de resistência dos trabalhadores mesclam-se, todavia, manifestações de subordinação ou de adesão ao controle e exploração capitalistas do trabalho, especialmente entre aquelas mulheres que ascenderam profissionalmente.

A incorporação prática e teórica da relação capitalista de trabalho é observada com frequência, por exemplo, entre uma minoria de mulheres bancárias que exerce cargos expressivos na hierarquia de poder das empresas financeiras. Uma de suas manifestações está, justamente, na negação da existência de mecanismos discriminatórios contra as mulheres, nos locais de trabalho. A situação de desigualdade na trajetória profissional de homens e mulheres nos bancos, empiricamente comprovada, é interpretada muitas vezes como derivada do desinteresse das próprias mulheres, sem qualquer crítica às relações de trabalho estabelecidas<sup>26</sup>:

*"(...) eu não vejo uma discriminação da mulher hoje. Eu acho que, se a pessoa trabalha, se ela mostra serviço, ela tem as mesmas chances que um homem. Eu vejo um desinteresse realmente. Mesmo essas mulheres que são solteiras, que*

---

<sup>26</sup>As entrevistas de mulheres bancárias citadas a seguir foram realizadas através da pesquisa "O Trabalho da Mulher nos Bancos" coordenada por Segnini, L., em 1993.

*não têm essa responsabilidade, elas não estão fazendo carreira porque não está havendo interesse". (Vera, gerente de negócios, banco estatal)*

*"Eu acho que a maioria das mulheres, muitas delas, saem para o trabalho para não serem consideradas donas-de-casa. (...) Esse número (de mulheres em cargos de tempo parcial) está muito mais em função das próprias mulheres que não querem; não é o banco que não dá oportunidade...". (Mércia, gerente geral, banco estatal)*

O relato das entrevistadas quanto à sua trajetória profissional é rico, todavia, de momentos que expressam situações discriminatórias, vivenciadas por elas:

*"(...) uma mulher, para se destacar, precisa mostrar muito da sua capacidade. Ela precisa mostrar muito mais que um homem. Porque se um homem erra, é mais fácil do que uma mulher. (...) naquela época, não sei se era eu ou se era o mercado, não existia mulher ainda em gerência, eu me dedicava o triplo, era o exagero dos exageros". (Mércia, gerente geral, banco estatal)*

*"(...) há muitos anos atrás eu tinha um contínuo que era homem e ele chegou na minha frente e falou: 'eu não gosto que mulher mande em mim'". (Vera, gerente de negócios, banco estatal)*

*"(...) o homem é assim, ele pode trabalhar o normal, que a sociedade aceita. Mas a mulher, ela se sente pressionada a fazer um pouco mais e mais eficientemente". (Marina, operadora de mercado, banco estatal)*

A desigualdade entre as condições de trabalho de homens e mulheres, no contexto da divisão sexual do trabalho sob domínio capitalista, manifesta-se concretamente nos locais de trabalho, não somente no contingente majoritário de mulheres inseridas nos trabalhos em tempo parcial, mas também no esforço adicional que a mulher empreende

para ascender profissionalmente, configurando-se isso numa superexploração do trabalho feminino.

Como qualquer outro trabalhador subordinado à lógica da produção capitalista, o bancário confronta-se, cotidianamente, com os mecanismos de controle e de exploração da força de trabalho pelo capital. Sua consciência expressa, portanto, a dialeticidade presente no processo de trabalho: de um lado, o impulsionar constante do capitalismo às formas de estranhamento do trabalho; de outro, a rebeldia do trabalhador à coisificação.

**O modo de ser contraditório da consciência do trabalhador bancário revela-se, então, no seio dessa realidade social antagônica, num universo de trabalho heterogêneo e fragmentado, dominado pelas relações reificadas de produção. Nele, as formas de rebeldia que emergem no cotidiano do trabalho e que se expressam muitas vezes na luta sindical, mesclam-se com manifestações de subordinação, resignação ou adesão desses trabalhadores aos interesses do capital.**

## CONCLUSÃO

A informatização acelerada dos processos de trabalho diminui o controle da maioria dos trabalhadores sobre sua atividade e dificulta mais ainda sua compreensão a respeito do significado desse trabalho na cadeia produtiva. Novas formas de dominação capitalista sobre o trabalho são engendradas, ao mesmo tempo em que os trabalhadores expressam e praticam novos mecanismos de resistência, num contexto de trabalho automatizado e fragmentado. Desse movimento dialético, que integra fatores objetivos e subjetivos no processo de formação da consciência dos trabalhadores, e que compõem as relações capitalistas de produção, dependerão as particularidades do processo de introdução das inovações tecnológicas e organizacionais nos diversos setores produtivos.

**Os trabalhadores bancários inseridos num processo de trabalho, cuja finalidade é a metamorfose da mercadoria-dinheiro em capital produtor de juros, vivenciam em seu trabalho cotidiano essa representação fetichizada do dinheiro, através da qual o juro aparece como resultado de mera relação entre capitalistas, sem qualquer mediação da atividade produtiva. Ao mesmo tempo, o produto do seu trabalho disfarça-se nos registros numéricos e impulsos eletrônicos obtidos no decorrer do dia, após a contabilização, a transferência e a redistribuição dos valores alheios manipulados.**

São essas as especificidades do estranhamento do trabalho bancário em relação ao trabalho manual, que tendem a aprofundar-se com a intensificação da automatização dos serviços. Pois, enquanto protagonistas de um processo extremamente dinâmico e veloz de transformação dos modos de trabalho, os bancários assistem atualmente à substituição de sua matéria-prima, o papel, por voláteis dados armazenados em computadores.

**O processo avassalador de transformação no trabalho e no perfil dos bancários, dificulta sua capacidade de resistência e produz novas formas de**

**subsunção do trabalho ao capital.** A grande maioria da categoria não participa das atividades sindicais (cerca de 76.9%, conforme dados do IADES). Além disso, a eficácia das greves, enquanto instrumento de luta contra o capital, tende a diminuir com a intensificação do processo informático no trabalho bancário. Os mecanismos de auto-atendimento, a terceirização do trabalho, a diminuição de escriturários e o incremento de gerências nas agências bancárias (o que dificulta sua adesão integral ao movimento grevista), constituem-se em entraves significativos nos processos grevistas e colocam novos desafios às direções sindicais. Pois, a concepção de novas formas de organização e de mobilização dos trabalhadores, capazes de obter sua ampla participação nas lutas bancárias - inclusive as greves -, dependerá da apreensão dessa nova realidade, pelas lideranças bancárias.

Os dirigentes sindicais bancários promovem cursos e seminários e organizam sua ação cotidiana, visando a mobilização do trabalhador aos seus interesses de classe. Todavia, no contexto de uma realidade inflacionária e recessiva, na qual a luta sindical é premida a centrar suas forças nas questões mais imediatas relativas à regulamentação do preço da força de trabalho e à manutenção do emprego e, ainda, diante do momento crítico com o qual depara-se o sindicalismo a nível mundial, **os dirigentes sindicais bancários praticamente não têm conseguido intervir no processo de reestruturação tecnológica, adotando políticas meramente defensivas.**

Confrontando-se cotidianamente com barreiras sociais ao avanço de sua consciência política, expressas concretamente nas cisões e desigualdades intensificadas pelas transformações tecnológicas e organizacionais sob domínio do capital, os trabalhadores bancários não têm conseguido articular-se, em seus diferenciados setores, para se contrapor ao controle capitalista de seu trabalho. O sindicalismo bancário, preso à ações defensivas e imediatas que não questionam os fundamentos da ordem vigente, têm tido dificuldades de organizar e mobilizar a categoria em direção ao desenvolvimento de uma consciência sindical dotada de elementos anti-capitalistas.

As políticas gerenciais inauguradas com a chamada acumulação flexível, traduzem-se nos bancos em relações de trabalho aparentemente mais participativas, que objetivam a total adesão do trabalhador ao capital. Cursos e treinamentos, publicações e vídeos, prêmios por produtividade etc., vêm sendo utilizados pelo capital financeiro como instrumentos de cooptação dos funcionários.

**Potencialmente incrementadoras das manifestações fetichizadas de consciência que se desenvolvem no mundo do trabalho sob o domínio capitalista de produção, os novos mecanismos de gestão da força de trabalho, ao que parece, vêm produzindo resultados favoráveis ao capital.** No universo bancário, parcela significativa da categoria percebe-se *inserida* na estrutura do banco, como *parte dela*. Apesar de efetivamente o controle e o poder de decisão sobre o processo de trabalho bancário permanecerem sob total domínio do capital financeiro, o caráter excludente e antagônico das relações capitalistas de produção fica obscurecido no contexto das novas políticas gerenciais "participativas". **O que predomina na consciência desses contingentes de trabalhadores que se imaginam *por dentro* do processo é, portanto, uma percepção da realidade que os cerca limitada à imediatidade, ao fenomênico.**

Apesar de considerarem seu trabalho "cansativo, rotineiro e desmotivante", grande parcela dos trabalhadores bancários deseja permanecer na profissão, num contexto de crescentes níveis de desemprego e subemprego em todo o mundo do trabalho. Insatisfeitos com o caráter da atividade laborativa que realizam, a maioria desses trabalhadores bancários certamente não considera seu trabalho como meio de sua realização enquanto ser social. Ao contrário, surge aqui a dimensão precária e perversa com que se apresenta o trabalho no capitalismo: **ao invés de ato de desenvolvimento de uma individualidade em direção à uma vida com alguma significação mais efetiva, ele torna-se degradado, estranhado.** Os bancários que, apesar de considerarem seu trabalho desmotivante e fragmentado, escolheram seguir carreira, desejam apenas manter um emprego para sua sobrevivência, porque defrontam-se com obstáculos sociais -

derivados dos antagonismos e desigualdades inerentes à sociedade capitalista -, que se opõem ao desenvolvimento pleno de sua individualidade através do trabalho.

O caráter desigual e contraditório do capitalismo e as relações sociais fetichizadas que ele produz não desapareceram, portanto, com as transformações verificadas contemporaneamente no mundo do trabalho. Ao contrário, o novo modo de acumulação capitalista, baseado nas experiências de flexibilização e de automatização do trabalho, aumenta a segmentação no interior da classe trabalhadora entre trabalhadores inseridos regularmente no mercado de trabalho e aqueles com vínculos precários que vivenciam o subemprego ou o desemprego estrutural, entre trabalhadores qualificados e força de trabalho desqualificada. Ao mesmo tempo, intensifica as relações discriminatórias entre homens e mulheres, brancos e negros. Simultaneamente, as novas políticas gerenciais que se difundem nas empresas, disfarçam e obscurecem os antagonismos inerentes às relações de produção capitalistas, acrescentando mais um componente na mistificação das relações sociais fetichizadas.

Sob a lógica do controle capitalista, os trabalhadores permanecem sem domínio tanto sobre sua atividade produtiva, como sobre o produto dela. Os processos de flexibilização e de automatização do trabalho, desenvolvidos em um regime de produção cujo objetivo predominante é a criação de valor, em sua essência, surgem como recriações do capital para sua autovalorização, sob novas condições de produção. Mantêm-se, portanto, as relações sociais de antagonismo e estranhamento que fundam a sociedade capitalista. Segundo Antunes:

*"No que diz respeito ao estranhamento no mundo da produção, ao estranhamento econômico, ao processo de fetichização do trabalho e da sua consciência, mantêm-se a enorme distância entre o produtor e o resultado do seu trabalho, o produto, que se lhe defronta como algo estranho, alheio, como coisa. Esse estranhamento permanece também no próprio processo laborativo, em maior ou menor intensidade. A desidentidade entre o indivíduo que trabalha*

*e a sua dimensão de gênero humano também não foi eliminada. Mais do que isso, as diversas manifestações de estranhamento atingiram, além do espaço da produção, ainda mais intensamente a esfera do consumo, a esfera da vida fora do trabalho, fazendo do tempo livre, em boa medida, um tempo também sujeito aos valores do sistema produtor de mercadorias". (Antunes, 1994:101)*

**A automação empobrece ainda mais o trabalho bancário e torna o trabalhador cada vez mais estranho à sua própria atividade produtiva, cada vez com menos domínio sobre o produto do seu trabalho.** Ao mesmo tempo, as cisões que marcam a categoria, separando trabalhadores de bancos privados e de bancos estatais, homens e mulheres, implicam numa desidentidade mais aguda em relação aos companheiros de classe social, constituindo-se em obstáculos à apreensão da totalidade da realidade social e, portanto, dificultando o desenvolvimento da consciência política dos trabalhadores bancários.

A dialeticidade presente no mundo do trabalho sob o domínio capitalista expressa-se: de um lado, nas formas de estranhamento e de reificação que maculam a consciência do trabalhador e que dificultam sua percepção dos nexos essenciais da realidade, para além da imediatidade; de outro, nas relações sociais de produção antagônicas e contraditórias, que impelem o trabalhador à formas de rebeldia, à insatisfação de classe.

No confronto diário dos trabalhadores bancários com o capital, nos seus locais de trabalho, a realidade contraditória do mundo produtivo manifesta-se numa mesclagem de ações de resistência e de subordinação ou adesão desses trabalhadores à lógica capitalista. As relações sociais fetichizadas e estranhadas potencializam, sem dúvida, uma percepção fragmentada dos trabalhadores a respeito da realidade que os cerca, dificultando a apreensão da vida cotidiana em seus nexos essenciais. Por outro lado, muitas vezes espontaneamente e silenciosamente, a rebeldia ao capital aparece no ambiente produtivo como resposta à exploração habitual em que se encontra submetida a força de trabalho bancária. Foi esse o processo que procuramos analisar neste trabalho.

## Bibliografia

ACCORSI, André. *Automação: Bancos e Bancários*. Tese de Mestrado, Departamento de Administração da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, 1990.

ALMEIDA, Eduardo L. *Correlação entre Aplicação de Programas de Qualidade Total e Performance Empresarial em Instituições Bancárias Brasileiras*. Projeto de Mestrado. Departamento de Pós-Graduação em Informática, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1994.

ANNUNZIATO, Frank. Il Fordismo nella Critica di Gramsci e nella Realtà Statunitense Contemporanea. *Critica Marxista*, nº 6, Itália, 1989.

ANTUNES, Ricardo & NOGUEIRA, Arnaldo. *O que são Comissões de Fábrica*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil: Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo, col. Teoria e Prática Sociais, Editora Autores Associados e Cortez Editora, 1982.

ANTUNES, Ricardo. *A Rebelião do Trabalho*. São Paulo, Ensaio, 1988.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? - As metamorfoses no Mundo do Trabalho e Dimensões da Crise do Sindicalismo*. Tese de Livre Docência. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1994.

ARRUDA, Marcos. *Estrutura Oligárquica do Sistema Financeiro Brasileiro*. Rio de Janeiro, PACS/CENPLA - Programa Alternativas Para o Cone Sul / Centro de Estudos, Pesquisa e Planejamento, 1988. Mimeografado.

AUBERT, Nicole & GAULEJAC, Vincent de. *Le Coût de L'Excellence*. Paris, Éditions du Seuil, 1991.

BARAN, P.A. & SWEEZY, P.M. *Capitalismo Monopolista, Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana*. 3ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

BARÃO, Emília. *Bancários e Sindicato nos Caminhos da Resistência: São Paulo 1979-1989*. Tese de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de S.Paulo, Araraquara, 1991.

BATISTA DA SILVA, Gilvanir. O Caso dos Caixas. In: SILVA, Roque (coord). *Resposta Sindical à Automação: O Caso dos Bancos*. São Paulo, Labor, 1990.

BLANCO, Manoel. O Processo de Terceirização nos Bancos. In: SOUZA MARTINS, H. & RAMALHO, J. R. *Terceirização - Diversidade e Negociação no Mundo do Trabalho*. São Paulo, Hucitec, 1994.

BLASS, Leila. *Estamos em Greve! Imagens, Gestos e Palavras do Movimento dos Bancários*. São Paulo, Hucitec/Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.

BLASS, Leila. O Trabalho Bancário: O (Re)Fazer de Todo Instante. *Cadernos de Formação*, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, s/data.

BOURGEAULT, Guy. *Travail - Formation, Formation - Travail: de Difficiles Arrimages*. Orford, 1991. Mimeografado.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987.

CANÊDO, Leticia B. *O Sindicalismo Bancário em São Paulo*. São Paulo, Coleção Ensaio Memória nº13, Edições Símbolo, 1978.

CANÊDO, Leticia B. *Movimento Sindical e Participação Política*. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

CARVALHO, Carlos E. *Mercado Financeiro*. São Paulo, Global Editora, 1986.

CARVALHO, Carlos E. As Dimensões do Sistema Bancário no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, 6 (3): 85-93, 1992.

CARVALHO, Paulo. *Subsídios para a Formulação de uma Política de Formação Sindical dos Bancários de S. Paulo*. SEEB/SP, Secretaria de Formação Sindical, abr/1991. Mimeografado.

CEAB-SEL, Comissão Especial de Automação Bancária. *Relatório da Subcomissão Aspectos Sociais, Econômicos e Trabalhistas*. Brasília, outubro de 1984. Mimeografado.

CLARKE, Simon. Crise do Fordismo ou Crise da Socialdemocracia? *Lua Nova* n° 24, Cedec, São Paulo, 1991.

COMIN, Álvaro. *Bancários de São Paulo: Um Retrospecto*. São Paulo, CEBRAP, 1991. Mimeografado.

CORIAT, Benjamin. *El Taller y el Robot. Ensayos sobre el Fordismo y la Producción en Massa en la Era de la Electrónica*. México/Espanha, Siglo XXI, 1992.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a Escola Japonesa de Gestão da Produção: Um Ponto de Vista de Conjunto. In: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.

COX, Robert. *Globalization, Multilateralism and Social Change*. Tóquio, Work in Progress, United Nations University, vol.13, n° 1, 1990.

DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho, Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo, Oboré Editorial, 1987.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Profissão: Bancário-Perfil da Categoria*. São Paulo, 1980.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Automação, Seus Efeitos Sobre o Trabalhador Bancário no Brasil*. São Paulo, 1985. Mimeografado.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. *Os Bancários na Grande S.Paulo. Trajetória Recente da Ocupação*. São Paulo, 1994. Mimeografado.

EBOLI, Marisa. *Estudo das Relações de Trabalho numa Instituição Financeira Governamental*. Tese de Mestrado. Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, 1990.

ELY, Helena B. *As Transformações no Sistema Financeiro Brasileiro e a Automação nos Bancos Comerciais*. São Paulo, CEBRAP, 1992. Mimeografado.

ELY, Helena B. *Mudanças Tecnológicas nos Bancos Brasileiros*. Sindicato dos Bancários de São Paulo, Secretaria de Estudos Sócioeconômicos, 1993. Mimeografado.

FEEB/RS, Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul. MARCON, Gelso (coord.). *Retrato da Mulher Bancária - Trabalho, Família e Cidadania*. Porto Alegre, edição ASCOM/FEEB-RS, 1990.

FERREIRA, Carlos & FREITAS, Cristina. *Mercado Internacional de Crédito e Inovações Financeiras*. São Paulo, Fundação do Desenvolvimento Administrativo - Instituto de Economia do Setor Público, 1990. Mimeografado.

FERREIRA, Mário C. *O Trabalho do Caixa Bancário- Ritual de Tensão, Ansiedade e Monotonia*. Monografia. Universidade de S.Paulo, 1989.

FLEURY, Afonso. *Impactos da Microeletrônica sobre a Organização do Trabalho, Emprego e Renda na Indústria Metal-Mecânica*. São Paulo, DEP-EPUSP, 1988. Mimeografado.

FREDERICO, Celso. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo, Ensaios 39, Editora Ática, 1978.

FREDERICO, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo, Coleção Ensaio e Memória 24, Edições Símbolo, 1979.

FREITAS, M.Cristina & SCHWARTZ, Gilson. Serviços Financeiros, Rumo à Re-Regulamentação. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, 6 (3): 78-84, julho/setembro, 1992.

GIANNOTTI, José Arthur. *Origens da Dialética do Trabalho, Estudo sobre a Lógica do Jovem Marx*. Porto Alegre, L&PM Editores, 1985.

GRAMSCI, Antonio. Espontaneidad y Dirección Conciente. In: *Antonio Gramsci: Antologia*. 3ª Edição, Espanha, Siglo XXI, 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1978.

GRUN, Roberto. *A Produção de Uma Empresa Moderna: Os Bancários e a Automação*. Tese de Mestrado. Programa de Sociologia, Pontifícia Universidade Católica, S.Paulo, 1985.

GRUN, Roberto. Taylorismo e Fordismo no Trabalho Bancário: Agentes e Cenários. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 2, vol. 1, outubro/86.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 2ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

HIRATA, Helena. *Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência: A Evolução do Debate no Contexto dos Novos Paradigmas de Organização Industrial*. Simpósio "Inovações Tecnológicas, Novos Padrões de Organização do Trabalho e a Qualificação da Mão de Obra". 44ª Reunião Anual da SBPC, 1992.

HUMPHREY, John. Adaptando o Modelo Japonês ao Brasil. In: HIRATA, Helena (org.) *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.

IADES, Instituto de Análise Sobre o Desenvolvimento Econômico Social. *Perfil da Categoria: Bancários de São Paulo*. São Paulo, 1992. Mimeografado.

IANNI, Octavio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981.

IANNI, Octavio. *Dialética e Capitalismo - Ensaio sobre o Pensamento de Marx*. 2ª edição, Petrópolis, Editora Vozes, 1985 .

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.

JINKINGS, Nise. O Caso dos Digitadores. In: SILVA, Roque (coord.). *Resposta Sindical à Automação: O Caso dos Bancos*. São Paulo, Labor, 1990. Mimeografado.

JUN, K.W. *Globalization of Financial Markets and Financing Development*. World Bank, Strategic Planning Division, 1990. Mimeografado.

KAREPOVS, Dainis. *A História dos Bancários: Lutas e Conquistas, 1923-1993*. Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região, 1994.

KERN, H. & SCHUMANN, M. *La Fin de la Division du Travail?* Paris, Editions de la Maison des Sciences de L'Homme, 1989.

LARANGEIRA, Sonia. *Automação no Setor Bancário. Emprego e Organização do Trabalho*. Encontro Intermediário do GT Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais da ANPOCS, Porto Alegre, 1990. Mimeografado.

LARANGEIRA, Sonia. *As Novas Tecnologias e a Ação Sindical no Setor Bancário: As Experiências Britânica e Brasileira*. ANPOCS - ST05: Perspectivas do Sindicalismo nos Anos 90, Caxambu, outubro 1993. Mimeografado.

LEITE, Marcia & SILVA, Roque. *Modernização Tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência*. São Paulo, Iglu/Ildes/Labor, 1991.

LEITE, Marcia. *O Futuro do Trabalho - Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*. São Paulo, Editora Scritta, 1994.

LELLI, Marcello et alii. *Diverse, non Disuguali - Le Caratteristiche del lavoro femminile nelle aziende bancarie e assicurative*. Roma, Edizioni Lavoro, 1989.

LENIN, Vladimir. *O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*. 2ª edição, São Paulo, Coleção bases 23, Global Editora, 1982.

LEVY, Samuel. *Alguns Impactos Sociais e Econômicos da Automação no Setor Bancário*. Rio de Janeiro, Cadernos EBAP nº 26, 1983. Mimeografado.

LOJKINE, Jean. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

LUKÁCS, Georg. *Historia y Consciencia de Clase*. Espanha, Edições Grijalbo, 1975.

LUKÁCS, Georg. *As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem*. *Temas de Ciências Humanas*, nº 4. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1978.

LUKÁCS, Georg. *Ontologia do Ser Social/Os Principios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Paola. *El Ordenador del Capital. Razón y Mito de la Informatica*. Madrid, H. Blume Ediciones, 1982.

MANFREDI, Silvia. *Bancos Para Qué? Cadernos de Formação nº1*, Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários em São Paulo, s/data.

MARTINEZ, J.P. *Os Rumos da Automação Bancária*. *Revista Dados e Idéias*, São Paulo, abril/85.

MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. 4ª edição, São Paulo, Livro III, vol.5, Difel - Difusão Editorial, 1985.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*. Lisboa, Col. Textos Filosóficos, Edições 70, 1989a.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política*, Livro I, vol.1. 13ª edição, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil., 1989b.

MARX, Karl. *O Capital, Crítica da Economia Política*, Livro I, vol.2. 12ª edição, Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 1989c.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*, Livro II, vol. 3. 12ª edição, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1989d.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo, Editora Moraes, s/data.

MERTENS, L. & PEREIRA, A. *Impact Of New Information Technologies and Employment in Financial Services in Mexico*. México, 1990. Mimeografado.

MÉSZÁROS, István. *Conciencia de Clase Contingente y Necesaria*. In: MÉSZÁROS, István (org.). *Aspectos de la Historia y la Conciencia de Clase*, UNAM, Série Estudios 32, México, 1973.

MÉSZÁROS, István. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

MILLS, C.Wright. *A Nova Classe Média*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

MINELLA, Ary. *Banqueiros, Organização e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

MORAES F., Evaristo. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

NUNES, Benedito. *Cultura Tradicional e Cultura Tecnológica*. *Revista Ensaio* nº 14, S.Paulo, Editora Ensaio, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 6ª edição, Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1988.

RAVAGNANI, Marcelo. *Capacitação Tecnológica: O Caso da Indústria Brasileira de Software e a Contribuição da Automação Bancária*. Monografia de Graduação, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

RIVERA, Carlos. *Modernizando para la Estadidad: Restructuración del Sector Bancario en Puerto Rico*. Porto Rico, 1990. Mimeografado.

RODRIGUES, Leôncio M. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966.

RODRIGUES, Leôncio M. & RODRIGUES, Iram. *A Greve dos Nove Dias. Um Estudo das Greves dos Bancários de Março de 1987*. São Paulo, 1987. Mimeografado.

ROMANELLI, Geraldo. *O Provisório Definitivo: Trabalho e Aspirações de Bancários em São Paulo*. Tese de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1978.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo, Col. Teoria e História, Editora Polis, 1987.

SABEL, C. & PIORE, M. *The Second Industrial Divide*. Nova York, Basic Books, 1984.

SAES, Décio. *Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

SAES, Décio. *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo, TA. Queiroz Editor, 1985.

SALERNO, Mário. Produção, Trabalho e Participação: CCQ e KANBAN Numa Nova Imigração Japonesa. In: FLEURY, M.T. & FISCHER, R. (coord.). *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Ed. Atlas, 1985.

SALERNO, Mário. Modelo Japonês, Trabalho Brasileiro. In: HIRATA, Helena (org.). *Sobre o Modelo Japonês*. São Paulo, Edusp, 1993.

SALES, Joberto. *Reforma e Desprofissionalização no Trabalho Bancário*. Rio de Janeiro, 1986. Mimeografado.

SCHMITZ, H. *Flexible Specialization. A New Paradigm of Small-Scale Industrialization?* Brighton, IDS, University of Sussex. 1988. Mimeografado.

SCHONBERGER, Richard. *Japanese Manufacturing Techniques*. Nova York, Free Press, 1982.

SEGNINI, Liliana. *A Liturgia do Poder - Trabalho e Disciplina*. São Paulo, Educ, 1988.

SEGNINI, Liliana. *Inovação Tecnológica, Escolaridade e Qualificação Profissional no Setor Bancário: Aspectos Referentes à Função Caixa*. Universidade de Campinas, 1992. Mimeografado.

SEGNINI, Liliana. *O Processo de Feminização do Trabalho Bancário em um Contexto Altamente Informatizado: Uma Conquista Social?* Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, 1994. Mimeografado.

SELIGMAN-SILVA, Edith et alii. *Trabalho e Saúde Mental dos Bancários*. São Paulo, DIESAT, 1985. Mimeografado.

SELIGMAN-SILVA, Edith. *As Novas Tecnologias e a Saúde dos Trabalhadores*. São Paulo, 1985. Mimeografado.

SILVA FILHO, João F. *Subjetividade; Sofrimento Psíquico e Trabalho Bancário*. In: *A Saúde no Trabalho Bancário*. INST/CNB/CUT, São Paulo, 1993.

SINGER, Paul. *A Crise do "Milagre"- Interpretação Crítica da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, Angelo. *A Organização do Trabalho Informático*. Tese de Mestrado. Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração - PUC/SP, São Paulo, 1989.

SODRÉ, Nelson W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

SOUZA, Políbio. A Organização por Local de Trabalho e a Luta pela Saúde. In: *A Saúde no Trabalho Bancário*, INST/CNB/CUT, São Paulo, 1993.

SOUZA, Ramón. *A Gestão do Sistema Financeiro Nacional e a Introdução do Processo de Automação*. Florianópolis, 1986. Mimeografado.

SOUZA MARTINS, Heloisa de. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979.

STOLOVICH, Luis. *Los Cambios Tecnológicos en el Sistema Bancario Uruguayo y la Respuesta Sindical*. Montevideo, diciembre/1990. Mimeografado.

TANCRED, Peta & DE SERRES, Michèle. *Les Professionnel (le)s du Secteur Bancaire: Leur Expérience de L'Informatisation*. Université McMaster, Laval, 1990. Mimeografado.

TAVARES, Ma. da Conceição & ASSIS, J. Carlos de. *O Grande Salto para o Caos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986.

TAYLOR, Frederick W. *Princípios de Administração Científica*. 7ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 1982.

TEIXEIRA, N. & COSTA, F. Setor Financeiro: Momentos de Decisão. In: TAVARES, M.C. & CARNEIRO, R. (org.). *Política Econômica da Nova República*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

TRAGTEMBERG, Mauricio. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Editora Ática, 1977.

VAZQUEZ, Petilda. *Bancários. Uma Categoria na Vanguarda do Sindicalismo Brasileiro*. Salvador, Caderno do CEAS nº 123, set/out, 1989.

VENCO, Selma. *Um Estudo Sobre o Perfil da Categoria Bancária*. São Paulo, 1989. Mimeografado.

VIANNA, Luis W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

VIEIRA, Evaldo. *Um Aspecto do Trabalho Bancário: Sua Correlação com a Desordem Mental*. Tese de Mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1971. Mimeografado.

ZAMBERLAN, F. & SALERNO, M. Racionalização e Automatização: A Organização do Trabalho nos Bancos. In: FLEURY, A. & VARGAS, N. (org.). *Organização do Trabalho*. São Paulo, Editora Atlas S/A, 1983.